

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARINA LOPES FERREIRA

**SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE UBERLÂNDIA: Trajetória institucional e
mecanismos de legitimação social (1943-1962)**

UBERLÂNDIA – MG

2018

MARINA LOPES FERREIRA

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE UBERLÂNDIA: Trajetória institucional e mecanismos de legitimação social (1943-1962)

Dissertação apresentada do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientador: Dr. Sérgio Paulo Morais

UBERLÂNDIA – MG

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F383s Ferreira, Marina Lopes, 1992-
2018 Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia [recurso eletrônico] :
trajetória in mecanismos de legitimação social (1943-1962 / Marina
Lopes Ferreira. - 2018.

Orientador: Sérgio Paulo Moraes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.981>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. História. 2. Uberlândia (MG) - História. 3. Ação social -
Uberlândia (MG) - História. 4. Saúde - Uberlândia (MG) - História. I.
Moraes, Sérgio Paulo (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

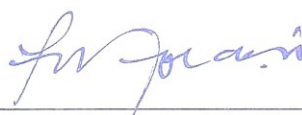
MARINA LOPES FERREIRA

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE UBERLÂNDIA: Trajetória institucional e mecanismos de legitimação social (1943-1962)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFU como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História, sob orientação do Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes.

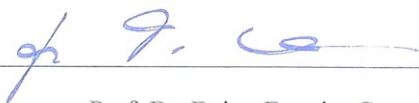
Resultado: Aprovada
Uberlândia, 24, de Setembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:



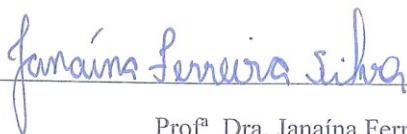
Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes

(Universidade Federal de Uberlândia - UFU – Orientador)



Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro

(Universidade Federal de Uberlândia – UFU)



Profª Dra. Janaína Ferreira Silva

(Universidade Federal de Goiás - UFG)

Aos meus, que não estão mais comigo, dedico esta, assim como as minhas demais conquistas. A dedicação que tiveram comigo e a capacidade de acreditar incentivaram-me a nunca desistir e sempre lutar por meus sonhos. Neste momento de ausência faço da minha vitória a de vocês e de onde estiverem que estejam comigo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, devo meus agradecimentos a Deus, pois, sempre foi fonte de inspiração e iluminação em toda minha vida. Esta longa caminhada só foi possível através da força e perseverança sentida por meio de minhas orações diárias.

Agradeço a Universidade Federal de Uberlândia, pela oportunidade que tanto acrescentou em minha vida. As janelas abertas através das experiências adquiridas fazem parte agora da minha formação como ser humano.

Ao Instituto de História pelo Programa de Pós-Graduação, que manteve viva a minha paixão pelo desconhecido aguçando sempre a minha curiosidade fazendo com que, ao questionar mais, pudesse alcançar um degrau a mais em minha formação profissional.

Com profundo respeito e admiração, agradeço ao Professor Doutor Sérgio Paulo Morais, meu orientador, por todo suporte, conselhos e apoio nesta caminhada. A sua experiência e sabedoria fizeram parte da construção de uma profunda relação de respeito que conquistamos. A confiança depositada em mim foi essencial para meu crescimento acadêmico além de iluminar e esclarecer os caminhos desconhecidos.

Ao Conselho Central de Uberlândia da Sociedade de São Vicente de Paulo pela abertura de suas portas e pela confiança depositada em mim ao ceder os valiosos documentos que foram fundamentais para a reflexão e análise desta pesquisa.

Meus amados pais, por tanta dedicação e investimento em minha educação. O amor e incentivo foram essenciais nos momentos de angústia e dúvidas. Nas horas difíceis e conturbadas foram as palavras de perseverança que fizeram com que eu não desistisse. As renúncias feitas durante todos estes anos fizeram com que eu chegasse onde estou e como sou grata por elas. Todas as palavras aqui escritas seriam poucas para expressar toda minha gratidão e amor por vocês!

Aos meus amados irmãos, Mariana e Joaquim, por todos os conselhos e apoio. Deus sabe o orgulho que sinto em tê-los como irmãos. Aos meus amados avós, Joaquim, Marica, Antônio, que agora me abençoam do céu, e minha avó Geni. Que vocês sintam orgulho da neta mais nova de vocês e que eu possa honrá-los durante toda minha caminhada.

Ao meu querido Neuber Antônio e minhas quase irmãs Karla Ramos, Luciana Biffi e Mislele Souza. Vocês tornaram esta jornada menos árdua e mais prazerosa. Foram essenciais as pausas na elaboração desta pesquisa com sugestões, conselhos ou uma simples conversa solta no meio da noite. Obrigada pela compreensão e carinho!

A todos vocês meus sinceros agradecimentos.

“O ladrão vem senão roubar, a matar e a destruir. Eu vim para que todos tenham vida, e a tenham em abundância.”

(Evangelho de São João, 10, 10).

RESUMO

Esta pesquisa apresenta a história institucional da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia, obra destinada a amparar e cuidar, de forma gratuita, indivíduos que necessitassem de atendimento médico-hospitalar. Fundado em 1918 pela Irmandade da Misericórdia de Uberlândia, a obra foi administrada pelo Estado de Minas Gerais e pela Prefeitura Municipal de Uberlândia em momentos de crise até que a Sociedade de São Vicente de Paulo em Uberlândia a assumiu em 1943 e a gerenciou até o encerramento de suas atividades, na década 1970. Objetivando tratar a administração vicentina, aprofundamos a prática social na Santa Casa de Misericórdia na cidade de Uberlândia através dos documentos e fontes. Por meio de análises refletimos mecanismos de legitimação do movimento vicentino e da obra perante a população local e contribuir com a historiografia por meio de uma pesquisa com destaque para a ação social e o atendimento aos doentes pobres, sua relação com a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia e as outras obras mantidas pelo movimento vicentino – Asilo, Dispensário, Orfanato e Vila – que compunham uma rede social na cidade.

Palavras-Chave: Santa Casa de Misericórdia, Uberlândia, Sociedade de São Vicente de Paulo, Pobreza.

ABSTRACT

This research presents the institutional history of the 'Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia', intended to support and care for free, individuals who needed hospital care. Founded in 1918 by the Brotherhood of Mercy of Uberlândia, the work was managed by the State of Minas Gerais and the City Hall of Uberlândia in times of crisis until the Society of St. Vincente de Paulo in Uberlândia assumed it in 1943 and managed until the closing of its activities in the decade of 1970. In order to treat the Vincentian administration, we deepened the social practice in the Santa Casa de Misericórdia in the city of Uberlândia through the documents and sources. Through analysis we reflect mechanisms of legitimation of the Vincentian movement and work before the local population and contribute to the historiography through a research with emphasis on social action and care for the poor, their relationship with the 'Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia' the other works held by the Vincentian movement-Asylum, Dispensary, Orphanage and Village – that made up a social network in the city.

Key Words: Santa Casa de Misericórdia, Uberlândia, Society of Saint Vincente de Paulo, Poverty.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Histórico de Administrações da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia..	27
TABELA 02 – Salário Mínimo – 1940 – 1961.....	61
TABELA 03 – Relatório do exercício financeiro de 1951 da Santa C. de Misericórdia de Uberlândia.....	66
TABELA 04 - Relação de Subvenções destinadas às Obras Sociais para o exercício de 1957.....	84
TABELA 05 - Relatório de 1957 – Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia.....	86
TABELA 06 – Demonstração da Receita e Despesa no Exercício de 1957.....	87
TABELA 07 – Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia – 1957.....	89
TABELA 08 - Relatório de Serviços Médico-Hospitalar aos Beneficiários do I.A.P.E.T.C.....	99

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
CAPÍTULO I- Irmandade da Misericórdia e Sociedade São Vicente de Paulo em Uberlândia: Caminhos de Ação Social.....	15
1.1 Irmandades e Movimentos.....	19
1.2 Irmandade da Misericórdia.....	21
1.3 Sociedade de São Vicente de Paulo.....	30
1.3.1 Uberlândia e Sociedade de São Vicente e Paulo.....	35
CAPÍTULO II - Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Trajetória e uma Nova Administração.....	49
CAPÍTULO III - Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Mudanças, Tensões e Transições.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, inúmeros estudos tiveram como objeto, no âmbito das ciências humanas, os médicos e higienistas, práticas e instituições médicas e todas as temáticas relativas à construção e ao firmamento de saberes e práticas da medicina social. Estes estudos conquistam, cada vez mais, espaço apreciável no âmbito da história. Esta pesquisa tem como tema de estudo a trajetória da Santa Casa de Misericórdia na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, compreendendo os anos de 1943 a 1962, período que a Obra esteve sob administração do movimento católico de leigos, a Sociedade de São Vicente de Paulo. A Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia está relacionada diretamente as camadas sociais desvalidas através do atendimento médico gratuito aos indivíduos mais necessitados. A pesquisa aqui apresentada se relaciona a um movimento religioso social visto que, “longe de ‘privatizar-se’, as religiões, desde sempre, imiscuíram-se das mais variadas formas na construção e na gestão do espaço público”¹.

As atividades religiosas se espalharam por todos os tecidos sociais dificilmente distintas das práticas civis de cunho filantrópico e de assistência. De acordo com Montero², a religiosidade enquanto ação social se junta ao tecido da esfera pública disputando espaço com outras formas de linguagem social, “nesse contexto, coloca-se o desafio teórico de se pensar a própria categoria de “religião” como um produto histórico”.

Este estudo, portanto, tem como centro as relações instigantes presente dentro e fora dos muros da unidade de saúde pública da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia. Relações estas baseadas no cotidiano da Casa bem como os conflitos internos e em diálogo mantido entre a instituição e a sociedade uberlandense. Ao pesquisarmos a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia, compreendemos os sujeitos sociais que fizeram parte desta instituição. Mais do que compreender os procedimentos médicos e doenças, esta pesquisa teve como tema principal analisar a prática social do movimento católico vicentino dentro do ambiente hospitalar, suas estratégias, discurso, e aspirações.

¹ MONTERO, Paula. **Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil**. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia. Vol. 13 (1), 2009:Varia. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/1195?lang=es> Consultado em 14/07/2017.

² MONTERO, Paula. **Controvérsias religiosas na esfera pública: repensando as religiões como discurso**. Religião e Sociedade. Rio de Janeiro. Vol. 32(1), 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rs/v32n1/a08v32n1.pdf> Consultado em 20/03/2017, p. 168.

Localizada a oeste de Minas Gerais, na região do Triângulo Mineiro, a cidade de Uberlândia permeou as indagações presentes neste estudo, no que diz respeito aos diversos aspectos com breve apreciação de sua história, pois, também nesta cidade, a Igreja Católica teve papel de destaque tendo em vista a quantidade de entidades que ainda seguem a doutrina religiosa. Dentre estas, lançamos neste estudo a Sociedade de São Vicente de Paulo, movimento leigo católico com vasta experiência no campo da ação social com fundação em 1833, em Paris, França, que tem por objetivo a prática da assistência social.

A partir da temática proposta para este estudo, foi possível identificar um vasto campo de capacidades históricas e sociais que destinam uma análise no âmbito da ação social no interior da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia. A instituição é citada por alguns historiadores “como uma instituição que integra uma rede de dispositivos de controle dos excluídos sociais de Uberlândia-MG”³. É certo que a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia trouxe inúmeros benefícios para toda a população uberlandense e demais cidades da região. Contudo, faz-se necessário questionarmos a respeito de quem a frequentava e a relação de interesses contidos ao que a cercava. Como eixo deste estudo, procuramos observar o vicentino na sua prática e anseios, em suas relações de interesse e o que significava participar deste movimento. De tal forma, optamos por manter, ao longo de todo o estudo, a forma de tratamento dado aos vicentinos: confrade. Assim, pretendemos sempre pontuar os cidadãos aqui citados colocados e inseridos no movimento vicentino e sua atuação.

Também buscamos compreender o movimento católico Sociedade de São Vicente de Paulo e sua atuação social na cidade de Uberlândia bem como na administração da Santa Casa de Misericórdia identificando as estratégias de legitimação perante a sociedade civil e o auxílio que prestavam na criação de uma rede que pudesse resolver ou amenizar ‘problemas’ que inquietavam a sociedade uberlandense. O intuito também foi o de contribuir com a historiografia por meio de um estudo que enfoca ação social e a relação com a sociedade local, cujo embate se desenrola no espaço da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia.

Demarcamos o período de 1943 a 1962 por compreender o início da administração vicentina até a mudança de nome de Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia para Hospital São Vicente de Paulo. Os objetivos aqui pontuados foram desenvolvidos ao longo desta pesquisa tendo em vista a sociedade como um campo de confronto em que o indivíduo exerce

³ MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Os Desvalidos de sorte: A Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia e o controle dos excluídos sociais (Uberlândia 1918-1980)**. In: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0535.pdf> Consultado em 10/04/2017, p. 5.

papel fundamental, pois, “essas mil maneiras de fazer, constituem mil práticas pelos os quais os usuários se apropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural”⁴.

Para o desenvolvimento da pesquisa e reflexões inerentes ao objeto aqui determinado, foi necessário recorrer a diferentes fontes e documentos. Devemos nos atentar, entretanto, ao que Bloch alertou: “Uma ciência, entretanto, não se define apenas por seu objeto. Seus limites poder ser fixados, também, pela natureza própria de seus métodos”⁵. Se falarmos apenas dos sinais e não nos atermos ao papel que a produção do documento visava ter, desperdiçaremos as peculiaridades que as fontes podem nos oferecer. O conjunto de diferentes fontes selecionado para esta pesquisa, cada uma com a metodologia e tratamento necessário para o estudo, permitiu aproximarmos dos objetivos aqui lançados.

A documental compreende uma variedade de livros como Atas da Diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia, do Corpo Clínico, Departamento de Maternidade, Movimentação de Caixa e Atas das reuniões ordinárias do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo de Uberlândia. O total de treze livros, conforme apresentado no tópico de Fontes, ao final, é possível abordar um período anterior ao delimitado, mas com importantes contribuições. Também utilizamos documentos como Relatórios de Exercícios Anuais, Cartas e Requerimentos, Recibos, Escritura, Decretos, Notas e Recortes de jornais, Discursos, Estatutos e Regimentos, também listados nesta dissertação. Os livros de caixa da Santa Casa de Misericórdia dispõem de ricos detalhes que compõem o cotidiano da obra bem como fornece indícios para novos questionamentos. O livro que registra as finanças tem sua organização colocando em seções a vida financeira de forma clara e sistemática divididos em: Donativos e Contribuições, Renda Ordinária, Renda Extraordinária, Renda Hospitalar, Despesas extraordinárias, Medicamentos, Alimentação e Despesas Hospitalar. Distribuídos de tal forma, conseguimos visualizar o andamento da obra.

É necessário ressaltar que as matérias de jornais utilizadas para esta pesquisa pertencem ao Arquivo do Conselho Central de Uberlândia. Em muitos casos são matérias recortadas sem constar informações completas de localização do jornal, como página e edição. Existe uma normativa dentro da Sociedade de São Vicente de Paulo que orienta os órgãos vicentinos sobre o arquivamento dos documentos referente ao movimento religioso.

⁴ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. 1 Artes do fazer**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 71.

⁵ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira de Lilia Moritz Schwarcz. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 68.

Portanto, o Conselho Central de Uberlândia possui arquivada uma significativa quantidade de documentos com mais de um século de existência. Durante a pesquisa tivemos acesso a todos, de documentos internos à Jornais locais com matérias referente ao movimento vicentino. Fotografias, cartas pessoais, relatórios médicos e outras tantas fontes foram indispensáveis para a conclusão desta pesquisa. As fontes estão localizadas na sede do Conselho Central de Uberlândia, em uma sala destinada para documentação, arquivados em seis armários. Expostos à luz e poeira, os documentos são separados de acordo com cada obra vicentina. A administração do movimento compreende que as condições em que os documentos estão arquivados contribuem para a deterioração e buscam parceiros para a organização e manutenção dos mesmos.

Para além dos objetivos e fontes utilizados, faz-se necessário saber que esta pesquisa teve início ainda em minha graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia em 2013. Para a monografia a Santa Casa de Misericórdia foi escolhida para ser o tema central, mas com recorte temporal, foco e objetivos diferentes. Com o recorte anterior evidenciamos os primeiros administradores Casa pelo período compreendido voltando o olhar para a saúde e religião dentro do espaço hospitalar⁶. Após apresentação e aprovação da monografia, não poderia dar como encerrada a história da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia. Portanto, a continuação da pesquisa, que resultou nesta dissertação, advém de uma caminhada repleta de indagações, questionamentos e reflexões. A motivação para o início da pesquisa e a continuação após a graduação é resultado de minha caminhada e aproximação com o movimento vicentino. Em minha família, bisavós, avós e meus pais, participaram e participam do movimento. Crescida neste ambiente e por afinidade natural, também ingressei na caminhada vicentina ainda muito nova. A ideia de estudar a pesquisar a Santa Casa de Misericórdia foi de encontro com a curiosidade de conhecer e compreender mais a respeito da obra, já extinta, tão comentada no meio vicentino. É claro que a aproximação com o objeto de estudo trouxe angústias, questionamentos e obstáculos, mas cercando-me da metodologia e análise, as reflexões aqui apontadas contribuem para a historiografia local.

Esta dissertação foi construída seguindo a cronologia histórica da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia. Desta forma, o texto foi organizado em três capítulos de acordo

⁶ FERREIRA, Marina Lopes. **Saúde e Religião: Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia (1933 – 1943)**. 2014, 80f. Monografia – Universidade Federal de Uberlândia.

com acontecimentos marcantes no decorrer da trajetória da obra até o ano de 1962. O primeiro capítulo, Irmandade da Misericórdia e Sociedade São Vicente de Paulo em Uberlândia: Caminhos de Ação Social, apresentamos historicamente as Irmandades Religiosas, especificamente a Misericórdia, fundadora e primeira administradora da Santa Casa e a Sociedade de São Vicente de Paulo, movimento religioso que foi o último administrador da Obra por mais de três décadas. Tem como objetivo desvelar a trajetória da Santa Casa de sua fundação até a transferência administrativa para o movimento vicentino.

O segundo capítulo, Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Trajetória e uma Nova Administração, discorremos a partir da transição de administração da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia para a Sociedade de São Vicente de Paulo. Neste capítulo discutimos os primeiros anos sob administração vicentina, os membros pertencentes a Mesa Administrativa, os debates nas reuniões ordinárias do Conselho Particular em assuntos referentes à obra além de conflitos entre os membros. Trouxemos à luz os dilemas financeiros que a obra passou por praticamente todo o período de funcionamento com campanhas e subvenções atrasadas. Também abordamos a estrutura física da obra, os prédios onde a Casa funcionou, as adequações e reclamações além da construção do prédio que foi sua última sede.

O último capítulo, Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Mudanças, Tensões e Transições, inicia-se com a inauguração do prédio onde a obra funcionou até o encerramento de suas atividades na década de 70. Neste capítulo abordamos a Santa Casa de Misericórdia até a sua mudança de nome para Hospital São Vicente de Paulo – Departamento Vicentino de Assistência Médico-Hospitalar Gratuito em 1962. Além de evidenciarmos a movimentação interna, também abordamos as outras obras vicentinas – Asilo São Vicente de Paulo, Dispensário São Vicente de Paulo e Casa de Divina Providência – que compunham uma rede de prestação de serviço social juntamente com a Santa Casa de Misericórdia. Em todos os três capítulos discutiremos a relação da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia com a sociedade uberlandense e com a imprensa através de diferentes jornais e campanhas promovidas junto à população⁷.

⁷ Para melhor compreensão acerca das formas de tratamento da pobreza na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, local de pesquisa deste estudo, ver: SAMORA, MARIANA C. **“Uma cidade se faz de sonho”. Entre o real e o ideal: memórias e experiências na paisagem urbana de Uberlândia/MG (2000-2009)**. 2010. 151f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010; LIMA, Danielle Vieira. **O morador de rua da cidade de Uberlândia atendido pela Casa Santa Gemma : vivências e representações**. 2015. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Uberlândia,

CAPÍTULO I - Irmandade da Misericórdia e Sociedade São Vicente de Paulo em Uberlândia: Caminhos de Ação Social.

Abordar a saúde inserida no campo social se faz necessário por ser um tema de interesse para todas as camadas sociais, em especial para os mais pobres. Quando interposta no universo religioso, especificamente católico, nos deparamos com a Instituição mais antiga e tradicional do Ocidente que vem se adaptando às transformações culturais, políticas econômicas e principalmente sociais, ao longo dos seus dois mil anos de existência. Tais transformações impactaram a vida dos fiéis provocando mudanças na maneira de agir e pensar fora dos muros sagrados das igrejas. Nesta pesquisa focamos o aspecto social na base desta transformação no terreno da caridade e solidariedade desenvolvida por movimento de leigos católicos na área hospitalar.

Desde o período colonial a Igreja Católica desenvolveu papel de destaque no Brasil mesmo passando por crises internas como, por exemplo, sua separação do Estado, expressada na Constituição de 1891. De acordo com a primeira constituição da República, o Estado brasileiro retirou o apoio oficial da religião católica determinando a sua laicidade, o que não resultou o fim de sua influência e prestígio. Procurando estreitar laços com o Estado, a Doutrina da Ordem⁸ foi fixada desde o começo da República e intensificada ao longo do Estado Novo com Getúlio Vargas onde se declarava como um sustentáculo para a manutenção da ordem nacional. Pautada na ideia da maioria católica no país, Estado e Igreja apoiaram-se na crença que o legado moral e de bons costumes passada aos fiéis era crédito da religião, grupos leigos engajados e bem formados começaram a exercer protagonismo no meio social e político, áreas de difícil acesso do clero, já no início do século XX. Neste período surgiram, em âmbito mundial, setores dentro da Igreja Católica que tiveram posicionamento específico frente ao mundo moderno, urbano e industrial.

Uberlândia, 2015. SOUZA, Marilsa Aparecida Alberto Assis. **O Orfanato Santo Eduardo e a assistência às crianças pobres em Uberaba - MG (1920-1964)**. 2018. 396 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

⁸ Doutrina da Ordem tem em sua base a concepção republicana de caráter positivista. De acordo com interpretação histórica, o mundo caminhava da ordem medieval para a revolução e anarquias modernas. Cabia assim aos contemporâneos implantar uma nova ordem política e social. Por sua vez, um dos fundamentos da Restauração Católica no Brasil, iniciada nos anos 20, tem a ordem como sua base. Era de extrema importância o estabelecimento da Ordem e a religião católica oferecia contribuição importante sob este aspecto sendo aliada do Estado. Disponível em: <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/viewFile/2272/2554> Consultado em: 23/07/2017

A união, ordem e progresso aliados a uma religião de valores nacionalistas passou a ser vista com bons olhos por parte de seus interessados. Diante disto, “manter e estimular este laço de unidade religiosa e cívica será sempre obra patriótica, como missão inglória é dividir, desfibrar a família brasileira”⁹. Cercados pela ideia de que apenas um Estado forte e sólido levaria o país a sua plenitude, a Igreja Católica no Brasil colocava-se como aliada do governo.

Destacar todas as obras de caridade católicas desde o nascimento da religião seria sem dúvida dispendiosa devido ao volume. Resta-nos dizer que não se compara a nenhuma outra Instituição. Para melhor compreensão, devemos ficar atentos ao significado de caridade e filantropia para que não os reduzamos a uma mesma prática. A filantropia é uma palavra de origem grega que significa “amizade pelo homem” e é relacionada ao humanitarismo. As pessoas que praticam a filantropia acreditam que estas ações são uma alternativa de modificação social sem a obrigatoriedade de auxílio governamental. A filantropia não tem base religiosa em sua essência, ou seja, uma prática inspirada apenas em motivos humanos e sociais que não envolvem a dimensão espiritual. Sem grandes pormenores, filantropia pode ser entendida como a laicização da caridade cristã. A prática filantrópica deixa de ser uma virtude cristã, espiritual e torna-se uma ação, virtude social; e a generosidade é entendida pelos intelectuais como a virtude do homem bem-nascido, que tem aptidão para doar.

A definição de caridade de acordo com os dicionários é um sentimento ou ação altruísta de ajuda ao próximo sem qualquer recompensa. Para os cristãos, caridade significa um ato benigno que busca saciar as necessidades de outra pessoa por amor e dedicação a Deus¹⁰. Para os cristãos, a caridade é notável indicador de elevação moral e espiritual que caracteriza a prática de um bom ser humano. No sentido teológico, a caridade identifica-se com Deus, ou seja, o amor humano vivido do jeito Dele. A caridade caracteriza-se por ser desprendidas de reconhecimento e publicidade.

Entre a filantropia e caridade, a diferença entre conceitos não está presente na ação exercida, mas na maneira de realizar, pois:

(...) pois a caridade, por ser obra piedosa, pressupõe a abdicação de toda vaidade de seu autor, propugnando o anonimato como valor máximo, enquanto que a filantropia, por ser um gesto de utilidade, tem na publicidade sua arma: visto que a

⁹ AZZI, Riolando. **A Igreja católica no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945)**. Disponível em: <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/viewFile/2272/2554> Consultado em: 20/04/2017, p. 56.

¹⁰ Disponível em: <http://especial.caritas.org.br/o-que-e-caridade/> Consultado em: 24/07/2017

publicidade provoca a visibilidade da obra e acirra a rivalidade entre os benfeitores.¹¹

A caridade está cercada ao âmbito da ação do cristianismo. A filantropia possui um elemento limitador que é a ação do Estado que restringe as ações de caráter social voluntário. O efeito de ambas as práticas, filantropia e caridade, era similar. Durante os longos anos de ação, várias obras foram erguidas, hospitais, orfanatos e asilos. Como já abordado, a filantropia propõe o desprendimento da piedade com o próximo e adota o conceito de “utilidade social” (Sanglard, 2010). Enquanto a prática da caridade consiste no gesto de altruísmo desapego e anonimato, a filantropia necessita da reunião de pessoas que “participam de um mesmo movimento de expressão e de identidade do doador: elas se remetem às convicções, o situam em um espaço social, o inscrevem no seio de um grupo de relações”¹². A participação em ações filantrópicas e movimentos de caridade – com base cristã – ganhou espaço principalmente após as transformações nas relações de trabalho e da forma como se conceituava a pobreza.

Um dos estudos mais consideráveis acerca da pobreza, de acordo com Rildo Bento de Souza, 2010, foi publicado na França no ano de 1978, por Michel Mollat com o título de *Os pobres na Idade Média*. Para Mollat:

O pobre é aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação de meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciência, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoais. (...) Uma tal definição pode incluir todos os frustrados, todos os enjeitados, todos os associiais, todos os marginais; ela não é específica de época alguma, de região alguma, de meio algum.¹³

A conceitualização sobre o que é ser pobre é atemporal, porém, não alcança a complexidade e profundidade das pluralidades e intenções deste. De acordo com Cláudia

¹¹ Duprat, Catherine 1993 *Pour l'amour de l'Humanité — le temps des philanthropes*. Paris, Éditions du CTHS, t. I. apud SANGLARD, Gisele. **Filantropia e assistencialismo no Brasil**. História, Ciência e Saúde – Manguinhos. Vol.10 n.3 Rio de Janeiro set./dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000300017&lng=pt&nrm=iso Consultado em: 10/05/2018 .

¹² DUPRAT, Catherine. *Usage et pratiques de la philanthropie: pauvreté, action sociale et lien social*, à Paris, au cour du premier XIXe siècle. Paris: Comité d'Histoire de la Sécurité Sociale. v.1; 2. 1996. Apud SANGLARD, Gisele. **Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936)**. História, Ciência e Saúde – Manguinhos. vol.17 supl.1 Rio de Janeiro jul. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000500008&lng=pt&nrm=iso Consultado em 13/05/2018.

¹³ MOLLAT, Michel. **Os Pobres na Idade Média**. Tradução: Heloísa Jahn. Rio de Janeiro: Campos, 1989, p. 5.

Viscardi, 2011, a pobreza esteve associada à necessidade de trabalho, e recentemente, à ausência dele. Se antes o trabalho era destinado aos pobres, já que era entendido como prática manual, “após o avanço do capitalismo e do processo de modernização que engendrou, o adjetivo passou a caracterizar quem não tinha trabalho e quem, por ser incapaz, não podia trabalhar”¹⁴. O afastamento do campo contribuiu para a ruptura do pensamento convencional a respeito da pobreza, surgindo uma nova noção de pobre: a dos capazes de trabalhar, mas desempregados. Para Viscardi, essas mudanças de noção sobre a pobreza afetou as bases do modelo evangélico e a “pobreza voluntária perdeu seu caráter sagrado; os pobres se tornaram perigosos e marginais”¹⁵.

Antes que o Estado tomasse para si a responsabilidade pela assistência à pobreza, as instituições de caridade e filantrópicas atuaram livremente durante décadas acarretando, posteriormente, o atraso da entrada do Estado no sistema. O senso social de coletivismo no Brasil fez um vasto campo para as práticas sociais. São historicamente conhecidas as obras de caridade – hospitais, orfanatos, dispensários, e asilos – que surgiram há séculos. Este senso não se resumiu, em sua maioria, em organização. Para Viscardi, a falta de direcionamento e de organização das práticas de assistência aos pobres era prejudicada pela ausência de um mecanismo que centralizasse as várias iniciativas e que produzisse resultados compensadores. Dessa forma, não havia a efetiva prevenção a pobreza, mas a paliativo da miséria. Ação praticada desde o período medieval, Viscardi esclarece que “discriminava-se o bom e o mau pobre para que os recursos destinados à caridade não fossem desperdiçados com aqueles que não merecessem”¹⁶. O bom pobre seria aquele que fosse reconhecidamente incapaz de trabalhar e responsabilizar-se por si.

A atenção ao pobre por parte dos católicos, cristãos que nos referimos neste estudo, vem logo do início da Igreja Católica quando ao jejuarem doavam o alimento que comiam e dinheiro que gastariam com a alimentação. São Justino Mártir relata que muitos que amavam sua riqueza antes de se converterem, após convertidos sacrificavam as posses doando aos

¹⁴ VISCARDI, Cláudia Maria R. **Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República**. História, Ciência e Saúde – Manguinhos. vol.18 supl.1 Rio de Janeiro dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000500010&lng=pt&nrm=iso
Consultado em: 13/05/2018.

¹⁵ Idem

¹⁶ VISCARDI, Cláudia Maria R. **Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República**. História, Ciência e Saúde – Manguinhos. vol.18 supl.1 Rio de Janeiro dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000500010&lng=pt&nrm=iso
Consultado em: 13/05/2018.

pobres. Outros buscaram em práticas duradouras sanar problemas pontuais, como São João Crisóstomo que fundou hospitais em Constantinopla, e outros com a criação de albergues, orfanatos e casas de acolhimento em períodos de epidemia e fome. Ainda no século III, o bispo de Cartago, São Cipriano, alertou a população de sua igreja que assistissem as vítimas, incluindo viúvas e órfãos, das epidemias. O bispo Dionísio, de Alexandria relatou ainda que

os pagãos ‘repeliam os que começassem a ficar doentes, afastavam-se deles, mesmo que se trata dos amigos mais queridos, largavam moribundos à beira da estrada, deixando-os insepultos quando morriam, tratando-os com o mais completo desprezo’. Em contraste, relatou que muitos cristãos ‘não fugiam de amparar-se uns aos outros, visitavam os doentes sem pensar no perigo que corriam e serviam-nos assiduamente’.¹⁷

É certo que havia espaços semelhantes ao conceito utilizado nos dias de hoje de hospital desde a Antiguidade, mas voltados para o atendimento do corpo militar com soldados doente e feridos. O atendimento para a população em geral com médicos que diagnosticavam foi incentivado pela Igreja. Ao patrocinar a fundação de espaço voltado para a população, estes tinham por finalidade cuidar de doentes desamparados bem como hospedar estrangeiros. Guenter (1999) afirma que antes de Cristo o espírito com que se tratava a doença e o infortúnio não era de compaixão, e cabe ao cristianismo o crédito pela solicitude em atender o sofrimento humano em larga escala. Os mosteiros tiveram papel importante nesta trajetória:

Após a queda do Império Romano, os mosteiros tornaram-se gradualmente provedores de serviço médico organizado, dos quais não se dispôs por vários séculos em nenhum lugar da Europa. Para prestar esses cuidados práticos, os mosteiros tornaram-se também lugar de ensino médico entre os séculos V e X.¹⁸

1.1 Irmandades e Movimentos

O surgimento de ordens religiosas e, mais a frente, confrarias de leigos com a finalidade de ajudar doentes, marca uma etapa importante na história hospitalar. De acordo com Porter, 2004, os primeiros hospitais teriam surgido e se constituído com as fundações devotas a ordens religiosas, leigos ou não. O primeiro que se tem conhecimento administrado por leigos católicos foi o hospital de Santa Maria della Scala, surgiu em Siena, região da Toscana, na Itália, já no final do século IX. A administração da obra era feita por cidadãos

¹⁷ WOODS JR, Thomas E. **Como a Igreja Católica construiu a civilização Ocidental**. Tradução de Élcio Carillo; revisão de Emérico da Gama. São Paulo: Quadrante, 2008, p. 165.

¹⁸ GUENTER, B. **Risse, Mending Bodies, saving souls: A history of hospitals**. Oxford University Press, NY, 1999, p. 95.

subordinados ao bispo e em seus objetivos constava a caridade e os cuidados com os doentes. O aumento populacional, fome, epidemias e os recursos de trabalho para a caridade propiciaram o desenvolvimento dos hospitais. Estes hospitais cuidavam de doentes bem como os acometidos pela lepra visto que muitas casas para leprosos viravam hospitais após o surto.

Documentos pontifícios revelam atenção do papado em relação aos hospitais estendendo, portanto, proteção às obras de caridade de fiéis de modo a garantir o sucesso da prática. Estes documentos, segundo James Joseph Walsh (1910), concediam permissão de construção de capelas e cemitérios próprios para estes hospitais, tornando-os sujeitos ao Vaticano. Esta, por sua vez, além de defender os direitos de propriedade dos hospitais, intervinha diretamente na administração.

Segundo Machado (2009), a medicina no Ocidente advém da sociedade burguesa ao compor um mecanismo de trabalho racionalizado e contabilizado. Dessa forma, passou a ser exigido “padrões de comportamento não só moral como também físico, determinantes do que se esperava de um homem produtivo. A medicina, neste viés, foi uma parceira na constituição dessa nova ordem social”¹⁹. No continente Americano, o primeiro hospital religioso católico foi construído em meados de 1524, na Cidade do México, que levava o nome de Hospital da Puríssima Conceição e posteriormente Jesus Nazareno. No Brasil o primeiro hospital é a Santa Casa da Misericórdia de Santos, no estado de São Paulo, em 1543. Sua construção tem início em 1542 por iniciativa de Braz Cubas no antigo povoado de São Vicente, posteriormente Vila de Santos, com o auxílio dos moradores. O hospital levou este nome por ter sido fundado no dia dedicado a todos os santos. Segundo Frei Gaspar (1797), Braz Cubas edificou uma igreja com o título de N. S. da Misericórdia e um hospital com esmolas e ajuda de confrades. Logo, a administração e assistência do hospital ficaram a cargo dos confrades da Irmandade da Misericórdia aprovado por Dom João III em 1551. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, ou apenas Irmandade da Misericórdia percorreu longa trajetória em solo brasileiro fundando hospitais de Misericórdia em diversas cidades do país.

1.2 Irmandade da Misericórdia

¹⁹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução e Organização: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993 apud MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Os Desvalidos de sorte: A Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia e o controle dos excluídos sociais (Uberlândia 1918-1980)**. In: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0535.pdf> Consultado em 10/04/2017, p. 01.

Voltando o olhar ainda para o Brasil colonial, é comum pensarmos na atuação da Igreja Católica à sua representação oficial não ultrapassando os rituais litúrgicos oficiais. O espaço da Igreja não era o único lugar de exercício da religiosidade. A tradição luso-brasileira esteve exposta nas Irmandades, Movimentos e Ordens Terceiras, organizações leigas vinculadas diretamente ou indiretamente à Igreja Católica. As Ordens Terceiras são vinculadas diretamente à uma ordem religiosa, como por exemplo a Ordem Franciscana. As Irmandades reúnem leigos em torno de um culto à um determinado santo e altruísmo. No Brasil as irmandades foram erguidas no século XVI, mas na Europa seu surgimento vem desde a Idade Média, principalmente em Portugal. As irmandades são associações estruturadas por leigos católicos, fiéis que se dedicavam ao culto a um padroeiro ou padroeira.

Vilas e cidades vivenciaram a formação de irmandades que se consolidavam com diferentes objetivos. As irmandades eram formadas por membros heterogêneos, pois, nobres, homens ricos, comerciantes e escravos pertenciam a uma determinada irmandade mesmo sem ter ligação com o clero. Para pertencer a uma irmandade o membro deveria ter moral e conduta honrosa e aceita na sociedade bem como estar em dia com as obrigações dentro da Igreja.

Frequentemente seus membros viviam na vizinhança da mesma paróquia, mas havia irmandades que associavam pessoas por devoção, ofício, cor da pele ou estatuto social. A base de tudo era o ‘compromisso’, conjunto de regras que determinavam os objetivos da associação, as modalidades de admissão de seus membros, seus deveres e obrigações.²⁰

Categorias raciais e sociais distinguiam as irmandades, como por exemplo, a Irmandade do Santíssimo Sacramento que era composta apenas por homens brancos e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário composta por escravos. As irmandades construíam igrejas dedicadas ao seu respectivo padroeiro ou padroeira quando não dividiam o altar com outras irmandades – quando eram compostas por membros de baixa renda.

O principal compromisso da irmandade era promover aos seus membros, também chamados de sócios, funeral e enterro com os ritos específicos da própria. Outros benefícios, espirituais e materiais, eram oferecidos aos membros. Os benefícios materiais iam de auxílio doença e despesas de enterro – caixão, mortalha, etc. -, atendimento médico e remédios, educação aos órfãos e ajuda aos sócios que caíssem em situação de miséria. Missas, orações

²⁰ MATTOSO, Kátia M. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Editora Nova Fronteira, 1992, p. 367.

pelos membros falecidos, missa para a salvação de almas e os ritos de velório e enterro eram alguns dos benefícios espirituais.

Apesar da escravidão, escravos e forros faziam parte da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de modo obter apoio em caso de doenças e morte e proteção contra os rigores já conhecidos. Era uma prática das irmandades organizarem festas e quermesses aos seus padroeiros com procissões e decorações nas ruas e igrejas. Estas festividades evidenciavam a riqueza bem como as desigualdades entre as irmandades. A ostentação nas igrejas opunha-se a pobreza dos membros de algumas irmandades. Para os escravos que faziam parte da Irmandade, o dia da festividade era um dia sem trabalho forçado, o que permitia o alívio momentâneo do cativo, a chance de reencontrar os seus e oportunidade de expressar sua cultura através das músicas e danças de tradição africana²¹. Além de espaço de festividade e eventos religiosos, as irmandades serviam para a realização de caridade e construção de uma rede de sociabilidade.

O crescimento populacional rápido em algumas regiões do país não foi acompanhado de estrutura que pudessem oferecer assistência social ao povo. As irmandades atuaram nesta “falha” criando diversas obras de assistência. Todas as irmandades possuíam regulamento sancionado pela Igreja Católica e suas finanças eram verificadas por uma pessoa designada pelo clero. O dinheiro obtido pelas irmandades advinha de anuidades dos membros, inscrições, bem como quantia deixada em testamento por membros falecidos. Algumas irmandades possuíam patrimônio imobiliário também obtido por testamentos representando sua principal fonte de rendimento. As irmandades atuavam em espaço de consolidação da fé e serviam como uma alternativa para debates de conflitos que não eram controlados diretamente pelas instituições oficiais. Dessa forma, as irmandades atuavam em locais marcados por conflitos sociais e políticos.

Na área da saúde, a Misericórdia foi a irmandade que mais se destacou sendo composta por homens brancos. Seu surgimento é datado ao final do século XV quando, em

²¹ As Confrarias composta por negros já foram estudados por diversos autores como: Julio Braga, **Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor**, Salvador, Ianamá, 1987; Alisson Eugênio, “**Lazer e devoção: as festas do Rosário nas comarcas de Mariana e Ouro Preto no período escravista**”, Estudos de História, 3: 1 (1996); e João José Reis, Professor do Departamento de História da FFCH/UFBa, expõe que irmandade representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros construíam identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto. A irmandade era uma espécie de família ritual, em que africanos desenraizados de suas terras viviam e morriam solidariamente. Idealizadas pelos brancos como um mecanismo de domesticação do espírito africano, através da africanização da religião dos senhores, elas vieram a constituir um instrumento de identidade e solidariedade coletivas. Disponível em: <http://www.categero.org.br/wp-content/uploads/2010/10/PDF1.pdf> Consultado em: 14/11/2017

1495, a então Rainha de Portugal, D. Leonor de Lancastre, afastou-se da corte após a morte de seu marido para dedicar-se a assuntos e obras religiosas. A ordem das Santas Casas foi estabelecida com finalidade de sanar alguns problemas de assistência a saúde que estavam ocorrendo em Lisboa naquele momento. A Irmandade da Misericórdia foi instituída em 15 de Agosto de 1498, sob olhares da Rainha com o apoio de seu amigo Frei Miguel de Contreras. Apenas um mês após a fundação, a Irmandade recebeu o Compromisso, seu estatuto, que constitui o regimento assinado pela rainha viúva e por El-Rei Dom Manuel I. De acordo com este Compromisso, os objetivos da Irmandade dividiam-se em quatro ramos: tratar enfermos, patrocinar presos, socorrer necessitados e amparar órfãos ²². Nesta pesquisa focamos o primeiro ramo desta Irmandade: tratar enfermos.

O estímulo dado por D. Manuel à criação da Misericórdia fez com que a Irmandade se espalhasse rapidamente, principalmente em suas colônias, assumindo papel social de importância. Devemos esclarecer que para estabelecer uma Santa Casa antes é necessária a instituição da Irmandade da Misericórdia, pois, a obra hospitalar é um “braço” da Irmandade. As Santas Casas instituídas no Brasil estabeleceram-se como importante instrumento de ação social da coroa portuguesa tendo sua criação acompanhado os primeiros poderes governamentais ocupando assim, a Irmandade, destaque na história de assistência.

As Santas Casas de Misericórdia mesmo tendo em seus objetivos a assistência sob o prisma religioso passou por transformações no decorrer do tempo. Além de local de prática de caridade a obra foi sinônimo e coadjuvante de práticas de controle urbano. Durante o século XX ainda havia teorias miasmáticas²³ que gerava grande preocupação na população com o pobre e doente, causando assim medo ao permitir que este transitasse e pudesse “espalhar” sua doença, considerando-o um perigo para a sociedade.

Estes deveriam ser alvos preferenciais dos cuidados ali dispensados. Além do alívio ao doente a atenção se voltava também para os órfãos, os loucos, os enjeitados, os promíscuos e boêmios, os indigentes e idosos. Por isso, a criação de outros suportes internos e anexos como asilos, hospícios, casas dos expostos, orfanatos, vilas de acolhimento aos deserdados da sorte – o que resultava não só na amortização das

²² SILVA, Maria Regina Guimaraes. **A História da fundação da Irmandade de Misericórdia de Guaxupé-MG**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307647846_ARQUIVO_artigosimposicionacionaldehistoria.pdf Consultado em 24/05/2017.

²³ “Durante a Idade Média, prevaleceu a teoria Miasmática, a qual considerava que a doença era causada por certos odores venenosos, gases ou resíduos nocivos (do Grego miasma, mancha) que se originavam na atmosfera ou a partir do solo. Essas substâncias seriam posteriormente arrastadas pelo vento até a um possível indivíduo, que acabaria por adoecer. Disponível em: <http://www.prof2000.pt/users/castanhas/Pagina5.htm> Consultado em 20/11/2017.

tensões e conflitos sociais como também mantinham as relações sociais desiguais e injustas, privilegiando as hierarquias sociais.²⁴

Como já exposto na apresentação desta pesquisa, a primeira Santa Casa de Misericórdia no Brasil foi fundada pelo líder do povoado de São Vicente, o fidalgo Braz Cubas em 1543. Logo após surgiram na Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Olinda e outras centenas que serviram a diversas regiões atendendo a população carente²⁵.

Feita uma breve abordagem sobre o início das atividades da Santa Casa de Misericórdia no Brasil, volto minha atenção para a cidade tema de minha pesquisa: Uberlândia. Em Janeiro de 1908 é fundada na cidade localizada no interior Minas Gerais, neste período ainda se chamava Uberabinha, Minas Gerais, a Irmandade da Misericórdia “sob a inspiração de Custódio da Costa Pereira, esta extraordinária e venerada figura de nossa sociedade, com finalidade de dar assistência aos desprotegidos da sorte”²⁶. Uberabinha, ao final do século XIX e início de XX “era uma acanhada corrutela cujo projeto político das elites locais veiculava a imagem de uma cidade progressista, teleologicamente fadada ao sucesso”²⁷, mas como toda cidade do interior brasileiro carecia de profissionais na área da saúde. Mesmo com a presença de alguns personagens com ofício voltado para a cura – boticários, curandeiros, raizeiros e parteiras – a cidade sentia-se fragilizada no âmbito da saúde pública, pois, “as estradas que interligavam o lugar ao mercado regional e nacional também eram veias abertas por onde circulavam junto com as mercadorias as epidemias que grassavam o país”²⁸. A criação da Santa Casa de Misericórdia foi entendida como uma forma de conter e proteger a cidade de epidemias.

Não se tinha na cidade de Uberlândia uma política de saúde ordenado pelo Poder Público. As políticas governamentais deixavam enormes lacunas. Foram constantes gerências de instituições na cidade de Uberlândia por parte de grupos filantrópicos.

²⁴ MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Os Desvalidos de sorte: A Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia e o controle dos excluídos sociais (Uberlândia 1918-1980)**. In: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0535.pdf> Consultado em 10/04/2017. p. 2.

²⁵ IVAMOTO, Henrique Seiji. **Santa Casa da Misericórdia de Santos: sinopse histórica. Acta Medica Misericordiae**. 1 (1):7-10, Out 1998. Disponível em: http://www.scms.org.br/noticia.aspxcodigo=42&COD_MENU=24 Consultado em 18/08/2010.

²⁶ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Apanhados históricos da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, [19--].

²⁷ MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Os Desvalidos de sorte: A Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia e o controle dos excluídos sociais (Uberlândia 1918-1980)**. In: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0535.pdf> Consultado em 10/04/2017p. 03.

²⁸ Idem p. 4

As instituições de saúde atendiam a cidade, até a primeira metade do século XX, eram administradas por ordens religiosas, particulares ou federais.²⁹

Ao ser fundada, a Irmandade de Misericórdia recém-fundada, adquiriu um quarteirão à Avenida Floriano Peixoto esquina com a Rua Tenente Virmondes. A planta do edifício do prédio da Santa Casa de Misericórdia foi aprovada em reunião dos irmãos em 06 de junho de 1909³⁰. Em 30 de Agosto de 1909 foi dado início a construção deste que foi o primeiro prédio da Santa Casa de Misericórdia. Contando com poucos recursos, a construção do prédio levou alguns anos, mas e com o agravamento causado pela gripe espanhola, foi apressado o término das obras para rápida inauguração no ano de 1918. Funcionando sob os cuidados da Irmandade da Misericórdia, a Santa Casa foi um marco para a cidade e para a região sendo para alguns o único meio de conseguir atendimento médico: “se evidencia como uma obra assistencial, não deixando, entretanto, de ser considerada a primeira forma de tratamento médico alopático na cidade”³¹. Durante pouco mais de uma década, os irmãos da Misericórdia estiveram à frente da obra. A Irmandade funcionava normalmente prestando alguns outros auxílios a cidade. Um dos poucos documentos deixados pela Irmandade é o livro de registro dos irmãos com início do livro em 1918 e encerramento em 1925.

Com poucos recursos que a Irmandade tinha para administrar, a Santa Casa foi transferida “sub-conditione³²” ao Governo do Estado de Minas Gerais, tendo sido criado, portanto, o Hospital Regional em seu lugar pelo então governador Dr. Antônio Carlos conforme escritura pública lavrada nas notas do tabelião Plínio de Mendonça, em Belo Horizonte, em 29 de maio de 1929:

Diretoria da Santa Casa de Misericórdia, desta cidade, fez cessão dos imóveis, móveis e utensílios, materiais cirúrgicos, e mais bens que compõem o patrimônio da referida Santa Casa de Misericórdia, desta cidade, do Estado de Minas Gerais, pelo valor de quarenta e cinco contos quinhentos mil setecentos e dois reis (rs. 45:500\$702) cujo pagamento o cessionário Estado de Minas Gerais, se obrigava a pagar os credores da Santa Casa de Misericórdia desta cidade; cessão essa que foi feita sob condição de ser instalado no prédio da Santa Casa de Misericórdia, um Hospital Regional e seu funcionamento sob custeio do Estado, sendo condição essencial dessa cessão a reversão dos mesmos imóveis, móveis e utensílios, materiais cirúrgicos e tudo quanto mais existisse, caso por qualquer motivo deixasse

²⁹ MACHADO, Maria Clara T.; LOPES, Valéria M. Q. C. **Caminho das pedras: Inventário temático de fontes documentais**. 1ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 244.

³⁰ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Apanhados históricos da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, [19--].

³¹ Caminho das pedras 244

³² De acordo com o dicionário de latim sub conditione significa: sob a condição; com a condição de. Disponível em: <https://www.dicionariodelatim.com.br/sub-conditione/> Consultado em 31/08/2017

de funcionar o aludido Hospital Regional, a mesma Santa Casa de Misericórdia, desta cidade.³³

Sob denominação de Hospital Regional, a Santa Casa de Misericórdia funcionou pouco mais de dois anos aos cuidados do Estado de Minas Gerais. Por Decreto nº 10.204 de 05 de Janeiro de 1932, do Governo de Minas Gerais, foi o Hospital Regional fechado e “todos os bens voltaram à posse da referida Santa Casa de Misericórdia”³⁴. Sendo assim, com o fechamento do Hospital Regional, “é a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia, senhora e possuidora, novamente, dos bens que compõem o seu patrimônio, na forma já descrita”³⁵, voltado sua administração a Irmandade da Misericórdia.

Transcorridos menos de um ano e sem meios para prosseguir, em 20 de Dezembro de 1932 os irmãos da Misericórdia decidem transferir novamente a administração da Santa Casa. Em reunião no Salão de visitas da Santa Casa de Misericórdia, o provedor Sr. Dr. Silvino Pacheco de Araújo, empresário, declarou aos demais irmãos “não podendo a Irmandade por si própria, por falta de fundos, manter a Santa Casa de Misericórdia com donativos da população local”³⁶, propôs, pela sugestão do senhor Prefeito Municipal, Dr. Lúcio Libâneo, que a Irmandade fizesse a entrega do prédio e benfeitorias da Santa Casa à Prefeitura Municipal, “obrigando-se esta a manter funcionando essa Instituição e zelar por tudo que lhe fosse entregue”³⁷. A proposta foi aceita por todos os irmãos presente, que constam em ata os senhores: Manoel Thomaz Teixeira, Secretário ad-hoc, o Provedor Dr. Silvino Pacheco de Araújo, Cícero Alvim, Carlos de Oliveira Marquez, José Joaquim Saraiva, Leôncio do Carmo Chaves, José Vilela Marquez, José Thomaz de Rezende e Custódio Pereira. Os nomes citados na ata dos irmãos da Misericórdia evidenciam quem eram os integrantes do movimento. Nomes de ruas, avenidas e bairros, os irmãos exerciam papel político e poder econômico na cidade de Uberlândia no período aqui estudado no campo político, social, religioso, cultural e principalmente econômico.

Por escritura pública de doação gratuita, a Irmandade da Misericórdia representada por ser Provedor, transferiu todo o patrimônio para a Prefeitura Municipal de Uberlândia em

³³ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Escritura Pública de Plínio Mendonça**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 29 de Maio de 1929, f 1/2.

³⁴ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Escritura Pública de Plínio Mendonça**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 29 de Maio de 1929, f 1/2.

³⁵ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Escritura Pública de Plínio Mendonça**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 29 de Maio de 1929, f 1/2.

³⁶ Ata da reunião da Diretoria da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia anexada: Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Escritura Pública de Plínio Mendonça**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 29 de Maio de 1929, f 1/2.

³⁷ Idem

28 de Dezembro de 1932. Durante dez anos o Governo Municipal esteve administrando a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia. Ao longo deste período de administração municipal três prefeitos estiveram à frente da cidade: Lúcio Libâno, a quem a Santa Casa foi entregue, Claudemiro Alves Ferreira e Vasco Giffoni. Pouco se conhece a respeito de melhoramentos durante a administração municipal, mas “que podemos afirmar e disso é testemunha todos os que conheceram a Santa Casa naquela época, inclusive sua excia. Dr. Vasco Giffoni, que ocupava o posto de prefeito, é que a situação da Santa Casa sob todos os aspectos era precaríssima”³⁸. Reconhecendo a impossibilidade de continuar mantendo a Santa Casa, chegou-se a conclusão de mais uma vez transferir sua administração. Não sendo mais possível retornar a obra a Irmandade, tornou-se pública a intenção da prefeitura de transferir a administração da Santa Casa de Misericórdia a quem desejasse.

É neste momento que a Sociedade São Vicente de Paulo encontra-se com a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia. Exposto o interesse do município em transferir a administração e conhecendo a funcionalidade da Casa bem como o estado que se encontrava, em 23 de Novembro de 1942, a diretoria da Sociedade de São Vicente de Paulo na cidade enviou a Prefeitura um requerimento “oferecendo-lhe novo contingente de serviço de ordem social, tendentes a solucionar um problema de importância vital para a nossa cidade e para sua classe indigente”³⁹.

TABELA 01- Histórico de Administrações da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia				
1918-1929	1929-1932	01/1930-12/1932	1932-1943	1943-1975
Irmandade da Misericórdia	Governo Estadual de Minas Gerais	Irmandade da Misericórdia	Prefeitura M. de Uberlândia	Sociedade de São Vicente de Paulo

Presença constante no cenário político e econômico de Uberlândia, os vicentinos circulavam em reuniões e debates de assuntos locais. Com informações ventiladas nestas reuniões de que o Hospital Municipal/Santa Casa de Misericórdia passava por grande crise e que o governo municipal não tinha condições de mantê-la e, por isso, havia grande possibilidade de fechar, o Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo envia à

³⁸ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Apanhados históricos da Santa Casa de Misericórdia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia [19--].

³⁹ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Requerimento de contingente de serviço de Ordem Social**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 23 de Novembro de 1942, p. 1

Prefeitura Municipal de Uberlândia no dia 23 de Novembro de 1942 um requerimento oferecendo “novo contingente de serviço de ordem social”⁴⁰.

De acordo com o documento enviado, o presidente do Conselho Particular, o Confrade Theodomiro da Costa Matos, expressa que a Sociedade de São Vicente de Paulo já vinha executando atividades com o Dispensário havia quase um ano. Procurando “solucionar o problema de importância vital”⁴¹ para a cidade e “sua classe indigente”⁴², sugere a “reorganização”⁴³ da Santa Casa de Misericórdia, cujo “estado é notoriamente muito precário”⁴⁴. O presidente alega que esta situação havia “agravado”⁴⁵ as despesas do Dispensário, pois, alto era o custo de remédios que estavam distribuindo aos socorridos, quando “sua função primordial é a de fornecer aos mesmos os gêneros de primeira necessidade para sua alimentação”⁴⁶. Dessa forma, o requerimento assim continuou:

Caso seja de interesse dessa prefeitura, uma reorganização completa da aludida Santa Casa, molde a torná-la eficiente em sua finalidade, propomo-nos a trabalhar pela consecução desse desiderato, nas seguintes condições:

- 1º - Decreto da prefeitura, outorgando à Sociedade de S. Vicente de Paulo amplos poderes administrativos, quer dos bens moveis, quer de todos os bens imóveis pertencentes a Santa Casa;
- 2º - Concessão de direitos privativos à Sociedade de S. Vicente de Paulo para designar os membros diretores da referida Instituição e seus sucessores;
- 3º - Garantia de uma subvenção anual nunca inferior à que vigorou no ano passado (1941), por parte da Prefeitura Municipal.⁴⁷

Expostas as condições, a Sociedade de São Vicente de Paulo se comprometeria a realizar uma readaptação do prédio onde funcionava a Santa Casa neste período, “reservando-se o direito de construir o novo edifício já projetado”⁴⁸. O movimento também se comprometeria a confiar às irmãs da caridade da Congregação Nossa Senhora da Piedade as

⁴⁰ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Requerimento de contingente de serviço de Ordem Social**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 23 de Novembro de 1942, p. 1.

⁴¹ Idem

⁴² Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Requerimento de contingente de serviço de Ordem Social**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 23 de Novembro de 1942, p. 1.

⁴³ Idem

⁴⁴ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Requerimento de contingente de serviço de Ordem Social**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 23 de Novembro de 1942, p. 1.

⁴⁵ Idem

⁴⁶ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Requerimento de contingente de serviço de Ordem Social**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 23 de Novembro de 1942, p. 1.

⁴⁷ Idem

⁴⁸ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Requerimento de contingente de serviço de Ordem Social**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 23 de Novembro de 1942, p. 2.

atividades internas da Santa Casa de Misericórdia “para uma assistência mais eficiente aos hospitalizados”⁴⁹.

Finalmente, empregará todos os seus esforços no sentido de colocar aquele hospital à altura do progresso de Uberlândia e das necessidades de sua classe pobre. Aguardando solução do assunto, prevalecemo-nos do ensejo para apresentar-lhes protestos de elevada estima e consideração.⁵⁰

Tendo solicitado a reorganização da Santa Casa à Prefeitura para que a Sociedade vicentina a administrasse, em reunião no início de Dezembro, o Conselho Particular foi comunicado o parecer favorável ao requerimento. O presidente Confrade Theodomiro da Costa nomeou uma comissão especial de vicentinos para agradecer o ato do Prefeito Municipal o Senhor Vasco Giffoni⁵¹. Conforme o primeiro item de condição do requerimento⁵² enviado a prefeitura, no dia 09 de Dezembro de 1942, o Prefeito Vasco Giffoni juntamente com seu secretário Paulo Carneiro, publicam o Decreto nº99 de “Entrega direção e manutenção do Hospital Municipal à Sociedade de São Vicente de Paulo”⁵³.

De acordo com o Decreto nº 99 de 1942, o Prefeito declarou que as verbas orçadas para a manutenção do Hospital não permitiram “o desenvolvimento de um trabalho perfeito e eficiente”⁵⁴. Desta forma, a Sociedade de São Vicente de Paulo que já havia tomado cargo do Dispensário, “instituição de caridade que vem mantendo com inextinguível zelo e comprovada eficiência, demonstrando os seus dirigentes a máxima dedicação em amparar os indigentes do Município”[sic]⁵⁵, também se comprometeu a dispensar assistência médica e hospitalar aos desfavorecidos. O prefeito Vasco Giffoni decreta:

Artº 1º - A direção e manutenção do Hospital Municipal, bem como a administração dos seus bens móveis e imóveis, passam a ser exercidos pela Sociedade de São Vicente de Paulo, desta cidade.

⁴⁹ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Requerimento de contingente de serviço de Ordem Social**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 23 de Novembro de 1942, p. 2.

⁵⁰ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Requerimento de contingente de serviço de Ordem Social**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 23 de Novembro de 1942, p. 2.

⁵¹ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1937-1943, 03 de Dezembro de 1942, p. 47.

⁵² Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Requerimento de contingente de serviço de Ordem Social**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 23 de Novembro de 1942, p.2.

⁵³ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Decreto Municipal nº 99/1942 Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 09 de Dezembro de 1942.

⁵⁴ Idem

⁵⁵ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Decreto Municipal nº 99/1942 Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 09 de Dezembro de 1942.

Artº 2º - A Sociedade manterá os serviços com regularidade e eficiência, prestando assistência hospitalar gratuita às pessoas pobres e se desincumbindo de todos os encargos decorrentes da administração do Hospital, conservação e ampliação do seu patrimônio.

§ 1º - Além do Edifício, com todas as instalações do Hospital, móveis e utensílios diversos, fazem parte ainda do patrimônio do hospital: um prédio para residência à Rua Vigário Dantas, nº 518, doado pelo Cel. Constantino Rodrigues da Cunha, 250 apólices do Empréstimo Mineiro de Consolidação, série A, doados pelo Sr. José Camin. –

§ 2º - Para fins dispostos neste artigo, a Sociedade desde já toma posse desses bens. -

Artº 3º - Anualmente a Municipalidade consignará em seu orçamento uma subvenção para auxiliar a Sociedade no desempenho do encargo que lhe é transferido por este decreto.

Artº 4º - Revogam-se as disposições em contrário.⁵⁶

Transferido, portanto, o Hospital Municipal para a Sociedade de São Vicente de Paulo, volta a sua antiga e primeira denominação de Santa Casa de Misericórdia mesmo não sendo administrada pela Irmandade que a criou. Após vinte e quatro anos de existência e três administrações - Irmandade, Governo Estadual e Governo Municipal – a Santa Casa de Misericórdia foi confiada a seu último gestor que a conduziu por mais de trinta anos.

1.3 Sociedade de São Vicente de Paulo.

Para melhor compreender a confluência a Sociedade de São Vicente de Paulo com a Santa Casa de Misericórdia é necessário voltarmos à história do movimento católico bem como sua atuação na cidade de Uberlândia. A Sociedade de São Vicente de Paulo, também conhecida por suas iniciais S.S.V.P., destaca-se no cenário religioso principalmente por sua extensão e longevidade. Seu surgimento é datado em Abril de 1833, na cidade de Paris, e em poucos anos já havia se espalhado por vários países mesmo a religião oficial destes não fosse a católica.

Fundamentalmente leigo, o movimento vicentino foi criado por um grupo de amigos estudantes de Direito na Universidade Paris-Sorbonne. Antônio Frederico Ozanam, seu principal idealizador, e mais seis amigos: Jules Devaux, Auguste Le Taillandier, Paul Lamache, E. J. Bailly, François Lallier e Félix Clavé, tinham por objetivo ajudar com alguns recursos materiais como roupas, alimentos e medicamento as famílias pobres residentes em

⁵⁶ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Decreto Municipal nº 99/1942 Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 09 de Dezembro de 1942.

Paris. Em pouco tempo outros amigos quiseram participar da ação. Dessa forma, Frederico Ozanam estruturou o movimento e este grupo ganhou o nome de Conferências de Caridade⁵⁷. Pouco tempo depois, inspirados no exemplo de São Vicente de Paulo⁵⁸, Patrono de todas as obras de caridade, fundaram a Sociedade de São Vicente de Paulo que é formada por diversas conferências.

Mesmo sendo um movimento leigo vinculado à Igreja, a Sociedade de São Vicente de Paulo não está submetida à autoridade eclesiástica, ela “mantém laços estreitos com a hierarquia da Igreja Católica”⁵⁹. O rápido crescimento do movimento ainda no século XIX é resultado das profundas mudanças sociais, políticas e econômicas que a França passava resultado da ascensão da burguesia ao poder. A preocupação com pessoas em situação de miséria ganhou destaque, pois, além de representar perigo à burguesia e a Igreja, ambas eram alvos de crítica de seus opositores no que diz respeito a poder e acúmulo de riqueza. Segundo Hobsbawm:

A onda revolucionária de 1830 foi, portanto, um acontecimento muito mais sério do que a de 1820. De fato, ela marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos próximos 50 anos seria a 'grande burguesia' de banqueiros (...).⁶⁰

De acordo com o historiador inglês uma grande insatisfação entre os trabalhadores mais pobres havia se instaurado provocando desordem econômica. Nesse ambiente de instabilidade, o movimento católico vicentino viu vasto campo para atuação. Dois anos após a fundação e com o rápido crescimento, o primeiro grupo de vicentinos notou a importância de ter um regulamento para consolidar e unificar as experiências e práticas dentro do movimento definindo, portanto, seus princípios e objetivos bem como os deveres de cada associado. Este regulamento é conhecido como Regra da Sociedade de São Vicente de Paulo⁶¹. Adaptando-se

⁵⁷ De acordo com Cláudia Neves da Silva, era costume entre os estudantes da Academia de Paris reunirem-se para discutir assuntos diversos, dando-se o nome a estas reuniões de conferência. Frederico Ozanam e seu grupo conservaram o nome conferência para suas reuniões. In: **“Poder público municipal e Sociedade de São Vicente de Paulo: dois modelos de atuação na área da assistência social em Londrina (1964 - 1988)”** UNESP/ Assis - SP, 1999, p. 50.

⁵⁸ Padre que no século XVII, na França, fundou diversas obras sociais voltadas para o atendimento aos mais necessitados, como a Congregação da Missão, Congregação das Filhas da Caridade, Associação das Damas de Caridade e outras obras, tendo sido aquele que primeiro organizou a caridade, isto é, sistematizou os serviços de atendimento aos pobres (TEIXEIRA, 1986).

⁵⁹ Idem, p. 29.

⁶⁰ HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 129.

⁶¹ CHIZOTI, G. **Os operários da caridade: a Sociedade de São Vicente de Paulo em São Paulo, 1874 - 1946**. 1991. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, p. 71.

às mudanças e se adequando a realidade de cada época, a Regra vicentina continua ganhando atualizações.

Em virtude da expansão do movimento, um organograma foi elaborado dividindo e definindo hierarquias dentro o movimento:

Desde as suas origens, o peso dos números impôs divisões, que tiveram que se reagrupar em órgãos coordenadores com o fim de manter a unidade da SSVP. O Regulamento de 1835 estabeleceu a criação de um Conselho de Direção (...).⁶²

A célula base da Sociedade de São Vicente de Paulo são as conferências vicentinas. Grupo de pessoas que desempenham a função executiva, realizando reuniões semanalmente e fazendo visitas domiciliares às famílias carentes. Além da abordagem espiritual, nestas reuniões os vicentinos debatem soluções que atendam as famílias que são ajudadas pelo grupo. A conferência vicentina é liderada por um presidente eleito pelos demais membros e este escolhe os integrantes de sua mesa, secretário e tesoureiro. Este procedimento é padrão em todas as hierarquias da S.S.V.P.. Cada conferência escolhe um santo padroeiro ou padroeira para que a conferência leve seu nome – Conferência Santa Terezinha, Conferência São Pedro – mesmo que todas sejam apadrinhadas por São Vicente de Paulo.

De acordo com o organograma, as conferências são, geograficamente, subordinada a um Conselho Particular. Este não é responsável pelo atendimento das famílias como as conferências. É função do Conselho Particular zelar pela formação espiritual dos vicentinos. Este, por sua vez, é subordinado ao Conselho Central, que desempenha função administrativa dentro da Sociedade de São Vicente de Paulo, encarregado pelo patrimônio móvel e imóvel pertencentes ao movimento. O Conselho Central é, geograficamente, vinculado a um Conselho Metropolitano que exerce função normativa e está subordinado ao Conselho Nacional de cada país. No topo da hierarquia vicentina, está o Conselho Geral, com sede em Paris. Todas as unidades hierárquicas vicentinas possuem um presidente.

A Sociedade de São Vicente de Paulo possui o Departamento de Obras Unidas. Com caráter diferente do que é realizado com as famílias carentes pelas conferências, as Obras Unidas são vinculadas a Conselhos Particulares e Centrais com personalidade Jurídica, onde projetos sociais são executados, como Creches, Instituições de Longa Permanência para

⁶² CHIZOTI, G. **Os operários da caridade: a Sociedade de São Vicente de Paulo em São Paulo, 1874 - 1946.** Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, p. 76.

Idosos (Asilos), Centro de Formação para Adolescentes e outros que variam com a realidade de cada cidade.

É necessário destacar a ausência feminina no movimento vicentino. No regulamento vicentino de 1960, no Artigo nº 18, parágrafo segundo, havia proibição explícita da participação de mulheres no movimento: “Como regra geral, recordemos que a obra é reservada aos homens e não pode ter senhoras no número dos sócios ativos ou honorários”. A edição anterior, 1956, trata o assunto com maior ênfase: “(...) é inegável que o homem tem mais autoridade para conseguir fazer-se ouvir e ser obedecido” ⁶³. Os dirigentes do movimento acreditavam que apenas os homens estariam preparados para lidar com as famílias carentes no que dizia a captação de recurso para o auxílio das mesmas, como para sua evangelização.

O debate sobre a participação feminina em movimentos leigos foi lançado no Concílio Ecumênico Vaticano II, onde, mesmo contragosto de alguns líderes religiosos, a assembleia reconheceu os avanços femininos e um novo decreto foi divulgado: “Uma vez porém que em nossos dias as mulheres tomam parte mais ativa em toda a vida da sociedade, é de grande importância sua participação mais ampla também nos vários campos de apostolado da Igreja” ⁶⁴.

Mesmo não sendo submetida às autoridades eclesiásticas, a Sociedade de São Vicente de Paulo, em harmonia com o Vaticano, adotou as novas orientações permitindo a participação das mulheres no movimento após esta data. Os homens vicentinos são chamados de Confrades e as mulheres, agora inclusas, chamadas de Consócias. Vinte e seis anos de existência, a Sociedade de São Vicente de Paulo já estava presente em dezoito países, em quatro continentes. No Brasil, o movimento chegou em 1872, na cidade do Rio de Janeiro com a Conferência São José, fundada pelo Conde Aljezur. Após a instalação da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil no final do século XIX, com rapidez as conferências multiplicaram-se. Doze anos após a fundação da Conferência São José, em 1884 o movimento contava com cerca de vinte e cinco conferências em cidades como Rio de Janeiro, Aracaty ,

⁶³ Sociedade de São Vicente de Paulo. **O que ela é e o que deve ser por perguntas e respostas**. Rio de Janeiro, 1956, p. 09 apud SILVA, C. N. **Poder Público Municipal e Sociedade de São Vicente de Paulo – dois modelos de atuação na área da assistência social em Londrinhas: 1964-1988**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 1999.

⁶⁴ DECRETO APOSTOLICAM ACTUOSITATEM, 1965. Disponível em: <http://www.veritatis.com.br/decreto-apostolicam-actuositatem-18-11-1965/> Consultado em: 10/08/2014.

Recife e Salvador. Em 1922, mais de duas mil conferências atuavam em diversas regiões do país.

Discurso difundido pelos integrantes do movimento, a Sociedade de São Vicente de Paulo esteve atenta aos acontecimentos e transformações, principalmente no campo socioeconômico, mesmo com algumas atualizações em seu regulamento, o movimento procurou manter seu princípio, que de acordo com a Regra:

A vocação dos membros da Sociedade é seguir Jesus Cristo servindo aqueles que precisam e, desta forma, dar testemunho do seu amor libertador, cheio de ternura e compaixão. [...] Fiel ao espírito de seus fundadores, a Sociedade esforça-se por se renovar sem cessar e por se adaptar às condições de mudança dos tempos. Ela quer estar sempre aberta às mutações da humanidade e às novas formas de pobreza que se possa identificar ou pressentir. Dá prioridade aos mais desfavorecidos e especialmente aos rejeitados pela sociedade.⁶⁵

Após a segunda metade do século XX, após uma avaliação de estruturas, o movimento vicentino, além do auxílio material e espiritual, voltou seu olhar para os mecanismos de promoção social das famílias carentes providenciando meios de inserir o assistido em sociedade.

A Sociedade presta ajuda imediata, mas busca, igualmente, soluções a médio e longo prazos. A Sociedade procura não só aliviar a miséria, mas também identificar as estruturas injustas que são a sua causa. Os vicentinos empenham-se em identificar as causas de pobreza e em contribuir para a sua eliminação. Em todas as suas ações de caridade, deve haver uma busca e luta pela justiça, tendo em conta as exigências da caridade.⁶⁶

E ressalta que o movimento “serve aqueles que estão em necessidade, qualquer que seja sua religião, o seu meio social ou étnico, o seu estado de saúde, o sexo e particularidades culturais ou opiniões políticas”⁶⁷. O auxílio é feito sem nenhum tipo de requisito religioso ou social, mas para ser um associado vicentino sempre foi necessário professar a fé católica e respeito aos dogmas e doutrinas da Igreja Católica.⁶⁸

⁶⁵ Sociedade de São Vicente de Paulo. **Regra da Sociedade de São Vicente de Paulo** – 30. ed. Rio de Janeiro/RJ – CNB da SSVP, 2007, p. 16.

⁶⁶ Idem, p. 26.

⁶⁷ Sociedade de São Vicente de Paulo. **Regra da Sociedade de São Vicente de Paulo** – 30. ed. Rio de Janeiro/RJ – CNB da SSVP, 2007, p. 17.

⁶⁸ De acordo com o livro do evangelista Mateus, os dignos entrariam no Reino do céu “porque tive fome e me deste comida; Tive sede, e tu me deste de beber; Eu era um estrangeiro e você me levou; Estava nu e você me vestiu; Eu estava doente e você me visitou; Eu estava na prisão e vocês vieram a Mim. Então os justos lhe responderão, dizendo: ‘Senhor, quando te vimos com fome e te alimentamos, ou com sede e te damos de beber? Quando te vimos um estrangeiro e te levamos, ou te nuemos e te vestimos? Ou quando te vimos doente, ou na prisão, e viemos a Ti?’. E o Rei responderá e lhes dirá: ‘Em verdade vos digo que, quando o fizestes a um destes

1.3.1 - Uberlândia e a Sociedade de São Vicente de Paulo.

Nascida no entorno de uma capela, a São Pedro de Uberabinha deixa de ser um local de passagem rumo ao centro-oeste e torna-se local de concreta ocupação. Partindo do pressuposto que só há crescimento a partir de estruturas, famílias fixadas procuraram fomentar determinadas relações sociais, econômicas e políticas no local. Igrejas, praças, e oficinas foram criadas visando a estruturação da cidade permitindo seu estabelecimento e crescimento. À medida que iam se estabelecendo as famílias se reuniam e, como de costume, erguiam a construção de uma capela representando, além de um sinal de religiosidade, a representação da consolidação do local. Visto o intenso crescimento da cidade, algumas lideranças políticas empenharam-se em prol da emancipação do então povoado.

Desde que foi elevada à município, Uberlândia traz em suas notícias e reportagens a preocupação e atenção com as camadas mais opulenta em relação aos problemas sociais. Esta preocupação obteve atenção à medida que Uberlândia ganhava espaço como polo comercial, acelerando os problemas do retraimento social. Neste momento acontecem os pequenos agrupamentos de moradores, a migração, subemprego e desemprego. A fragilidade de políticas sociais do município, ao mesmo tempo com o intenso projeto de industrialização potencializaram as lacunas agravando as práticas existentes como a mendicância.

Para justificar a existência social desta classe miserável, a sociedade burguesa forja um discurso, no qual, este estado de miséria a que uma considerável parcela da população está sujeita é atribuída a uma suposta prática de vadiagem, de preguiça e de imoralidade⁶⁹.

Essa vadiagem e preguiça discursada pela burguesia é retratada por Thompson ao afirmar que:

É demasiado fácil, entretanto, ver esse problema apenas como uma questão de disciplina na fábrica ou na oficina, e podemos examinar rapidamente a tentativa de se impor o “uso-econômico-do-tempo” nos distritos manufatureiros domésticos, bem como o choque dessas medidas com a vida social e doméstica.(...) “Se o preguiçoso esconde as mãos no colo, em vez de aplicá-las ao trabalho; se ele gasta o seu tempo em passeios, prejudica a sua constituição pela preguiça, e entorpece o seu espírito pela indolência então ele só pode esperar a pobreza como recompensa. O

meus pequeninos irmãos , Você fez isso comigo. ... Em verdade vos digo que, por não o terdes feito a um dos mais pequeninos, não o fizestes a Mim.” (Mateus, 25, 35-40,45)

⁶⁹ MACHADO, Maria Clara T.; LOPES, Valéria M. Q. C. **Caminho das pedras: Inventário temático de fontes documentais**. 1ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 159.

trabalhador não deve flunar na praça do mercado, nem perder tempo fazendo compras.⁷⁰

A partir dos problemas colocados e vivenciados, uma dada perspectiva burguesa uberlandense notou a necessidade de refletir e reconsiderar o espaço urbano onde os personagens discutidos estavam introduzidos:

Espaço urbano no qual o discurso dominante articulava e colocava em prática, prioritariamente, projetos políticos de progresso e de ordem, utilizando-se de estratégias e instrumentos que garantissem sua eficácia e relegando a segundo plano as questões sociais.⁷¹

Nesta concepção de progresso e de ordem, Thompson nos auxilia na reflexão acerca destes. Para o historiador o conceito em si não possui significado, pois, carecemos compreender qual forma os agentes sociais conferem significado de acordo com seu presente. Devemos nos ater que, quando conferido o significado do presente ao conceito de progresso atribuindo-o ao passado, buscaremos criar valores que corroborem a transformação do local, “com o intuito de ‘moralizar o povo, além de resgatar suas genealogias’”⁷².

Para a manutenção da disputa social a favor dos grupos que ergueram o conceito de progresso na cidade, alicerçado na desigualdade, era necessário uma ordem onde a disciplina seria absorvida pelas camadas sociais em que a desigualdade tornasse natural para os vários agentes sociais. Para tal, foram criados símbolos de demarcação do espaço social, evidenciando a função dos indivíduos no cenário. O crescimento da cidade de Uberlândia foi simultâneo com os projetos políticos e econômicos, direcionando escolhas a serem feitas, escolhas estas que deixaram consequências do processo acelerado com que foi conduzido.

O discurso de progresso e modernidade permeou as páginas da história local desde a sua emancipação. Observar o seu espaço urbano é perceber como as elites pensaram esta cidade ou como quiseram que ela fosse conhecida. O espaço urbano revela-se como um permanente suporte para essas memórias na medida em que os grupos

⁷⁰ THOMPSON, Edward P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: _____. Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia Das Letras, 1998, p.291. Disponível em: <http://www.repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/1200/1/TEMPO%2C%20DISCIPLINA%20DE%20TRABALHO%20E%20CAPITALISMO%20INDUSTRIAL.%20Costumes%20em%20comum.%20THOMPSON%2C%20E.%20P.%202005.pdf> Consultado em 10/07/2018

⁷¹ OLIVEIRA, Antoniette Camargo de. O Assistente Social em Uberlândia: Formação e Atuação Profissional, 1972-1989. 104f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de História 0 Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia., p. 11. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20490/1/AssistenteSocialUberlandia.pdf> Consultado em 23/06/2018.

⁷² Idem , p. 24.

sociais vão imprimindo seus desejos, sonhos, ansiedades, história e identidade nos diferentes espaços urbanos.⁷³

No discurso oficial da história uberlandense, arquitetada pela elite local, os conflitos eram inexistentes. Neste discurso estão excluídos aos “desertores dessa ordem: os leprosos, mendigos, prostitutas, vagabundos, grevistas, comunistas e tantos outros subversivos à vontade comum desta modernidade tão desejada pela utopia burguesa”⁷⁴. Assim, aliado ao processo de construção da cidade, há uma progressiva luta social, política e econômica que ocorre nos campos de representações, dessa forma, “as elites locais lançam mão de uma série de artifícios como a disciplinarização do espaço urbano por meio do controle social exercido pela polícia sanitária e dos costumes, dentre outras formas de disciplinarização visando a obtenção do ‘progresso’”.⁷⁵

Vários segmentos buscaram infundir o cenário urbano refletindo as pretensões de classes distintas, determinando no imaginário social o controle e a propagação de símbolos bem como meios de garantir o poder e sua perpetuidade na memória coletiva. Dessa forma, a história que foi oficializada pelas elites inclina-se a abafar os documentos do imaginário (Lopes, 2005). Nesta linha de observação, entendemos ‘elite’ como agentes instalados no alto da hierarquia social, ligados por determinados valores e crenças. De acordo com a cientista política Lorena Monteiro⁷⁶, o termo elite se refere à indivíduos que pertencem à grupos melhores posicionados na conjuntura social como um todo.

A elite – social, intelectual e cultural – não é algo dado, mas um fenômeno histórico a ser investigado e estudado. Deve ser tomado por suas bases e atributos, bem como por suas práticas sociais, tomadas de medidas e seu contexto histórico. A partir de estudo sociológico, a exposição de grupos sociais em que as elites estão inseridas revelam a estrutura de domínio na sociedade e as mudanças ocorridas na reprodução das mesmas com os processos de institucionalização de determinadas esferas sociais. Ao creditar às elites o papel de agentes e personagens políticos, a análise histórica ganha espaço ao remover o encargo moral típico do

⁷³ LOPES, Valéria M. Q. C. Caminhos e Trilhas de uma História. In: Olhares e Trilhas. Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 17-24, 2005, p. 22. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/olharesetrilhas/article/viewFile/3473/2556> Consultado em 26/06/2018.

⁷⁴ MACHADO, Maria Clara T.; LOPES, Valéria M. Q. C. **Caminho das pedras: Inventário temático de fontes documentais**. 1ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 11.

⁷⁵ Idem, p.139.

⁷⁶ MONTEIRO, Lorena. Estudo das elites políticas e sociais: contribuições da Sociologia e da História. In: Revista Sociedade e Cultura. Goiânia, v. 12, n. 1, p. 25-32, Jan/Jun, 2009. <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/viewFile/4864/4941> Consultado em 26/08/2018.

termo ‘elite’, atribuindo-lhe noção sociológica, de modo a destacar os benefícios decorrentes de um significado destituído de qualquer valoração normativa.

As elites são definidas pela detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual, e o estudo das elites seria um meio para determinar 'quais os espaços e mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios empregados para o acesso às posições dominantes'.⁷⁷

Conforme Flavio Heinz, essa combinação viabilizaria uma ‘análise mais fina’ dos sujeitos fixados no alto da hierarquia social, compreendendo, portanto, a complexidade das relações com o cenário ou setores sociais específicos. Vale ressaltar que a descrição ampla de elite confere utilidade no sentido de que a consideramos aberta para o estudo de suas variantes: “seria uma abordagem que não deixa perder de vista o contexto sócio-histórico nas quais se inserem, por um lado, e que se afaste a visão elitista que enfatiza o seu papel enquanto ator histórico primordial, por outro”⁷⁸.

Tendo a cidade de Uberlândia nascida na perspectiva do progresso, as variantes políticas e econômicas concorreram para os interesses que eram comuns às elites locais (Lopes, Machado, 2008). As obras e realizações de uma cidade em pleno desenvolvimento ocultava as complexas relações e tensões contidas nas ruas e avenidas de Uberlândia.

O discurso que permeia a história dessa cidade a qualifica como ordeira, pacífica e progressista, mesmo quando os movimentos sociais cintilam o perigo de rompimento dessa ordem política imposta. (...) Nessa lógica, as elites vão assistindo a pobreza e a confinando em espaços limitados, fazendo com que não apareçam nas estatísticas oficiais como tais, ao mesmo tempo em que vai sendo construída a imagem de uma cidade modelo para a região, e porque não, para o país.⁷⁹

Os integrantes do movimento da Irmandade e da Sociedade de São Vicente de Paulo, como observaremos a seguir, eram homens de destaque no âmbito político, econômico, social e cultural da cidade de Uberlândia. De forma distinta, os movimentos agregavam status aos seus participantes. Aos irmãos da Irmandade da Misericórdia uma elevação de status. O movimento das Irmandades, especificamente a Misericórdia, em Uberlândia, era constituído por homens trabalhadores, de diversas profissões, letrados ou não que enxergavam no

⁷⁷ HEINZ, Flávio M. (org.). 2006. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 8, Apud COSTA, Luiz D.; GOUVEA, Julio C. Elites e historiografia: questões teóricas e metodológicas. In: Revista de Sociologia e Política, n. 28, Curitiba, Junho, 2007. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782007000100017 Consultado em: 28/06/2018.

⁷⁸ Idem

⁷⁹ MACHADO, Maria Clara T.; LOPES, Valéria M. Q. C. **Caminho das pedras: Inventário temático de fontes documentais**. 1ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2008, p.18.

pertencimento do movimento uma maneira que conferir uma posição social entre os seus. Da mesma forma ocorreu no movimento vicentino em Uberlândia.

De origem diferente das Irmandades as quais já citamos, a Sociedade de São Vicente de Paulo teve sua origem no meio acadêmico, espaço de uma faculdade de Direito em Paris, como já abordamos. A elite acadêmica de sua origem caminhou por séculos ao lado dos seus integrantes. Ser vicentino era sinônimo de pessoa polida, culta e de estirpe social, além de referência no meio religioso. Participar do movimento vicentino era visto entre os seus como um atestado de boa índole e honestidade, exposição muito utilizada e difundida pelos próprios integrantes da Sociedade de São Vicente de Paulo.

A imprensa era um importante aliado na difusão dessa ideia trazendo adjetivos honrosos ao movimento e aos seus pertencentes, colocando todos num mesmo patamar social na busca de uma identidade local caritativa aos cidadãos uberlandenses “ao mesmo tempo, proporcionam o destaque de alguns ‘ilustres cidadãos’ elevados à categoria de heróis locais.”

80.

A historiadora Valéria Lopes, 2008, alerta que o homem comum, “trabalhador anônimo”, não pertencente a esse status adquirido, participa dessas práticas como espectador e não como sujeito. É certo que era permitido participar de mais de um movimento, como muitos fizeram, inclusive sendo vicentino e irmão da Misericórdia, e para cada movimento um olhar social era conquistado. Os homens que participavam do movimento vicentino no período pesquisado foram cidadãos que se desejavam representados como notáveis para a cidade de Uberlândia. Estes integrantes eram políticos, empresários, médicos, professores, fazendeiros, etc, que hoje levam seus nomes em bairros, ruas, avenidas e obras de destaque na cidade.

Ao final do século XIX, tentativas de fundação de conferências vicentinas foram feitas em Uberlândia. Em meados de 1898 foi criada uma conferência vicentina sob a presidência do Vigário Pedro Pio Dantas Barbosa, também conhecido como Vigário Dantas. Segundo documentos vicentinos ⁸¹, encerrou atividade após três reuniões. Outra tentativa foi feita em 25 de Junho de 1905, mas a conferência encerrou as atividades no início de 1906. Dez anos depois da segunda tentativa, em 1916, “mais precisamente do dia 02 de Janeiro

⁸⁰ MACHADO, Maria Clara T.; LOPES, Valéria M. Q. C. **Caminho das pedras: Inventário temático de fontes documentais**. 1ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 59.

⁸¹ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Apanhados históricos da Sociedade de São Vicente de Paulo em Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia [19--], p.1.

daquele ano é que seria plantada a sementes que vingaria e floresceria definitivamente”⁸². A convite do Cônego Pezzuti, reuniu na sacristia da Igreja Nossa Senhora do Carmo, velha Igreja Matriz, localizada na Praça da Matriz, denominada mais tarde Praça Minas Gerais e posteriormente Praça Cícero Macedo, um grupo de cidadãos ligados à elite e com posses econômicas entre eles: Cel. Arlindo Teixeira, Dr. Abelardo Pena, Daniel Fonseca, Honorato Martins, Dr. Antônio Santa Cecília, Arlindo Teixeira Júnior, Francisco Giffoni, Benjamin Monteiro e Cel. Marciano de Ávila. Desta reunião foi fundada a Conferência Nossa Senhora do Carmo, padroeira da cidade, ainda São Pedro do Uberabinha, que não passava três mil habitantes⁸³. Por aclamação, foi indicado o nome de Cel. Arlindo Teixeira para presidente da Conferência que de imediato nomeou para compor a mesa diretora o Cel. Marciano de Ávila para vice-presidente, Dr. Antônio Santa Cecília para secretário e Benjamin Monteiro para tesoureiro.

A Conferência Nossa Senhora do Carmo funcionava normalmente conforme o regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo prestando auxílio material a algumas famílias mais necessitadas da cidade. Pouco tempo após a fundação da Conferência, o presidente da mesma, Cel. Arlindo Teixeira, propôs ao grupo a criação de um abrigo para atender mendigos desamparados. “Graças aos seus esforços e ao auxílio dos confrades e pessoas caridosas”⁸⁴, em 1919 a Conferência comprou um terreno do Senhor Tobias Ignácio de Souza “na parte nova da cidade”⁸⁵ e logo começaram a construção do prédio.

Em Janeiro de 1920 os alicerces já estavam prontos e a construção continuou “condicionada a despeza aos poucos recursos obtidos da assistência particular” [sic]⁸⁶. Três anos após o início da construção, em Julho de 1923 foi terminada as obras e foi imediatamente entregue o abrigo de ambos os sexos. O nome escolhido para a obra foi Asilo São Vicente de Santo Antônio⁸⁷. Em pouco tempo foi notada falta de planejamento na administração do Asilo. Havia dificuldades em encontrar um encarregado “idôneo”⁸⁸ que resultaram em obstáculos na direção evidenciando a impossibilidade de manter uma obra que

⁸² Idem

⁸³ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Apanhados históricos da Sociedade de São Vicente de Paulo em Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, [19--], p.1.

⁸⁴ Instituição Social São Vicente e Santo Antônio: Documentos Avulsos. “**Apanhados históricos do Asilo São Vicente e Santo Antônio**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, [19--]

⁸⁵ Idem

⁸⁶ Instituição Social São Vicente e Santo Antônio: Documentos Avulsos. “**Apanhados históricos do Asilo São Vicente e Santo Antônio**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, [19--]

⁸⁷ Ainda em atividade, porém, com alteração de nome para Instituição Social São Vicente e Santo Antônio.

⁸⁸ Idem

atendesse homens e mulheres no mesmo espaço. Neste período adaptações e reparos tiveram que ser realizados no prédio.

Vale ressaltar que o conceito de Asilo – Atualmente Instituições de Longa Permanência para Idosos – que temos hoje não é a mesma do início do século XX. Durante as três primeiras décadas do século passado, a expectativa de vida dos brasileiros era de apenas 34 anos de idade ⁸⁹. Os Asilos não estabeleciam apenas o critério de velhice para que uma pessoa fosse atendida. Desvalidos e abandonados às margens da sociedade, de diversas faixas etária, eram asilados durante este período.

Dezoito anos após a fundação da Conferência Nossa Senhora do Carmo, a primeira conferência vicentina da cidade de Uberlândia, em 17 de Julho de 1934, foi fundada a Conferência Nossa Senhora do Rosário. Com o aumento de número de vicentinos na cidade, foi percebida a necessidade de ampliar o trabalho de modo a aplicá-lo de forma eficaz, fundando, portanto, a segunda conferência.

Neste mesmo ano, no mês de Agosto, foi criado o Dispensário dos Pobres de Uberlândia, uma “associação beneficente” ⁹⁰ que tinha por “finalidade dar assistência aos mendigos, empregando esforços no sentido de evitar mendicância pelas ruas” ⁹¹. O Dispensário dos Pobres de Uberlândia era constituído por um ilimitado número de sócios e tinha em um de seus objetivos construir uma “Vila do Pobre” ⁹² e para alcançar tal finalidade, além das mensalidades cobradas dos sócios, o Dispensário promoveria festas e quermesses.

De acordo com Capítulo II do Estatuto do Dispensário dos Pobres de Uberlândia, qualquer cidadão poderia ser um associado, desde que comprometesse a contribuir com quantia superior a um mil reis mensais. A diretoria do Dispensário era constituída por

⁸⁹ Diferente da expectativa de vida atualmente que gira em torno de 72 anos, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Segundo o Estatuto do Idoso de 2003, é considerado idoso pessoas acima de 60 anos de idade. Seguindo este raciocínio, assim como expôs Souza (2010), “poder-se-ia estimar que durante as últimas décadas da Primeira República, “velho” seria todo indivíduo acima dos 30 anos”. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0188.pdf> Consultado em 10/10/2017.

⁹⁰ Dispensário São Vicente de Paulo: Documentos Avulsos. “**Estatuto do Dispensário dos Pobres**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 04 de Setembro de 1935, Artigo 01, p.1.

⁹¹ Dispensário São Vicente de Paulo: Documentos Avulsos. “**Apanhados históricos do Dispensário dos Pobres**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, [19--].

⁹² Dispensário São Vicente de Paulo: Documentos Avulsos. “**Estatuto do Dispensário dos Pobres**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 04 de Setembro de 1935, Artigo 03, p.1.

Presidente, Vice-presidente, 1º Secretário, 2º Secretario, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro com mandato de um ano podendo ser reeleitos ⁹³.

O Dispensário dos Pobres de Uberlândia era uma associação constituída por cidadãos uberlandenses de caráter filantrópico e expressa em seu estatuto: “C) Exigir que nas reuniões da administração haja inteiro afastamento de assuntos que se ligue à religião e à política” ⁹⁴. As reuniões administrativas do Dispensário eram realizadas no prédio da Santa Casa de Misericórdia, neste período Hospital Municipal, pois, em 1934 a Casa estava sob administração do Governo Municipal. Todas as Atas das reuniões do Dispensário deveriam ser acompanhadas do visto do Prefeito Municipal, mostrando que este estava sempre ciente das atividades da associação.

De acordo com o historiador Raphael Ribeiro, o Dispensário dos Pobres tinha como objetivo, para além de retrair os mendigos da rua:

Era de auxiliar materialmente a pobreza e exercer controle sobre as doenças contagiosas. O seu alvo principal eram os doentes portadores de Hanseníase, e, no Estado Novo, teve papel atuante na aplicação da política de saúde que construiu leprosários e preventórios por todo país. Neste sentido, este Dispensário promoveu a disciplinarização do espaço urbano de Uberlândia, afastando a pobreza indigente para a periferia, mantendo, dessa forma, a imagem de cidade jardim. ⁹⁵

O Dispensário dos Pobres de Uberlândia, era uma associação beneficente sem cunho religioso com objetivo de evitar a mendicância na cidade. Em sete anos de existência, o Dispensário lidou com diversas crises que ameaçaram o encerramento de suas atividades. No dia 28 de Abril de 1941, no Salão Nobre do Uberlândia Clube Sociedade Recreativa, tradicional clube da elite uberlandense, a pedido do Prefeito Municipal Sr. Vasco Giffoni, uma reunião foi convocada com os associados do Dispensário dos Pobres de Uberlândia, entre eles o Sr. Afrânio Rodrigues da Cunha, presidente do Dispensário, Custódio Pereira Sobrinho, também vicentino, Professor José Inácio de Sousa, Aristides Figueiredo, Angelino Pavan, Professor Jerônimo Arantes, Sandoval Guimarães, Dr. Jaci de Assis entre outros “cuja finalidade é a de reorganizar o Dispensário dos Pobres, cuja atividade foi suspensa há cerca de

⁹³ Dispensário São Vicente de Paulo: Documentos Avulsos. “**Estatuto do Dispensário dos Pobres**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 04 de Setembro de 1935, Capítulo 3, Artigos 07 e 08, p.1.

⁹⁴ Dispensário São Vicente de Paulo: Documentos Avulsos. “**Estatuto do Dispensário dos Pobres**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 04 de Setembro de 1935, Capítulo 2, Artigo 6, item C, p.1.

⁹⁵ MACHADO, Maria Clara T.; LOPES, Valéria M. Q. C. **Caminho das pedras: Inventário temático de fontes documentais**. 1ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 245.

um mês, em virtude da dificuldade financeira da associação filantrópica”⁹⁶. O presidente da Associação, Sr. Afrânio Rodrigues, fazendo uso da palavra, expôs a necessidade de reorganização “desta entidade que tão grandes benefícios vêm prestando à nossa cidade”⁹⁷. Ainda em uso da palavra, o presidente apresentou a situação financeira da obra externando os motivos que “exigiram a suspensão das atividades do Dispensário, decorrente da deficiente colaboração do povo”⁹⁸.

Com atividades suspensas, meses depois uma nova reunião é feita. Nesta reunião o intuito é transferir a administração do Dispensário dos Pobres de Uberlândia. Em ata registrada em cartório, no dia 11 de Dezembro de 1941, reuniram-se na sede da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia (ACIUB), atualmente ainda uma das associações civis em Uberlândia, membros da diretoria do Dispensário, membros da diretoria do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo e alguns vicentinos, o Cônego Eduardo A. dos Santos, Tenente Coronel João Lemos da Silva e o Prefeito Municipal Vasco Giffoni que foi quem convocou a referida reunião.

De acordo com o Prefeito Municipal, quem presidiu a reunião, o Tenente Coronel João Lemos da Silva foi quem primeiro teve a ideia de transferir o Dispensário aos cuidados da Sociedade de São Vicente de Paulo que aceitou a “missão de doravante dirigir”⁹⁹ e que, nas palavras do prefeito, era com muita satisfação que se “congratulava, não somente com a diretoria daquela Sociedade, que, tinha certeza, excelentes serviços iria prestar à cidade socorrendo os seus pobres que andam a mendigar pelas ruas”¹⁰⁰.

Tomando a palavra, o Tenente Coronel João Lemos, explanou sobre as dificuldades que o Dispensário havia passado e que era necessária a transferência da mesma para que se tornasse operante como foi. Protestando apoio de sua Delegacia Regional, o Tenente Coronel “referiu-se à abnegação e ao espírito de sacrifício dos vicentinos, à sua sempre boa disposição para a prática da caridade, qualidade que os tornam capazes de grandes empreendimentos no

⁹⁶ Dispensário São Vicente de Paulo: **Ata da reunião do Dispensário dos Pobres**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 28 de Abril de 1941, p. 28.

⁹⁷ Idem

⁹⁸ Dispensário São Vicente de Paulo: **Ata da reunião do Dispensário dos Pobres**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 28 de Abril de 1941, p. 28.

⁹⁹ Dispensário São Vicente de Paulo: **Ata da reunião do Dispensário dos Pobres**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1941, 11 de Dezembro de 1941.

¹⁰⁰ Idem

campo social”¹⁰¹. Declara que a mendicância nas ruas uberlandenses “depõe contra os fôros de civilização desta cidade progressista”¹⁰². Esta declaração do Tenente Coronel evidencia que o problema a ser apontado não era a erradicação da miséria, mas o de confinar estes personagens a espaços preliminarmente delimitados e proibi-los de expor a pobreza em locais públicos ou naqueles já destinados ao deleite da elite uberlandense.

A diretoria do Dispensário dos Pobres de Uberlândia, representada por Angelino Pavan, vice-presidente, declarou que estavam de pleno acordo com a transferência que ali se processava, pois, não podiam “continuar a oferecer a Uberlândia a grande vantagem do afastamento dos indigentes das ruas da cidade”¹⁰³, e sem este afastamento daria “ideia de que o povo de Uberlândia não possui os atributos de generosidade que tão justamente lhe são conferidos [sic]”¹⁰⁴. O Cônego Eduardo Alves dos Santos ao fazer uso da palavra reforçou a questão “árdua”¹⁰⁵ seria a missão assumida pela Sociedade de São Vicente de Paulo na “extinção daquele tão triste espetáculo da indigência pelas ruas locais”¹⁰⁶. Ficou estabelecido em reunião que o patrimônio pertencente ao Dispensário dos Pobres seria transferido para a Sociedade vicentina e deixou ao critério do movimento a mudança da denominação da obra.

Para a historiadora Iara Toscano Correia, 2008, a organização e disciplinarização deste espaço urbano era fundamental, neste sentido, para que amparasse o progresso uberlandense. Para tal, a imprensa seria o melhor mecanismo de restabelecer a ordem e assegurasse a tranquilidade dos cidadãos. Em matéria¹⁰⁷ no Jornal Correio de Uberlândia, dois dias após a reunião de transferência, fez-se pública a mudança ocorrida no Dispensário:

Até que enfim! Resolvido em nossa cidade o problema da mendicância – Uma reunião importante pela elevação do seu espírito – Apoiadas, todas as sugestões, pelo dinâmico Prefeito Vasco Giffoni – A Sociedade de São Vicente de Paula substitue o Dispensário dos Pobres. [sic]¹⁰⁸

¹⁰¹ Dispensário São Vicente de Paulo: **Ata da reunião do Dispensário dos Pobres**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1941, 11 de Dezembro de 1941.

¹⁰² Dispensário São Vicente de Paulo: **Ata da reunião do Dispensário dos Pobres**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1941, 11 de Dezembro de 1941.

¹⁰³ Dispensário São Vicente de Paulo: **Ata da reunião do Dispensário dos Pobres**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1941, 11 de Dezembro de 1941.

¹⁰⁴ Dispensário São Vicente de Paulo: **Ata da reunião do Dispensário dos Pobres**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1941, 11 de Dezembro de 1941.

¹⁰⁵ Idem

¹⁰⁶ Dispensário São Vicente de Paulo: **Ata da reunião do Dispensário dos Pobres**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1941, 11 de Dezembro de 1941.

¹⁰⁷ **Até que enfim!** Correio de Uberlândia, Uberlândia, 13 de Dezembro de 1941, p.1.

¹⁰⁸ Idem

Ao longo da matéria há exposições dos motivos que levaram a suspensão de atividades e a transferência para a Sociedade de São Vicente de Paulo. O Jornal Correio de Uberlândia afirma em nota que “sempre luta pelo engrandecimento de Uberlândia e do Brasil Central e dessa forma, tudo fará”¹⁰⁹ para colaborar com o movimento vicentino. Outro jornal a destacar a transferência do Dispensário foi o Jornal A Tribuna, em matéria do dia 18 de Dezembro de 1941. Diferente da nota do jornal anterior, este ressalta as inúmeras crises que a obra havia passado “num constante abre e fecha, era o socego e o desassocego intermitente para a população [sic]”¹¹⁰. Explicados os recentes fatos nas reuniões ocorridas, a matéria noticia que a entidade filantrópica havia sido passada para “os cuidados da caridosa”¹¹¹ Sociedade de São Vicente de Paulo e pela primeira vez informa ao público sua nova denominação: Dispensário São Vicente de Paulo. Ao encerrar a matéria, o jornal destaca o trabalho vicentino:

Conhecemos o valor da entidade religiosa que assumiu a árdua e laboriosa tarefa. Sob o bafejo do querido Santo, emblema da caridade, podemos assegurar que acabaram as crises no Dispensário. Agora o povo que cerre fileiras com os desprendidos Vicentinos, apoiando-os sem esmorecimento e temos fê de que em novos rumos e a consagrada dos atuais mentores, não haverá mais o Abre e Fecha. Para tanto, todo o uberlandense deve auxiliar com firmeza. [sic]¹¹²

Menos de um mês após a transferência, a primeira reunião do Dispensário São Vicente de Paulo – Assistência aos Mendigos foi realizada na sacristia da Matriz de Santa Terezinha. É válido ressaltar que o – agora extinto - Dispensário dos Pobres de Uberlândia era uma associação filantrópica – como em muitas vezes assim se intitulou - não poderia realizar suas reuniões em espaço religioso como a sacristia de uma Igreja. Transferido para um movimento de cunho religioso, o Dispensário São Vicente de Paulo não apenas carrega em seu nome este vínculo como é direcionado dentro destes espaços. Sendo uma obra transferida, o Dispensário já contava com 180 famílias pobres fichadas, sendo que destas, 120 haviam sido adotadas e 60 rejeitadas por constatarem que estavam em condições de se manterem sem o auxílio da obra.

¹⁰⁹ **Até que enfim!** Correio de Uberlândia, Uberlândia, 13 de Dezembro de 1941, p.3.

¹¹⁰ **O Dispensário em novos rumos.** A Tribuna, 18 de Dezembro de 1941.

¹¹¹ **O Dispensário em novos rumos.** A Tribuna, 18 de Dezembro de 1941.

¹¹² Idem

Em Fevereiro de 1942, menos de dois meses após transferência, o jornal O Estado de Goiaz publicou matéria sobre o “A questão do Dispensário S. Vicente de Paulo” ¹¹³. Diferente das matérias de jornais que já citamos, este traz uma abordagem diferente:

Antes de tratar diretamente do Dispensário, o que faremos em outra edição, é bom dar algumas notas a respeito dos Vicentinos pois, são eles batalhadores seguros e que nunca fazem por si mesmo uma obra social de beneficência, sem que primeiro estudem bastante e peçam proteção de S. Vicente. ¹¹⁴

A matéria traz um breve histórico da Sociedade de São Vicente de Paulo em Uberlândia desde a fundação da primeira conferência vicentina, a Conferência Nossa Senhora do Carmo, as demais conferências, o Asilo, a Vila e o recém-administrado Dispensário São Vicente de Paulo. Podemos perceber nas matérias já apresentadas a maneira com que a Sociedade Vicentina é retratada para a população uberlandense. Não apenas o movimento, mas os próprios integrantes recebem conotação de pessoas honrosas, exemplares à sociedade, “batalhadores” ¹¹⁵ e “desprendidos” ¹¹⁶. Participar de um movimento que tão elogiado é pela imprensa e no meio político era visto como oportunidade de, ao fazer parte do mesmo, tornar-se parte ativa das honras atribuídas.

Nesta linha de raciocínio, em busca de legitimar o discurso dominante através da imprensa local, os artigos “tecem uma realidade social na qual os diversos fios da trama vão compondo um mosaico de cores e brilhos diferenciados, porém, matizados de forma a configurar uma dada representação social” ¹¹⁷. Os artigos dos jornais refletem as angustias e preocupações dos setores privilegiados da sociedade, no caso da mendicância, e exaltam aqueles que trazem a solução, os vicentinos. Não apenas na imprensa local, mas “vez por outra, os noticiários veiculados em cadeia nacional nos dá conta dessa cidade que ‘cresce vertiginosamente’ e se apresenta como ‘a menina dos olhos de Minas.’” ¹¹⁸. Portanto, os cidadãos necessitavam de práticas concretas que oferecessem à cidade o que tanto era noticiado e, para tal, os mecanismos de controle eram essenciais.

Podemos observar a imprensa escrita em sua maneira de se constituir nas relações sociais históricas como um propulsor dinâmico visto que desempenha função no processo de construção de um imaginário social a respeito da vida. De acordo com Raymond Williams, a

¹¹³ A.M.F. **A questão do Dispensário S. Vicente de Paulo**. O Estado de Goiaz, 01 de Fevereiro de 1942.

¹¹⁴ Idem

¹¹⁵ A.M.F. **A questão do Dispensário S. Vicente de Paulo**. O Estado de Goiaz, 01 de Fevereiro de 1942.

¹¹⁶ **O Dispensário em novos rumos**. A Tribuna, 18 de Dezembro de 1941.

¹¹⁷ MACHADO, Maria Clara T.; LOPES, Valéria M. Q. C. **Caminho das pedras: Inventário temático de fontes documentais**. 1ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 160.

¹¹⁸ Idem, p. 114.

linguagem não pode ser considerada simplesmente como um reflexo da realidade, mas como um dispositivo de poder que transmite uma ideia a respeito de algo. Neste entendimento, podemos conceituar a linguagem como cultura, pois, é uma criação humana e se revela no processo social de concepção como prática social por meio do qual o homem se expande para o mundo de forma constitutiva.

Devemos perceber os sujeitos sociais a partir da realidade em que estão inseridos. Neste caso o jornal representa a vivência entre os diferentes grupos sociais e os papéis que lhe são atribuídos. Dessa forma ocorre a dispersão de uma visão acerca da cidade de Uberlândia como um ambiente de “convergência de riquezas, de população correta, amistosa e trabalhadora e onde seus líderes e sujeitos sociais ‘ilustres’ tornaram-se os agentes sociais responsáveis por seu progresso”¹¹⁹. Ao analisarmos as matérias de jornais utilizadas neste estudo, podemos visualizar os projetos e intenções dos sujeitos letrados, assim como as disputas por espaços de poder na cidade por parte das instituições, utilizando-se de prerrogativas em consonância ao desenvolvimento da cidade. As várias ideias transmitidas em diversas matérias de jornais caracterizam e descaracterizam determinados valores, locais e práticas.

O discurso do desenvolvimento urbano disseminado nos jornais locais privilegiaram determinados espaços:

Entretanto, notamos que esse desenvolvimento urbano privilegiou alguns espaços sociais e seus sujeitos, tendo como justificativa a sua importância social, associada quase sempre às práticas assistencialistas de seus membros. Assim, o comércio estabelecido nas áreas centrais foi amplamente favorecido¹²⁰.

Os jornais locais agiam de forma a dar importância e reconhecimento aos lugares escolhidos pelas elites, em sua maioria na região central, onde a valorização se relaciona com as transformações do modo de viver urbano e onde as constantes construções arquitetônicas nestas áreas simbolizam o progresso e modernidade. Este desenvolvimento não era sinônimo de uma política de igualdade e inclusão.

¹¹⁹ CAMARGO, Cassiana C. Cultura letrada e imprensa: O Jornal Correio de Uberlândia. 1938 – 1960. 2004, 49fl, Monografia (Bacharelado em História) Instituto de História – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, p. 10. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19438/1/CulturaLetradaImprensa.pdf> Consultado em 15/06/2018.

¹²⁰ Idem, p. 28.

Seguindo esta abordagem, o Jornal Correio de Uberlândia em matéria¹²¹ publicada em Fevereiro de 1942, cerca o movimento vicentino de elogios e conclama a população uberlandense a apoiá-los. Assim diz o título da matéria:

Sociedade São Vicente de Paulo: uma instituição que a nossa cidade se orgulha de possuir. Ordem, respeito, equidade, é o que com satisfação constatamos – O povo não pode e não deve negar o seu apôio á essa entidade. [sic]¹²²

Em 1968 o Dispensário São Vicente de Paulo, obra da Sociedade de São Vicente de Paulo, atendeu as orientações emanadas do Conselho Nacional e passou a desenvolver atividades de “promoção integral do assistido” encaminhando-os a regularizarem documentos, casamentos, carteiras de trabalho e escolas para os filhos. Com a expansão da ICASU¹²³ (Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia) o Dispensário suspendeu suas atividades na cidade, porém, mantém sua diretoria ativa.

Ao longo de 1942, a Sociedade de São Vicente de Paulo continuou exercendo atividades na cidade de Uberlândia. Com três conferências, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora Aparecida, o Conselho Particular, a Vila Imaculada Conceição, Asilo São Vicente e Santo Antônio e o Dispensário, a Sociedade de São Vicente de Paulo cresceu rapidamente em menos de trinta anos de existência na cidade.

Os mecanismos de controle que pretendiam ocultar a maquiagem das desigualdades sociais presentes na cidade de Uberlândia buscavam inibir os conflitos de grupos sociais atuando como dispositivos de vigilância e controle validando as aplicações e normas urbanas. Neste sentido, Uberlândia contava com uma rede para tal controle sendo constituída pelo Asilo São Vicente de Paulo, Dispensário São Vicente e Santa Casa de Misericórdia, administrado pelo movimento vicentino, e o Sanatório Espírita de Uberlândia, administrado pelo Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade. No próximo capítulo observaremos a abordagem destes, especificamente a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia, objeto desta pesquisa, e sua atuação na busca de oferecer à cidade uma instituição que fosse de encontro aos anseios de sua população.

¹²¹ **Sociedade São Vicente de Paulo: Uma instituição que nossa cidade se orgulha de possuir.** Correio de Uberlândia, 11 de Fevereiro de 1942, nº 863, p. 1.

¹²² Idem

¹²³ Instituição fundada em 1967 com objetivos de eliminar a mendicância, facilitar o acesso de portadores de necessidades especiais e pessoas necessitadas no mercado de trabalho e demais ações sociais na cidade de Uberlândia. Juntamente com a Prefeitura Municipal de Uberlândia, a polícia militar, e o Albergue Noturno Ramatis, executam um trabalho, seguindo metas e objetivos coerentes com a política local e seguindo plano de ação definido frente à sociedade. Para melhor conhecimento acerca da ICASU, ver: MACHADO, Maria Clara T. *A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada: (Uberlândia – 1965 a 1980)*. 1990 Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990, Mimeografado.

CAPÍTULO II: Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Trajetória e uma Nova Administração.

Devidamente transferida no final do ano 1942, a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia iniciou o seguinte ano com uma administração nova. Em reunião do Conselho Particular no dia 10 de Janeiro de 1943, sob presidência do Confrade Theodomiro da Costa Mattos, foi escolhida a primeira diretoria da Santa Casa de Misericórdia nesta nova fase. No dia seguinte, 11 de Janeiro, uma nota foi repassada a Rádio e Jornais de circulação de modo que a sociedade uberlandense tomasse conhecimento da reorganização da Santa Casa bem como sua nova diretoria.

Enviado aos jornais A Tribuna, Correio de Uberlândia, O Repórter, O Estado de Goiaz e a Radio Difusora P-R.C6 os seguintes esclarecimentos:

Como é de conhecimento de V. S. a Prefeitura por decreto de 9 de Dezembro do ano p.findo, resolveu entregar a direção e a manutenção do Hospital Municipal a Sociedade de São Vicente de Paulo.

Para o bom e fiel desempenho do encargo assumido, pedimos e contamos com o esforço e cooperação de todos, e neste sentido faz a Sociedade um apelo a população, por intermédio desse conceituado jornal, para que ampare e auxilie eficazmente esta obra de tão grande alcance social.

Nesta oportunidade apraz-nos comunicar a V. S. que por deliberação deste Conselho, ficou assim constituída a Mesa Administrativa que regerá os destinos da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia:

Provedor: Confrade Sandoval Guimarães

Vice Provedor: Confrade João de Oliveira Guimarães

Secretário: Confrade Bolivar de Carvalho

Tesoureiro: Confrade Alexandre Santos

A escolha recae, portanto em nomes representativos de nossa sociedade de quem é lícito esperar os maiores benefícios, confiados na ação firme e real valor que os mesmos tem demonstrado, quer na vida pública ou particular.

Para representante assistente deste Conselho junto a Mesa Administrativa, foi designado o confrade vicentino Custódio Pereira Sobrinho, Presidente do Dispensário de S. Vicente de Paulo. Com elevada estima e consideração, subscrevo-me. Theodomiro da Costa Mattos. [sic] ¹²⁴

Em trecho do documento exposto é repassada a mensagem que os membros diretores da Sociedade de São Vicente de Paulo queriam passar à sociedade uberlandense

¹²⁴ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “Nota aos jornais locais”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 11 de Janeiro de 1943.

quando destaca a escolha da Mesa Administrativa dizendo que são “nomes representativos de nossa sociedade de quem é lícito esperar os maiores benefícios, confiados na ação firme e real valor que os mesmos tem demonstrado, quer na vida pública ou particular”. É deslocado para a notícia que estes homens são, na vida particular, o que demonstram em vida pública, elevando valores morais e éticos a estes e ao movimento manifestando à população que participam da Sociedade Vicentina apenas pessoas de índole e caráter.

A posse da referida diretoria foi marcada para o dia 18 de Janeiro com a presença dos vicentinos uberlandenses e de cidades vizinhas, políticos locais, a Irmã superiora Maria Gema do Menino Jesus da Congregação Nossa Senhora da Piedade que assumiu as atividades internas da Casa e Paulo Carneiro representando o Prefeito Municipal. O Cônego Eduardo Alves dos Santos, usando a palavra, ressalta com satisfação a escolha da mesa em “elementos representativos da sociedade uberlandense, cavalheiros de reconhecida probidade e muitíssimo estimados por toda população local” ¹²⁵, reforçando a ideia que expomos no parágrafo anterior. Em ata há uma breve retificação do que foi exposto na nota enviada aos jornais no dia 11 de Janeiro. Segundo a ata de posse ¹²⁶, o Confrade Custódio Pereira Sobrinho, que havia sido designado para representar o Conselho Particular na diretoria da Santa Casa de Misericórdia, deixou de tomar posse devido a sua mudança de cidade. Dessa forma, o Cônego Eduardo foi empossado para este cargo.

Representando o Prefeito Vasconcelos Costas, Paulo Carreiro “congratulou-se com o povo de Uberlândia pela feliz reorganização de tão útil instituição” ¹²⁷ e ao final de seu discurso protestou “franco apôio do governo municipal, moral e material, para o completo êxito da Santa Casa de Misericórdia” ¹²⁸. Empossado como provedor e em nome de sua mesa administrativa, o Confrade Sandoval Guimarães:

(...) agradeceu a distinção que lhes fora conferida e afirmou que sem encargo de múltiplas ocupações que tem cotidianamente não poupariam nunca esforços no

¹²⁵ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Ata de posse da nova diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1943, 18 de Janeiro de 1943, p.2.

¹²⁶ Idem

¹²⁷ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Ata de posse da nova diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1943, 18 de Janeiro de 1943, p.2.

¹²⁸ Idem, p. 03.

sentido de dotarem Uberlândia de uma Santa Casa à altura de seu progresso e de sua civilização.¹²⁹

As palavras do representante do Prefeito e do Provedor constadas em ata descortinam os anseios tanto do movimento vicentino quanto do governo municipal ao enfatizar a importância de uma obra que fosse à altura do “progresso e civilização de Uberlândia.”¹³⁰ A garantia desta desejada cidade só seria possível com mecanismos, neste caso as obras, em pleno funcionamento:

Se por um lado a cidade se faz conhecida como progressista e pacífica, por outro, nota-se por parte do poder público local a preocupação em se resolver questões relacionadas à organização social da cidade, como o patronato de menores, o dispensário, os asilos e outras instituições afins, que auxiliam na estabilidade e manutenção da ordem.¹³¹

Assim deu início o trabalho vicentino no setor da saúde na cidade de Uberlândia. As matérias em jornais continuavam repercutindo os trabalhos realizados pelos vicentinos na cidade em cada uma das obras pelo movimento administradas:

E dessas instituições que o Santo legou à posterioridade, Uberlândia tem a felicidade de possuir uma organização ativamente realizando suas atividades. A conferência local já inscreveu em seu ementário serviços inestimáveis a sociedade no seu esforço de amparo aos desamparados.

Arco no momento com pesadas responsabilidades que assumiu corajosamente no rumo que lhe traçou a fidelidade aos seus compromissos morais. Mantém um abrigo para velhice, onde a senectude encontra conforto e consolação. Vai construindo a Vila Imaculada Conceição, em que se recolhem a tetos hospitaleiros os que não dispõem de recursos para o abrigo da família. Hebdomadariamente abre sua dispensa para acudir com alimentos a centenas de mendigos no Dispensário dos Pobres.

E ultimamente sem pesar sacrifícios assumiu a direção da Santa Casa, em que sofredores encontram remédio e cuidados das Irmãs Vicentinas na abnegada tarefa de enfermeiras. Quatro setores em que essa nobre associação católica exerce a missão altruística de ‘amenisar’ as urzes no caminho dos ‘desherdados’ da sorte. [sic]¹³²

Após enaltecer o movimento vicentino uberlandense, o cronista convoca a população a colaborar com a obra de caridade:

¹²⁹ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Ata de posse da nova diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1943, 18 de Janeiro de 1943, p.04.

¹³⁰ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Ata de posse da nova diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1943, 18 de Janeiro de 1943, p.3.

¹³¹ MACHADO, Maria Clara T.; LOPES, Valéria M. Q. C. **Caminho das pedras: Inventário temático de fontes documentais**. 1ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 207.

¹³² P.B.G. **Crônica da Cidade**. O Repórter, Uberlândia, ano 10, nº 604, 31 de Julho de 1943, p. 1.

Que os corações fidalgos em seus gestos de filantropia, evoquem o mansueto e bondoso padre que erigiu o monumento piedoso da bondade, renunciando tudo pela causa que abraçara. E que os ricos e remediados, em obulos vultosos ou pequenos, levem sua contribuição a economia do Dispensário, do Asilo, da Vila dos Pobres e as Santa Casa. Será nossa cooperação para que se mantenham essas organizações, que tanto elevam o nível de nossa cultura espiritual.¹³³

Era de preocupação da Sociedade de São Vicente de Paulo informar aos cidadãos uberlandenses que as obras eram mantidas essencialmente pelas doações feitas e apoio político nas subvenções. Os jornais possuíam o papel de articulador entre o movimento e a população, seja na convocação de doações, como apreciamos, ou nas publicações de prestações de contas como veremos.

Em reunião foi apresentado o diretor médico responsável por esta pasta na Casa, o Dr. Arnaldo Godoy de Sousa, que informou a situação do ambulatório desde a posse da nova diretoria. O Confrade tesoureiro Alexandre Santos pede que seja realizada uma reorganização financeira para uma eficaz “cobrança das mensalidades dos contribuintes mensais desta Casa, bem como se fizesse inserir em livro próprio os nomes dos doadores e valores de contribuições”¹³⁴. A Irmã Superiora além de relatar o cotidiano que seguia a Santa Casa de Misericórdia “recomendou o aumento dos ordenados”¹³⁵ do enfermeiro Joaquim dos Santos Bittencourt, “aumento este que faz justo mercê também se sua capacidade”¹³⁶. O Confrade Provedor Sandoval Guimarães solicitou à Irmã Superiora que fizesse um inventário de todos os bens móveis e utensílios para que, junto com o tesoureiro, em breve prestasse contas ao Conselho Particular da conjuntura presente da Santa Casa de Misericórdia.

Além dos livros de atas, jornais, relatórios e outros documentos, analisamos nesta pesquisa os livros de caixa que compreendem o período aqui proposto, cujo objetivo é compreender a forma de atuação e o sistema adotado pelo movimento para funcionamento financeiro. O livro de caixa do primeiro ano pouco detalha as entradas e saídas. Englobam itens de forma geral em apanhado anual e não mensal. Por isso a manifestação do tesoureiro em reunião da diretoria solicitando uma reorganização financeira. O ano

¹³³ P.B.G. **Crônica da Cidade**. O Repórter, Uberlândia, ano 10, nº 604, 31 de Julho de 1943, p. 1.

¹³⁴ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Ata de posse da nova diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1943, 06 de Agosto de 1943, p.3.

¹³⁵ Idem, p.4.

¹³⁶ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Ata de posse da nova diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1943, 06 de Agosto de 1943, p.4.

seguinte, 1944, o livro de caixa¹³⁷ estava melhor organizado. Além da divisão dos gastos mensais, os itens eram detalhados, como gastos com o conserto da máquina de costura, publicações em jornais e gastos com Laboratório Biosintética. No mesmo livro também constavam doações que eram recebida, além do valor da subvenção municipal.

Mesmo reformando o prédio – conforme relatório do livro caixa¹³⁸ – situado na Avenida Floriano Peixoto, centro de Uberlândia, a diretoria da Santa Casa de Misericórdia decidiu pela construção de um novo edifício para o funcionamento da mesma. Em reunião do Conselho Particular – reunião esta que todos os presidentes de conferências e Provedores de Obras eram convocados a participar – Cônego Eduardo Alves dos Santos sublinhou a necessidade de “obter patrimônio para manutenção da Santa Casa – também obra vicentina – explica a sua diretoria autônoma e de nomeação privativa do Conselho que recebeu da Prefeitura o encargo de administrá-la”¹³⁹. Explicou a todos os presentes na reunião que, após “entendimento”¹⁴⁰ com os órgãos municipais e estaduais, “será vendido o terreno e do que apurar será empregado na construção do novo prédio da S. Casa e a sobra em prédios de aluguel”¹⁴¹.

Após quatro meses, em 10 de Dezembro de 1944, de acordo com a ata da reunião, uma comissão “autônoma de homens de reconhecido valor e projeção”¹⁴² foi constituída para acompanhar a construção do novo edifício e “espera levar o bom término esta importante obra social”¹⁴³. O terreno anteriormente citado que estava sendo vendido para a construção do novo edifício, de acordo com exposto em ata, foi doado pelo Estado e pertencia a Santa Casa. Concomitante a venda do terreno, alguns cidadãos faziam “promessas”¹⁴⁴ de doações para a nova instalação da Obra, bem como o senhor Dr. Afrânio de Azevedo, médico e ex-secretário de Educação de Uberlândia, declarou que ofereceria uma sala de operações nas novas dependências.

¹³⁷ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Livro de Caixa da Santa Casa de Misericórdia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1943 – 1947.

¹³⁸ Idem

¹³⁹ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1943-1946, 23 de Julho de 1944, p. 19.

¹⁴⁰ Idem

¹⁴¹ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1943-1946, 23 de Julho de 1944, p. 19.

¹⁴² Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1943-1946, 26 de Outubro de 1944, p. 26.

¹⁴³ Idem

¹⁴⁴ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1943-1946, 26 de Outubro de 1944, p. 26.

Visando a estruturação e organização da Santa Casa de Misericórdia que em breve teria novas instalações, o médico Dr. Eduardo Veloso, que auxiliava na Casa, compareceu a reunião do Conselho Particular no dia 22 de Julho de 1945 e indagou em assembleia sobre “as atribuições do Conselho com a referida S. Casa, porque, estando redigindo com o Dr. Arnaldo de Sousa o regimento interno, deseja submete-lo a aprovação a quem de direito” ¹⁴⁵. Depois de fornecidas as orientações solicitadas, o médico foi informado que o agora Monsenhor Eduardo Alves dos Santos era o representante do Conselho Particular junto à obra e que este estava habilitado a aprovar o regimento podendo ele consultar a provedoria, as irmãs de caridade e o Conselho para caso de ratificação caso achasse necessário.

Durante o mês de Agosto de 1945, a comissão designada para elaboração do Regimento Interno compôs o texto dividido em quinze capítulos e quarenta artigos finalizados no dia 25 do referido mês com os vistos do Diretor médico Dr. Arnaldo Godoy de Sousa, da Irmã Superiora, a Irmã Maria Gema do Menino Jesus, do Vigário Monsenhor Eduardo A. dos Santos e do provedor Confrade Sandoval Guimarães.

A divisão dos capítulos assim foi intitulada:

Capítulo I: DOS FINS DO HOSPITAL: Constan três artigos neste capítulo explicitando a finalidade da obra. Cabe destacar nesta pesquisa estes artigos:

Art. 1º - De acordo com os Estatutos da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia, o seu hospital e dependências se destinam a receber e tratar os doentes de Uberlândia; os pobres gratuitamente.

Art. 2º - Anexa ao hospital funcionará o ambulatório, onde os doentes externos encontrarão socorros médicos, serviços de enfermagens e pequenas intervenções cirúrgicas.

Art. 3º - Em proveito dos doentes pobres, o hospital acolherá separadamente, doentes pensionistas de acordo com a sua tabela de preços. ¹⁴⁶

Estes três primeiros artigos apontam a finalidade da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia e seu objetivo ¹⁴⁷: destinava-se a receber e tratar os doentes de Uberlândia, pobres, gratuitamente, e pensionistas. Os demais capítulos seguem indicando através de

¹⁴⁵ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1943-1946, 22 de Julho de 1945, p. 35.

¹⁴⁶ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **“Regimento Interno da Santa Casa de Uberlândia”**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945, p.3.

¹⁴⁷ Notação da autora conforme Acervo de Pesquisa.

seus artigos o funcionamento interno da Casa. O capítulo II, também com três artigos, é intitulado de **DIVISÃO DO SERVIÇO E PESSOAL**¹⁴⁸. Neste capítulo é localizado o cargo do provedor dentro da Casa: “Art. 5º - O provedor será o diretor geral e superintendente do Hospital, ficando-lhe subordinados os Chefes de todos os serviços e pessoal subalterno”¹⁴⁹.

O terceiro, **SERVIÇO CLÍNICO**¹⁵⁰, e o quarto capítulo, **DO MÉDICO DIRETOR**¹⁵¹, com três e quatro artigos respectivamente. Elencam as responsabilidades do setor médico na instituição. É especificada a função do Diretor Médico, cargo ocupado pelo Dr. Arnaldo Godoy de Souza, no primeiro artigo do Capítulo IV que assim destaca: “Art. 10º - O médico diretor é o Chefe do Serviço Clínico e o Fiscal das condições higiênicas gerais do hospital e suas dependências”¹⁵². As responsabilidades e atividades deste setor são especificadas nos quatro capítulos subsequentes: **DOS CHEFES DE CLÍNICAS**¹⁵³, **DOS MÉDICOS ASSISTENTES**¹⁵⁴, **DOS CERTIFICADOS DE NOMEAÇÃO**¹⁵⁵ e **DOS ENFERMEIROS**¹⁵⁶ detalhados em dez artigos. Vale ressaltar, para melhor visualização do cotidiano da Casa, as áreas clínicas atendidas de acordo o regimento eram: Cirurgia, Clínica Médica, Dermatologia e Sifilografia, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Obstetrícia, Laboratório, Radiologia, Pediatria, Ortopedia, Urologia e Cardiologia, cada uma das áreas sendo de responsabilidade de um médico.

Os próximos cinco capítulos destacam o paciente, o doente, dentro da Santa Casa de Misericórdia. De abordagem geral, o Capítulo IX, denominado de **DOS DOENTES**¹⁵⁷, declara que:

¹⁴⁸ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Regimento Interno da Santa Casa de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945, p.4.

¹⁴⁹ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Regimento Interno da Santa Casa de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945, Artigo 5, p.4.

¹⁵⁰ Idem

¹⁵¹ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Regimento Interno da Santa Casa de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945, p.5.

¹⁵² Idem

¹⁵³ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Regimento Interno da Santa Casa de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945, p.7.

¹⁵⁴ Idem, p. 10.

¹⁵⁵ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Regimento Interno da Santa Casa de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945, p. 11.

¹⁵⁶ Idem, p.12.

¹⁵⁷ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Regimento Interno da Santa Casa de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945, p. 14.

Art. 24º - Os doentes serão classificados em internos e externos. Os externos serão tratados no ambulatório, onde haverá para isso um médico de serviço todos os dias, uteis, em hora previamente fixada. Os internos serão divididos em indigentes e pensionistas.

Art. 25º - Nenhum doente, qualquer que seja a classificação que pertença será internado, sem exame prévio do médico de sua Secção e guia de admissão do Diretor do Hospital. Serão admitidos todos os doentes sem distinção de raça ou crença, excessão feita aos alienados mentais ou moléstias infectocontagiosas. Estes últimos em casos excepcionais, e quando de todo não possam ser recusados poderão, a juízo do Diretor, serem admitidos no Isolamento do Hospital.

Art. 26º - Os doentes de moléstias incuráveis só serão internados, quando o médico julgar que a sua permanência no Hospital, por um tempo razoável, possa trazer-lhe grandes melhoras. [sic] ¹⁵⁸

Estes três artigos indicam a sistematização adotada pela administração para o atendimento dos doentes. É relevante destacar que neste regimento de 1945 exprimiram o tópico do atendimento sem distinção de raça ou crença – por se tratar de um hospital de matriz religiosa – e a problemática dos alienados mentais ¹⁵⁹ e os acometidos por doenças infectocontagiosas.

O Sanatório Espírita de Uberlândia, inaugurado em 1942 por frequentadores do mais antigo centro espírita da cidade, buscaram em sua função garantir o isolamento do ‘louco’ na cidade ¹⁶⁰. O centro espírita Fé, Esperança e Caridade já desenvolvia a atividade de acolhimento de pessoas com doenças mentais desde 1932, mas com o aumento da demanda:

(...) a instituição religiosa defendia a edificação de outro asilo, mais espaçoso e afastado da cidade. A ausência de um hospício na cidade projetado para tal fim promoveu diversas campanhas, empreendidas por setores da classe média, pois havia urgência em se construir uma casa que pudesse resolver o problema da loucura. ¹⁶¹

¹⁵⁸ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Regimento Interno da Santa Casa de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945, p. 15.

¹⁵⁹ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Regimento Interno da Santa Casa de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945, Artigo 25, p. 14.

¹⁶⁰ RIBEIRO, Raphael Alberto. **ALMAS ENCLAUSURADAS: práticas de intervenção médica, representações culturais e cotidiano no Sanatório Espírita de Uberlândia. (1932-1970)**. 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16451/1/RARibeiroDISSPRT.pdf> Consultado em: 30/08/ 2017.

¹⁶¹ RIBEIRO, Raphael Alberto. **ALMAS ENCLAUSURADAS: práticas de intervenção médica, representações culturais e cotidiano no Sanatório Espírita de Uberlândia. (1932-1970)**. 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16451/1/RARibeiroDISSPRT.pdf> Consultado em: 30/08/ 2017, p.41.

Não acolhidos na Santa Casa de Misericórdia, a família dos enfermos mentais, “era obrigada a mantê-lo em casa, e em algumas circunstâncias amarrado” ¹⁶². Quando o doente mental, por qualquer motivo, não se favorecia destes cuidados, se tornavam indigentes, pois, de acordo com o Código de Posturas de Uberlândia, de 1903, “Art. 114 – Os loucos, são seus parentes obrigados a te-los em segurança em lugar que não perturbem o socego e tranquilidade” [sic] ¹⁶³. Portanto, o Sanatório Espírita veio suprir uma profunda lacuna deixada no acolhimento aos enfermos mentais que estavam às margens e causava inquietação à sociedade uberlandense. O mesmo aconteceu com os enfermos de doenças infectocontagiosas.

Segundo o Código de Posturas, “Art. 217 – São proibidas, dentro das povoações, as casas de caridades, enfermarias lazarentos para o tratamento de moléstias infectocontagiosas: multa de 30\$ e obrigação de remover” [sic] ¹⁶⁴. De acordo com o historiador Raphael Alberto Ribeiro, a “loucura” e a “lepra” não se fundem nem mesmo com outras camadas excluídas da sociedade.

Para além da higienização das ruas, (...) a doença sempre esteve rodeada de medos e tormentas. A sociedade constrói imagens e representações em torno do doente e de suas anomalias. O doente é alguém que precisa ser isolado para evitar o contágio às outras pessoas. Não é somente o medo de se contagiar, mas a tênue divisória entre a vida e a morte, entre a realidade dos vivos e o mundo dos mortos. ¹⁶⁵

Neste cenário temos a presença dos asilos-colônias e preventórios destinados a acolher e isolar os enfermos pela ‘lepra’¹⁶⁶. O constante aumento de cidadãos acometidos pela doença transitando pela cidade indicava “uma ameaça a sociedade sadia” ¹⁶⁷. Durante o período do Governo de Getúlio Vargas foi instituído o isolamento compulsório dos

¹⁶² Idem, p. 42.

¹⁶³ RIBEIRO, Raphael Alberto. **ALMAS ENCLAUSURADAS: práticas de intervenção médica, representações culturais e cotidiano no Sanatório Espírita de Uberlândia (1932-1970)**. 2006. 163. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16451/1/RARibeiroDISSPRT.pdf> Consultado em: 30/08/ 2017, p. 26.

¹⁶⁴ RIBEIRO, Raphael Alberto. **ALMAS ENCLAUSURADAS: práticas de intervenção médica, representações culturais e cotidiano no Sanatório Espírita de Uberlândia (1932-1970)**. 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16451/1/RARibeiroDISSPRT.pdf> Consultado em: 30/08/ 2017, p. 27.

¹⁶⁵ Idem, p. 40.

¹⁶⁶ Segundo Silveira (2013), o termo lepra está associado ao período do isolamento compulsório e ao lidar com as narrativas dos sujeitos que vivenciaram a experiência do isolamento.

¹⁶⁷ SILVEIRA, Bruna Alves. **Práticas Sociais e Vivências no combate à Lepra: isolamento compulsório em asilos-colônia e preventórios brasileiros – 1935 a 1986**. 2013, 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, p. 17.

leprosos, pois, para construir a imagem de nação que o governo desejava, era necessário combater a lepra, neste caso escondê-la.

Segundo a historiadora Bruna Alves Silveira, muitos isolados foram levados à força aos asilos colônias por policiais designados especialmente para tal tarefa.

Durante o período de isolamento compulsório, a polícia fazia parte do corpo médico para garantir a internação dos que tentassem resistir. A ordem era prender os “doentes”, então perseguidos como criminosos. Os que fugiam do isolamento também eram perseguidos, detidos e cumpriam pena de 30 dias no presídio dentro da Colônia.¹⁶⁸

O leprosário de maior destaque da região e para onde encaminhava os doentes diagnosticados era o asilo colônia de Bambuí e o preventório localizava-se em Araguari. Mas, havia aqueles que perambulavam em regiões mais afastadas da cidade sem serem isolados compulsoriamente. Portanto, não sendo admitidos na Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia e em outras instituições, os doentes mentais e leprosos faziam parte dos assuntos que permeavam os debates de políticas públicas na sociedade na época.

Após esta breve análise, o próximo capítulo do Regimento Interno da Santa Casa era destinado aos DOENTES INTERNOS GRATUITOS¹⁶⁹. Os doentes internos – não atendidos no ambulatório – deveriam seguir determinadas regras como:

- a) Observar as regras comuns de higiene e prestar-se as medidas a este fim destinadas (corte de cabelos, barba, banhos, etc.);
- b) Fumar, se lhe for permitido, só nos lugares indicados, não cuspir ou escarrar no chão ou paredes;
- c) Manter-se no leito durante as visitas médicas, conversar em vós baixa fora das horas de silêncio, evitar discussões, respeitar o infortúnio e a dôr, como o sono reparador dos demais doentes;
- d) Atender com solicitude às recomendações dos médicos, enfermeiros, das irmãs e provedor;
- e) Reclamar ao Diretor ou Superiores sobre o que se prenda ao seu particular interesse.¹⁷⁰

DOS DOENTES PENSIONISTAS, o capítulo X, em seus setes artigos determinava que os doentes pensionistas fossem divididos em classes de acordo com o aposento que ocupassem; Ao internarem deveriam depositar antecipadamente o valor referente a cinco

¹⁶⁸ SILVEIRA, Bruna Alves. **Práticas Sociais e Vivências no combate à Lepra: isolamento compulsório em asilos-colônia e preventórios brasileiros – 1935 a 1986**. 2013, 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, p. 47.

¹⁶⁹ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Regimento Interno da Santa Casa de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945, Capítulo X, p. 15.

¹⁷⁰ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Regimento Interno da Santa Casa de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945, Capítulo X, p. 16.

diárias e taxa e não estava incluso no valor das diárias os medicamentos, curativos e serviços médicos extras; Mesmo subordinados ao Regimento Interno, os doentes pensionistas tinham o direito de se tratarem com qualquer médico de sua confiança, mesmo que este não estivesse no quadro médico, mas a Santa Casa não se responsabilizava pelos honorários, chamados e nem por despesas que fizessem em farmácias externas; Os sócios da Irmandade da Misericórdia teriam vinte por cento de desconto nos serviços hospitalares.

Outra distinção entre os doentes gratuitos e pensionistas eram as visitas no hospital. Aos internos gratuitos, o horário de visita era realizado exclusivamente às quintas-feiras e domingos, das 14 às 16 horas. Os internos pensionistas poderiam receber visitas todos os dias, das 12 às 20 horas, respeitando-se as ordens de disciplina geral na Casa, com prévia licença da Irmã Diretora¹⁷¹. Era expressamente proibido, de acordo com o artigo 41 do capítulo XII, que os visitantes conduzissem alimentos ou quaisquer objetos sem prévia licença aos quartos particulares ou enfermaria.

O Capítulo XIII, destinados aos FALECIDOS, diz os procedimentos que deveriam ser realizados pela Casa. Assim que os médicos constatassem o óbito do doente, este deveria ser encaminhado ao necrotério do hospital o quanto antes. Cabia a Irmã Superiora providenciar o registro de óbito e providenciar o sepultamento. Se indigente, os médicos requisitavam que fossem os cadáveres conservados para necropsia.

Encerrada a sessão que se referia aos atendidos pela Santa Casa de Misericórdia, os dois últimos capítulos explanavam a respeito do SERVIÇO ADMINISTRATIVO. De acordo com o artigo 45 do capítulo XIV, cabia aos deveres da Irmã Superiora o serviço administrativo da Obra, entre ele: Dar entrada aos doentes nas condições do artigo 25, capítulo IX; receber contribuições dos pensionistas; Providenciar a limpeza do hospital e suas dependências; Arquivar “metodicamente”¹⁷² as papeletas dos doentes que se retirarem entre outras atribuições. Ao Provedor eram direcionados todos os casos que não estivessem prescritos no Regimento Interno.

Em reunião ordinária do Conselho Particular no dia 09 de Setembro de 1945, foi “aprovado o ‘Regimento Interno’ da Santa Casa, elaborado por uma comissão chefiada pelo médico Dr. Eduardo Veloso”¹⁷³. A estruturação e organização da Santa Casa de Misericórdia

¹⁷¹ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Regimento Interno da Santa Casa de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945, Artigo 39, p. 18.

¹⁷² Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Regimento Interno da Santa Casa de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945, Artigo 45, Item e) p. 19.

¹⁷³ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1943-1946, 09 de Setembro de 1945, p. 37.

em Uberlândia foram ganhando forma. Após a aprovação do Regimento Interno, médicos que atendiam na Casa se reuniram na sala de visitas da Santa Casa, no dia 21 de Setembro de 1945, constituindo a primeira reunião do Corpo Clínico da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia. O primeiro assunto abordado foi, conforme exposto no Regimento Interno, que “os presentes estavam automaticamente nomeados das respectivas clínicas e serviços que vinham desempenhando na atual S. Casa”¹⁷⁴. Nesta reunião foi realizada votação para Diretor e Vice-Diretor da Obra. Apurados os votos, foi eleito para o cargo de diretor o médico Dr. Arnaldo Godoy com seis votos e para vice-diretor o Dr. Velloso Viana com cinco votos. Foi decidido com todos os presentes que o mandato teria duração de um ano, sendo as eleições sempre no dia 21 de Setembro. A próxima reunião do Corpo Clínico foi marcada para o dia 12 de Outubro para apresentação de trabalhos a serem estudados.

Conforme decidido em reunião anterior, a segunda reunião aconteceu no salão de festas do Uberlândia Tênis Club sendo destinada a estudos patrocinados pelo Corpo Clínico da Santa Casa de Misericórdia. Após estudos e comentários, o Diretor Dr. Arnaldo Godoy marcou a próxima reunião para o dia 16 de Novembro no salão da Prefeitura Municipal, neste período situada na Praça Antônio Carlos, atualmente Praça Clarimundo Carneiro. Esta segunda reunião tem marco importante para o setor de saúde municipal. Além da exposição de trabalhos dos médicos, neste dia foi aprovada a Fundação Médica de Uberlândia¹⁷⁵, também conhecida como Sociedade Médica de Uberlândia idealizada pelos médicos da Santa Casa de Misericórdia¹⁷⁶. Esta reunião foi de tal importância para o Corpo Clínico e a recém-fundada Sociedade Médica que foi publicada no jornal de circulação Correio de Uberlândia sendo solicitada ainda em ata da reunião intitulada de Coluna Científica¹⁷⁷.

Após dois anos de administração da Santa Casa de Misericórdia, a Sociedade de São Vicente de Paulo, em Uberlândia, à medida que expandia também ia se (re)estruturando. Ao final de 1945, o movimento vicentino na cidade contava com o Conselho Particular que supervisionava cinco Conferências. Além das Conferências que executavam o trabalho de

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Santa Casa de Misericórdia: **Ata da reunião do Corpo Clínico da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945-1958, 16 de Novembro de 1945, p. 3, com assinatura de todos os presentes.

¹⁷⁶ PEREIRA, Antônio. “Causos” da nossa terra: medicina centenária. O Jornal de Uberlândia. 21 jun. 2017. Disponível em: <https://www.ojornaldeuberlandia.com.br/2017/06/21/causos-da-nossa-terra-medicina-centenaria/> Consultado em: 03/09/2017.

¹⁷⁷ Santa Casa de Misericórdia: **Ata da reunião do Corpo Clínico da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945-1958, 16 de Novembro de 1945, p. 4.

visitas domiciliares, havia as obras de apoio: o Asilo São Vicente e Santo Antônio, Vila Imaculada Conceição, o Dispensário São Vicente e a Santa Casa de Misericórdia. O número de vicentinos aumentava a cada dia, impulsionados pela divulgação do trabalho nas igrejas e principalmente em jornais e rádios, onde, o movimento e seus membros, eram elogiados, saudados e aprovados em matérias publicadas.

Em 1946 a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia já tinha como sede o prédio na antiga Avenida dos Andradas, atualmente Avenida Raulino Cotta Pacheco, número 561. De acordo com o livro de caixa de 1946¹⁷⁸, em Setembro deste ano havia gasto com pagamento de luz da “nova instalação”¹⁷⁹ referente aos meses de Julho e Agosto, bem como pagamentos de luz da “antiga instalação”¹⁸⁰ referente aos meses de Agosto e Setembro. Nesta mesma seção do livro caixa ainda consta restante de pagamento do serviço de construção das novas instalações do prédio.

Por meio das subvenções federais, estaduais e municipais transferidas à Santa Casa de Misericórdia compreenderemos a atenção dada aos pobres doentes na cidade de Uberlândia através dos repasses financeiros. Para melhor assimilarmos os valores apresentados neste estudo, devemos pontuar o salário mínimo em vigência no período aqui pesquisado:

TABELA 02 - SALÁRIO MÍNIMO – 1940 – 1961		
Julho 1940	Decreto-Lei 2162, de 1940	240 mil Réis
Janeiro 1943		Cr\$300,00
	Decreto-Lei 1943	
Dezembro 1943		Cr\$380,00
	Decreto-Lei 5977, de 1943	
Janeiro 1952		Cr\$1.200,00
	Decreto nº 30342, de 1951	
Julho 1954		Cr\$2.400,00
	Decreto nº 35450, de 1954	
Agosto 1956		Cr\$3.800,00
	Decreto nº 39604, de 1956	
Janeiro 1959		Cr\$6.000,00
	Decreto nº 45106-A, de 1958	

¹⁷⁸ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Livro de Caixa da Santa Casa de Misericórdia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1943 – 1947, 1946.

¹⁷⁹ Idem

¹⁸⁰ Idem

Outubro 1960		Cr\$9.600,00
	Decreto nº 49119-A, de 1960	
Outubro 1961		Cr\$13.440,00
	Decreto nº 51336, de 1961	

FONTE: AUDTEC – GESTÃO CONTÁBIL. Disponível em:
<http://audtecgestao.com.br/capa.asp?infoid=1336> Consultado em: 10/07/2018.

Das subvenções recebidas, a quantia enviada pelo Governo Federal em 1949 foi de Cr\$ 10.000,00 (Dez mil Cruzeiros) depositada em Outubro de 1949, mesma quantia foi depositada no ano anterior. A subvenção Estadual foi em maior quantia. Para o mesmo ano, o Governo Estadual subsidiou a Santa Casa com Cr\$ 35.000,00 (Trinta e Cinco mil Cruzeiros). A subvenção Municipal era constantemente depositada com atrasos relevantes. A subvenção referente ao ano 1948, no valor de Cr\$ 45.230,00 (Quarenta e Cinco mil Duzentos e Trinta Cruzeiros) foi depositada apenas no mês de Dezembro de 1949. Mas não ocorreu apenas esta vez. Em Janeiro de 1948 a Prefeitura Municipal de Uberlândia depositou a subvenção referente ao segundo semestre de 1946 e o primeiro semestre de 1947 no valor de Cr\$ 40.000,00 (Quarenta mil Cruzeiros). Nas atas das reuniões da diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia e do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo, eram recorrentes as reclamações decorrentes dos atrasos das verbas municipais, retardo este que atrapalhava o andamento da Casa.

Em 11 de Abril de 1948 uma reunião extraordinária foi marcada pelo Conselho Particular Vicentino para resolver algumas questões pertinentes as atividades da Santa Casa de Misericórdia “cujo funcionamento e administração estão a cargo da Sociedade de São Vicente de Paulo de acordo com o decreto municipal nº99 de 9 de Dezembro de 1942 e decreto nº121¹⁸¹ de 15 de Outubro de 1945”¹⁸². Foi dada ciência do presidente do Conselho que da mesa administrativa da Santa Casa nomeada em 1942 apenas o Confrade Sandoval Guimarães, que ocupava o cargo de Provedor, e Monsenhor Eduardo dos Santos permaneciam na gestão tendo os demais componentes mudado de cidade. Tendo analisado a situação, o Confrade Theodomiro da Costa, Presidente do Conselho Particular, abriu eleição para a Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia. Por unanimidade, a composição da nova mesa foi definida: Sandoval Guimarães, Provedor, Monsenhor Eduardo Alves, Vice Provedor,

¹⁸¹ UBERLÂNDIA, Decreto nº 121, de 15 de Outubro de 1945. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/decreto/1945/13/121/decreto-n-121-1945-dispoe-sobre-a-maternidade-e-creche-odete-valadares?q=121> Consultado em 10/10/2017.

¹⁸² Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 11 de Abril de 1948.

Antônio Maria Zukanovich, Secretário, Caio Lima Santa Cecília, Tesoureiro e Irmã Helena Cristo Rei como Vice Tesoureira. Em seguida, fazendo uso da hierarquia, o Presidente do Conselho Particular empossou a nova Mesa Administrativa. Com a formação de nova mesa administrativa, os novos Estatutos foram registrados no Cartório de Antônio Carlos de Araújo, sob nº 37, fls 46 a 47 do livro Pessoas Jurídicas em 23 de Abril de 1948 e publicados no Jornal Minas Gerais ¹⁸³.

Com a expansão do movimento vicentino na cidade, conferências e obras sociais, a atuação vicentina foi destacada em algumas reuniões do Conselho Particular. Somando a saída de alguns vicentinos, em sua maioria por mudança de cidade, do movimento em Uberlândia, foi notado pela diretoria um distanciamento dos vicentinos em relação às suas atividades. Foi acordado em reunião ¹⁸⁴ que as conferências da cidade reunissem mensalmente, “afim de que possam os vicentinos receber as recomendações necessárias, a fim de cumprirem seus deveres com pleno conhecimento que recomenda o Manual Vicentino, pois na prática tem verificado falta absoluta de compreensão por parte de muitos vicentinos” ¹⁸⁵. A partir deste período foi verificada nos livros de ata do Conselho Particular a preocupação com a atuação dos vicentinos na cidade de Uberlândia.

Nas assembleias que aconteciam regularmente e reunia os membros da cidade, a prática vicentina era assunto recorrente. Vista como uma missão, os vicentinos eram aconselhados por integrantes da diretoria “a perseverarem no bom caminho e cumprir os deveres vicentinos com exatidão mesmo com sacrifício” ¹⁸⁶. A palavra “sacrifício” era muito utilizada nos discursos vicentinos ressaltando, por eles mesmos, que o trabalho exercido partia do despojamento conforto em virtude da ajuda ao próximo:

O Sr. Pte. Pediu atenção de todos os confrades sobre a necessidade de haver mais união, mais amizade e maior dedicação à causa vicentina. Alias, essa frieza que ele vem notando no movimento de nossa sociedade é condição bem humana e não constitui defeito privativo de nossa sociedade e verificando-se igualmente em outras associações. É preciso reagir e procurar desenvolver maior intercâmbio de ideias e sugestões mantendo assim bem vivo o espírito vicentino. [sic] ¹⁸⁷

¹⁸³ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Livro de Caixa da Santa Casa de Misericórdia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1949, Abril de 1948.

¹⁸⁴ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 08 de Agosto de 1948, p. 09.

¹⁸⁵ Idem

¹⁸⁶ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 02 de Março de 1949, p. 16.

¹⁸⁷ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 27 de Julho de 1949, p. 20.

Este fragmento de documento descortina a presenças de conflitos dentro do movimento vicentino. Ao solicitar dos membros mais união e amizade, presume-se a falta ou a fragilidade destes. Em outros trechos de atas e documentos, que abordaremos neste e no próximo capítulo, perceberemos os relatos de pequenos conflitos internos em divergências de opiniões em reuniões. Era desejado pela administração do movimento que os integrantes agissem em sociedade de forma que não desmoralizasse ou manchasse o nome do movimento, pois, acreditavam que o bom nome do movimento era atestado passado pelos participantes. Dessa forma, cobrava de seus membros a boa conduta dentro e fora das atividades vicentinas. Era repassada aos membros vicentinos importância de fazer parte da Sociedade de São Vicente de Paulo como um católico atuante:

Proclamou a necessidade de maior comparecimento de vicentinos às festas religiosas da Sociedade. Disse da necessidade de manterem firmes na fé e levarem vida exemplar que distingue os católicos e os que faz merecedores do respeito e dignos de confiança.¹⁸⁸

E continuou:

Cita o fato de uma firma suspeita, composta de elementos não religiosos onde fora procurar emprego um rapaz. Consultado um sócio da firma pelo seu diretor, respondeu ele, que não conhecia o rapaz, mas, o distintivo mariano e vicentino que ostentava era ótima credencial fiadora de sua integridade moral.¹⁸⁹

Além das notas publicadas em jornais, conforme já apresentamos nesta pesquisa, o discurso reproduzido dentro da Sociedade de São Vicente de Paulo era, além do ‘sacrifício’ na prática da caridade, zelar pelo bom nome do movimento, colhendo, por tabela, os créditos da moral vicentina. O conjunto de obras sociais e unidades atuavam em forma de interação auxiliando as atividades e o andamento.

Em 1945, em virtude da remodelação do Asilo São Vicente de Santo Antônio, as asiladas – todas mulheres neste período – foram transferidas para a Santa Casa de Misericórdia por quanto tempo fosse necessário¹⁹⁰. Outro caso de internação entre unidades é de uma “pobre tuberculosa”¹⁹¹ assistida pela Conferência Santa Terezinha, residente na Vila Imaculada Conceição – Obra Vicentina – que foi recolhida a uma dependência isolada

¹⁸⁸ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, Maio de 1950, p. 32.

¹⁸⁹ Idem

¹⁹⁰ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1943-1946, 09 de Setembro de 1945, p.46.

¹⁹¹ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 09 de Janeiro de 1949, p. 13.

na Santa Casa de Misericórdia por conta de sua doença conforme sugeriu Monsenhor Eduardo. Um mês após este relato, em 13 de Fevereiro de 1949, às 9 horas, foi inaugurado na Santa Casa de Misericórdia o Pavilhão Santa Terezinha para tuberculosos que contou com o comparecimento dos vicentinos e de toda sociedade uberlandense¹⁹². Com passar dos meses, foi percebida a necessidade de ampliar e melhorar a área destinada aos tuberculosos. Em Março do ano seguinte, 1950, a Santa Casa de Misericórdia recebeu da Prefeitura Municipal cerca de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) para construção do “isolamento”¹⁹³ de tuberculosos e seu mobiliário.

No dia 23 de Julho de 1950, o Confrade José Custódio discursou em assembleia dizendo as dificuldades financeiras com que luta a Santa Casa local e sugeriu que fosse feita uma nova redistribuição de cargos em todas as unidades vicentinas. O confrade Othon Fleury, 1º Secretário, pede a palavra e explica que a Santa Casa é autônoma, obra especial. Ao Conselho Particular somente era atribuído a nomeação do Provedor e que estando presente em assembleia o tesoureiro da mesma, o Confrade Caio Lima, poderia explicar melhor as alegações do Confrade José Custódio. Ao fazer uso da palavra, o Confrade Caio a verdadeira situação da Obra. Após as explicações do Confrade Caio, o Presidente do Conselho Particular, Confrade Theodomiro da Costa aconselhou a todos os presentes “a prosseguirem com humildade, elevando o espírito de caridade das obras vicentinas em Uberlândia”¹⁹⁴.

Com boa divulgação na imprensa local, os vicentinos em Uberlândia recebiam auxílio de diferentes direções. Em ata do dia 11 de Novembro de 1950 foi exposto em

¹⁹² “A tuberculose no século XX caracterizou-se por altas taxas de mortalidade, sobretudo até o final dos anos 40. A partir de então, começaram a ser utilizados medicamentos para o tratamento da doença. A participação do setor público ficou conhecido como luta contra a tuberculose se iniciou efetivamente com Oswaldo Cruz, então Diretor Geral de Saúde Pública, no início do século XX, ao reconhecer a necessidade da atenção das autoridades sanitárias em relação à doença. Instituiu-se, então, o Plano de Ação Contra Tuberculose, visando à implantação de condutas profiláticas e terapêuticas, atingindo, contudo, pouca repercussão. Um evento importante para a história da doença no século XX foi a Reforma Carlos Chagas, a qual dá início, em 1920, a uma fase de maior comprometimento do Estado no controle da tuberculose. No ano de 1941, surgiu o Serviço Nacional de Tuberculose (SNT), com o objetivo de estudar as questões referentes à enfermidade, bem como colaborar para o desenvolvimento de métodos de ação preventiva e assistencial. Mais tarde, em 1946 foi criada a Campanha Nacional Contra a Tuberculose (CNCT), tendo como escopo coordenar as ações governamentais e privadas de controle da Tuberculose desenvolvidas no país. Este feito teve grande impacto na época, tendo em vista suas repercussões na atenção à saúde a partir da ampliação da estrutura hospitalar em todo o país, uniformidade das ações de saúde e descentralização dos serviços.” Para maiores informações consultar site disponível em: MACIEL, Marina de S. et al. A história da tuberculose no Brasil: os muitos tons (de cinza) da miséria. Revista Brasileira Clínica Médica. São Paulo, 2012, Mai-Jun; 10(3): 226-30. Consultado em: 16/06/2018.

¹⁹³ Termo utilizado: Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Livro de Caixa da Santa Casa de Misericórdia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1949.

¹⁹⁴ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 23 de Julho de 1950, p. 35

reunião o interesse da Associação Comercial que procurou a Sociedade de São Vicente de Paulo “prontificando-se a auxiliar no que for preciso afim de ampliar a assistência aos pobres” [sic] ¹⁹⁵. Era recorrente o interesse de empresas locais nas atividades vicentinas, principalmente referente ao Dispensário São Vicente, visto que, para muitos, era o meio eficaz de “limpar” a cidade dos andarilhos indesejados por muitos.

Completando quase uma década sob administração vicentina, a Santa Casa de Misericórdia apresentava dificuldades apesar do não comprometimento de suas atividades. O Confrade Caio Lima comunicou o elevado déficit das contas da Casa durante o ano de 1951. De acordo com o relatório feito pelo tesoureiro, o movimento foi:

TABELA 03 - RELATÓRIO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1951 DA SANTA C. DE MISERICÓRDIA.	
RECEITA:	
Subvenção Estadual	53.422,00
Subvenção Prefeitura	78.000,00
Donativos Diversos	18.145,00
Pensionistas	137.837,00
Juros Banco	431,40
Mensalidade recebidas	18.209,00
	306.044,90
DESPESAS	
Pessoal, capelão, etc	62.530,00
Medicamentos e Alimentação	161.422,70
Donativos em gêneros	115.734,00
Outras despesas	16.795,70
	356.482,40

FONTE: Conselho Central de Uberlândia: **Movimento registrado em ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 02 de Março de 1952, p.58.

Conforme registrado no movimento financeiro de 1951 exposto, o déficit foi de Cr\$ 50.437,50 (Cinquenta mil, Quatrocentos e Trinta e Sete Cruzeiros e Cinquenta

¹⁹⁵ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 11 de Novembro de 1950, p. 39.

Centavos). Este valor não está incluso o serviço prestado pelos médicos, que eram realizados de forma gratuita¹⁹⁶, no valor de Cr\$ 80.000,00 (Oitenta mil cruzeiros). Ressaltou que as despesas com a construção que estava em andamento dos novos pavilhões não constavam no registro de movimento financeiro, pois, o mesmo além de ter direção autônoma, havia recolhido quantias específicas para aquele fim.

O Tesoureiro da Santa Casa de Misericórdia, ainda fazendo uso da palavra, “salienta o fato de haver muitas queixas infundadas contra a S. Casa”¹⁹⁷. Explicou a todos a necessidade de ser mantido o horário destinado a visitas para o bom funcionamento da Casa e destaca: “É preciso que haja compreensão da parte dos vicentinos, de modo que não façam como o que só sabem falar mal dessa instituição que faz honra a nossa cidade”¹⁹⁸. Este trecho reforça a ideia da presença de conflitos entre os vicentinos e da aceitação de suas obras bem como de suas administrações.

O Confrade Theodomiro da Costa convocou uma reunião extraordinária no dia 15 de Outubro de 1952 para dar conhecimento a todos do pedido de exoneração do cargo de Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia, Confrade Sandoval Guimarães, que esteve à frente da Casa desde o início da administração vicentina, eleito para seu segundo mandato em 11 de Abril de 1948. Usando a palavra, Confrade Sandoval Guimarães explicou as razões que o fizeram pedir exoneração do cargo que ocupava havia quase dez anos. De acordo com o mesmo, a situação financeira da Santa Casa de Misericórdia estava “relativamente boa”¹⁹⁹ e que o déficit já apresentado seria longamente coberto com recebimento das subvenções do Estado e do Município. Por unanimidade foi eleito para o cargo de Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia o Confrade Caio Lima Santa Cecília.

A reunião do Conselho Particular do mês seguinte o novo Provedor levou importantes esclarecimentos aos demais vicentinos a respeito da real situação da obra e destacou que a “situação da Sta Casa de que é provedor não é como consta na ata do dia

¹⁹⁶ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 02 de Março 1952, p.58.

¹⁹⁷ Idem

¹⁹⁸ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 02 de Março 1952, p. 59.

¹⁹⁹ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 15 de Outubro de 1952, p. 66.

15, relativamente boa”²⁰⁰. Explicou que as despesas eram elevadas e que não havia mais recursos financeiros para a continuação da construção dos novos pavilhões. O novo provedor propôs que a próxima reunião do Conselho Particular fosse realizada no prédio da Casa de modo que todos “os vicentinos tomem conhecimento da realidade da Sta Casa”²⁰¹. A proposta foi aceita por todos os membros presentes.

Conforme combinado, a reunião do mês de Dezembro foi realizada no prédio da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia. O Provedor Confrade Caio Lima “em sua exposição, declarou, de início, que a maioria dos confrades e da população da cidade, desconheciam que a Santa Casa é uma obra especial da S.S.V.P”²⁰² e relatou que justificava a falta de conhecimento por parte dos confrades visto que em dez anos de administração vicentina, não havia sido comunicada nenhuma prestação de contas ao Conselho Particular.

Eleito dia 15 de Outubro de 1952, O Confrade foi empossado como Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia em reunião extraordinária no dia 28 de Dezembro de 1952. A diretoria assim ficou constituída:

Provedor: Confrade Caio Lima Santa Cecília

Vice Provedor: Monsenhor Eduardo Alves dos Santos

Secretário: Confrade Antônio Maria Zukanovich

Tesoureiro: Confrade Francisco de Assis Santos

Vice Tesoureiro: Irmã Maria Catarina de Sena.²⁰³

Preocupados com o andamento das construções dos novos pavilhões, “o provedor foi designado para entrar em entendimento com o Sr. Prefeito para o mais rápido pagarem as verbas atrasadas”²⁰⁴. A frequência dos médicos na assistência da Santa Casa também era motivo de preocupação da mesa administrativa que escreveu uma carta à Sociedade

²⁰⁰ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 09 de Novembro de 1952.

²⁰¹ Idem

²⁰² Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 14 de Dezembro de 1952, p. 68.

²⁰³ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 28 de Dezembro de 1952.

²⁰⁴ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 18 de Janeiro de 1953, p. 02.

Medica de Uberlândia solicitando da mesma seu “apoio no sentido de que fôsse pedido aos seus componentes maior assistência e assiduidade nos serviços do Hospital”²⁰⁵.

Em 1953, com nova mesa administrativa a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia iniciou um importante processo de (re)organização. O novo Provedor participava de todas as reuniões do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo sempre expondo a situação da Santa Casa com relatos detalhados e relatórios enviados a Diretoria do Conselho e aos jornais locais. Ao final de seu primeiro ano de administração, o Provedor divulgou um relatório dos exercícios decorrentes do ano com informações que esclareciam ao público o andamento da Casa:

No decorrer de 1953 continuou a Santa Casa prestando assistência hospitalar à população deste município e vizinhos, notadamente à população pobre, atendendo, por conseguinte a sua precípua missão de Casa de Caridade. 836 internamentos durante o ano resultaram em 12.436 “doentes-dia”, dos quais 9.902 gratuitos e 2.534 contribuintes.²⁰⁶

Além dos dados clínicos específicos, o relatório divulgado também trazia informação da administração e do funcionamento:

Em 1953 as dificuldades de manutenção continuaram crescendo, atingindo atualmente a um ponto crítico. E a nossa maior dificuldade reside nas atuais instalações. Se eram más há um ano, agora são péssimas. Prédio em estado precaríssimo, abastecimento de água insuficiente, etc... Êste problema só tem uma solução: terminar e aparelhar, no novo e amplo prédio, pelo menos o necessário para a mudança de instalações, o que, na verdade, esperamos conseguir dentro em pouco.²⁰⁷

E também sobre a situação financeira da obra:

Outra de nossas dificuldades está na receita reduzida, conforme se verifica na demonstração financeira. Forçoso é reconhecer que a contribuição de nosso povo não esteve à altura de sua magnífica tradição de elevado espírito público, sempre disposto a colaborar em tudo aquilo que beneficie a sua comunidade. Já sentimos a existência em nossa população de certa prevenção contra a Santa Casa e isto talvez explique o relativo desinteresse que vem dispensando à mesma. Não sabemos a origem desta tendência, mas estamos procurando anulá-la mantendo nossa gente uberlandense informada sobre nossas atividades.²⁰⁸

²⁰⁵ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 18 de Janeiro de 1953, p. 02.

²⁰⁶ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Relatório de exercício referente a 1953**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, Março de 1954.

²⁰⁷ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Relatório de exercício referente a 1953**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, Março de 1954.

²⁰⁸ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Relatório de exercício referente a 1953**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, Março de 1954.

E reforçou:

A Santa Casa está sempre aberta a todos que desejarem visitá-la para percorrerem suas instalações atuais e futuras, não só por curiosidade, mas, também, por desejarem verificar “in loco” a veracidade de nossas alegações. Serão visitas sempre recebidas com prazer.²⁰⁹

Estes dois últimos trechos revelam certo distanciamento da população em relação à Santa Casa e a inquietação dos administradores frente à situação. As dificuldades financeiras acompanharam a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia desde seu surgimento. Motivo este que levou a Irmandade da Misericórdia a entregar a administração da Casa ao Governo Estadual e Municipal, e este último a Sociedade de São Vicente de Paulo. Constantes déficits causavam preocupação com o andamento das atividades. Durante a reunião do Conselho Particular do mês de Maio o Confrade Caio Lima, Provedor da Casa, “expoz as dificuldades vencidas e a vencer para a manutenção e o crescente déficit que aumenta mensalmente em 10 ou 12 contos” [sic]²¹⁰.

De acordo com o Provedor, se o pagamento das verbas atrasadas fosse efetivado, a conclusão da construção dos novos pavilhões se daria até o final de 1953, situação que desejavam, pois, as condições do então prédio eram consideradas precárias. Foi sugerido por ele que os membros da mesa administrativa fizessem uma visita ao Deputado Vasconcelos Costa, que estava na cidade, na oportunidade de “agradecer pessoalmente ao ilustre representante na Câmara Federal pelo seu interesse demonstrado pela Santa Casa”²¹¹. Este Deputado, por sua vez, incluiu no orçamento de 1954 uma verba no valor de Cr\$ 120.000,00 (Cento e Vinte mil Cruzeiros) para a Santa Casa. Da mesma forma, o Deputado Rondon Pacheco destinou Cr\$ 100.000,00 (Cem mil Cruzeiros) para o mesmo ano. O secretário da Casa, Confrade Ronan Mendonça, recomendou aos demais membros da mesa que fosse enviado um ofício aos prefeitos dos municípios vizinhos a inclusão em seus orçamentos de uma verba destinada à Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia visto “que esta instituição vem dispensando assistência médico-hospitalar a inúmeros doentes vindos dessas cidades acompanhados de cartas e cartões assinado por médicos, prefeitos e

²⁰⁹ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Relatório de exercício referente a 1953**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, Março de 1954.

²¹⁰ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 14 de Maio de 1953, p. 73.

²¹¹ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 21 de Junho de 1953, p. 04.

delegados de polícia, conforme documentos arquivados na secretaria” ²¹². De acordo com o livro de movimentação interna, era grande a procura pela Santa Casa de cidadãos de cidades vizinhas para tratamentos e consultas.

A estrutura do prédio que funcionava a Santa Casa de Misericórdia, na antiga Avenida dos Andradas, já não suportava a quantidade de doentes atendidos. Em reunião no Conselho Particular o Confrade Provedor “mostrou a situação angustiosa em que se encontra a Sta Casa por falta d’água, exigindo medida drástica, que seria tomada depois de reunião com os médicos, a quem será exposta a situação” ²¹³. Sendo considerado um hospital de importância, a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia, neste período, já enfrentava há algum tempo problemas de superlotação recebendo doentes de cidades vizinhas e de outros Estados.

De modo a ampliar os atendimentos, a Prefeitura Municipal de Uberlândia acordou com a Policlínica Uberlândia para a “prestação de socorros urgentes aos munícipes necessitados” ²¹⁴. Em reunião ordinária do mês de Dezembro, o Confrade José Custódio Sobrinho questionou as bases deste acordo tendo em vista um caso específico a que teve conhecimento. O Provedor Confrade Caio explicou a todos os membros em reunião que “em vista da elasticidade do contrato, tem a Policlínica deixado de atender casos de reconhecida urgência” ²¹⁵ como foi o caso que todos tiveram conhecimento:

Um jovem foi esfaqueado e apresentando-se àquela casa de saúde, ficou ciente de que somente seria operado mediante pagamento de = Dez mil Cruzeiros =; tal fato determinou-lhe procurar a Santa Casa de Misericórdia onde mereceu as providências exigidas pelo seu estado de saúde, de lá saindo, pelo que conta o Snr. Provedor, completamente bom e sem ter dispendido um real sequer. [sic] ²¹⁶

E continua:

Não obstante, a Prefeitura, lamentavelmente, deixa de atender as suas obrigações, atrasando no pagamento das verbas que lhe são destinadas, mantendo rigorosamente em dia os acêrto com a Policlínica. – Estas observações ressalva o Confrade Caio, são ventiladas, não com intuito de atacar o procedimento do Hospital em foco, cujo objetivo deve ser a procura lógica dos seus interesses

²¹² Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 19 de Junho de 1953, p. 04.

²¹³ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 13 de Setembro de 1953, p. 78.

²¹⁴ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 13 de Dezembro de 1953, p. 81.

²¹⁵ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 13 de Dezembro de 1953, p. 81.

²¹⁶ Idem

particulares, mas tão somente para verberar a atitude nada recomendável do Snr. Prefeito que muito tem feito para obstruir o bom andamento dos trabalhos inerentes à Santa Casa, que vem prestando relevantes serviços à coletividade.²¹⁷

Neste período citado, o Prefeito Municipal era o Senhor Tubal Vilela da Silva²¹⁸ que esteve administrando a cidade de 1951 a 1954. De acordo com os livros pesquisados, a Santa Casa de Misericórdia além de prestar auxílio a toda população uberlandense, foi um importante recurso à disposição da Sociedade de São Vicente de Paulo no atendimento as famílias por ela ajudadas. Em reunião do mês de Janeiro de 1954 o presidente da Conferência Santa Terezinha, Confrade Antônio Scanapieco, informou que um de seus “socorridos”²¹⁹, o Sr. Fortunato foi internado na Santa Casa de Misericórdia e agradeceu ao Dr. José Bonifácio pelo procedimento de transfusão de sangue e aos doadores confrades Walter Soares Cardoso e Renato Marquez. Outro caso relatado também foi feito pelo presidente da Conferência São José que informou que um de seus socorridos, o Sr. José, também foi internado na Casa e o socorrido Sr. Balbino que esteve por um longo período no hospital já estava em casa e a Conferência levava algum remédio de que continua carecendo.

A cada mês a situação financeira da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia se agravava. Os constantes atrasos de verbas públicas, principalmente as verbas municipais, desestruturavam o bom andamento do hospital. Em reunião da Mesa Administrativa de 21 de Fevereiro de 1954 o Provedor Confrade Caio Lima de posse de dados exatos da dívida da Prefeitura com a Santa Casa solicitou ao Confrade Ronan Mendonça, Secretário da Casa, “os bons ofícios como vereador junto ao Sr. Prefeito Municipal no sentido de conseguir do executivo a autorização do pagamento da importância de Cr\$ 138.800,00 correspondente as subvenções já votadas pela Câmara e não pagas pela Prefeitura”²²⁰. Até o recebimento desta verba, foi decidido pelos membros da Mesa Administrativa a

²¹⁷ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 13 de Dezembro de 1953, p. 81.

²¹⁸ Nascido em 1901, na cidade de Prata, Minas Gerais, Tubal Vilela foi um empresário local e político. Em 1936 foi eleito vereador pela cidade de Uberlândia/MG, posteriormente Prefeito e Deputado Estadual. Como empresário, Tubal Vilela foi proprietário de vários empreendimentos. O de maior destaque foi a “Empresa Imobiliária Uberlandense” e posteriormente a Imobiliária Tubal Vilela, em exercício atualmente. Diversos loteamentos idealizados por Tubal Vilela são bairros já consolidados na cidade de Uberlândia. Disponível em: <http://gacetadotriangulo.com.br/tmp/colunas/o-construtor-de-casas/>

²¹⁹ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 10 de Janeiro de 1954, p. 83.

²²⁰ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 21 de Fevereiro de 1954, p. 07.

necessidade de promoção de uma campanha financeira de grande vulto junto ao comércio, indústria e povo em geral para darem continuidade nas atividades hospitalares.

Sem resposta do Sr. Prefeito Municipal, no dia 07 de Março de 1954, durante reunião ordinária do Conselho Particular, “pede a palavra o Companheiro Caio Lima Santa Cecília, o provedor da Santa Casa de Misericórdia, para tecer considerações em torno das dificuldades por que passa o Hospital” ²²¹. Na presença do Conselho dirigente e dos demais membros da Sociedade de São Vicente de Paulo em Uberlândia, o Confrade Caio declarou que:

Levando-se em conta a precariedade das instalações do prédio, acomodações insuficientes, falta de água, departamentos sanitários insuportáveis e ausência de verba, consta que o Corpo Clínico proporá, na sua reunião de amanhã o seu fechamento temporário, até que se completem as novas instalações. Indo assistir aquela sessão, o Snr. Provedor pede autorização para acatar a decisão dos médicos, que lhe parece mais acertada no momento, já que não é possível permanecer a atual situação. – Os três ou quatro internados que não tiverem aonde irem, serão colocados no Asilo, mediante aquiescência da sua direção. A Policlínica por sua vez atenderá os interessados neste interim, o constante contrato mantido com a Prefeitura. O assunto presente já foi objeto de discussão na Câmara Municipal, também em reunião do Conselho já se tocou na questão, pois, o problema vem de longe. ²²²

E o relato assim continuou:

Depois de várias opiniões emitidas pelos confrades, o Snr. Presidente lembra que o Snr. Provedor, Caio Lima Santa Cecília, tem plena liberdade de resolver o caso devido a sua atuação à frente daquela obra, demonstrando ser comedido em seus atos, Cômico de suas responsabilidades. Solicita, entretanto, sua peculiar cautela na deliberação final, pois, não se pode esquecer e relegar a um segundo plano as consequências do ato, ainda quando se trata de saúde, da vida dos mesmos pobres. ²²³

Conforme o relato do Confrade Caio Lima, no dia seguinte realizou-se a reunião com o Corpo Clínico da Santa Casa de Misericórdia. De acordo com a ata da citada reunião, o Secretário lavra que o Confrade Provedor acredita que o fechamento da Casa “por mais absurdo que pareça é um ato de caridade” ²²⁴ e cita alguns motivos levantados:

²²¹ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 07 de Março de 1954, p. 87.

²²² Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 07 de Março de 1954, p. 87

²²³ Idem

²²⁴ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião do Corpo Clínico da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945-1958, 08 de Março de 1954, p. 16.

Falta de água, foram gastos 80 mil cruzeiros com o poço artesiano e o serviço parou. A cisterna que alimenta as 2 casas, mas não dá conta. A água de caminhões da Prefeitura com fornecimento irregular e aos domingos não traz. Prédio em ruínas com péssimas condições de higiene.²²⁵

Foi acordado por todos os membros presentes em reunião que não se trata de avisar, mas sim de comunicar ao Prefeito a decisão do fechamento. Portanto, “fica resolvido: providenciar o teor do edital comunicando o fechamento temporário até inaugurar o novo prédio. O edital será assinado pela Provedoria e Corpo Clínico. Não fazer internamentos da data de hoje em diante” ²²⁶. Na reunião do Conselho Particular do mês seguinte, o provedor fez os esclarecimentos necessários e anunciou as decisões tomadas na reunião com o Corpo Clínico. Declarou que de comum acordo com os médicos da Santa Casa de Misericórdia foi determinado “o fechamento temporário da instituição, previsto na segunda assembleia geral e encaminhada à mesa o relatório do hospital para as competentes apreciações e aprovação” ²²⁷. Para a avaliação do relatório, o Confrade Presidente Theodomiro da Costa nomeou os Confrades Bádue Simão e Othon Gaudie Fleury para compor a comissão fiscal.

O Provedor informou que deu uma entrevista a Radio Educadora para esclarecer a opinião pública sobre os motivos do fechamento provisório da Santa Casa. Comunicou também que uma comissão de vereadores visitou a Casa a fim de conhecer “in loco” as condições que se encontrava a Santa Casa. Os vereadores, após presenciarem as condições, decidiram realizar uma mesa redonda com a participação do Prefeito Municipal, Imprensa e Membros da diretoria da Santa Casa para encontrarem uma solução. A Irmã Superiora informou à Mesa Administrativa que, apesar do fechamento temporário desde o dia 08 de Março, a pedido do Sr. Prefeito Municipal, um doente com câncer foi admitido considerando sua situação angustiante. Apesar da internação deste doente, o Confrade Caio Lima explicou aos membros que com o fechamento temporário internações, não eram realizadas mas os pacientes, cerca de dez, que já se encontravam na Santa Casa e não tiveram alta, continuavam sendo assistidos pelos médicos.

A Mesa Redonda proposta pela comissão de vereadores foi realizada nos recintos da Câmara Municipal com o comparecimento da Provedoria da Santa Casa, representantes

²²⁵ Idem

²²⁶ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião do Corpo Clínico da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945-1958, 08 de Março de 1954, p. 16.

²²⁷ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 11 de Abril de 1954, p. 88.

de associações de classe, vereadores, imprensa, o Sr. Prefeito Municipal e o Presidente do Conselho Particular. Na referida reunião foi estudado um plano financeiro para a conclusão do novo prédio e “foram debatidos assuntos relacionados com necessidade da reabertura da Santa Casa embora todos reconheçam que tal medida só será possível após as conclusões do novo prédio” ²²⁸. Por proposta do Sr Prefeito Tubal Vilela foi aprovada uma campanha financeira e nomeada comissões constituídas por Alexandrino Garcia, Dr. Mizael de Castro, André Fonseca e R. Margonari. A outra comissão foi composta pelo Dr. Ruy Cotta Pacheco, Caio Lima Santa Cecília, Lázaro Chaves e Paulo Lisboa e Costa. Faziam parte da última comissão o Dr. Longino Teixeira, Dr. Eduardo Veloso Viana, Theodomiro da Costa Mattos e Antônio Fernandes de Oliveira. Todas as três comissões, compostas por empresários locais, médicos, políticos, bancários, etc, teriam por supervisor o Prefeito Municipal e o Provedor Confrade Caio Lima.

O trabalho das comissões consiste na colocação de notas provisórias a prazo junto ao comércio e indústria cuja renda apurada se reverterá em benefício das obras do novo edifício do hospital. São os seguintes valores das referidas notas provisórias: de Cr\$ 100,00, 200,00, 500,00 e Cr\$ 1.000,00. ²²⁹

A campanha foi denominada pelo Prefeito Municipal por “Sacrifício”. O Provedor relatou ainda um caso ocorrido na semana seguinte desta mesa redonda que deveria ser do conhecimento de todos da Mesa Administrativa. De acordo com o Provedor, uma reunião foi convocada pelo Prefeito às 14:00 horas do dia 03 de Maio. “Por motivos estranhos ao seu conhecimento, a reunião foi realizada às 09 horas do mesmo dia por antecipação” [sic] ²³⁰. A reunião foi realizada no gabinete do “Prefeito comparecendo outras pessoas estranhas à “Mesa Redonda” [sic] ²³¹, alguns chefes políticos, tendo deixado de comparecer os que foram convocados para a reunião das 14:00 horas, “inclusive o Provedor da Santa Casa, a pessoa mais interessada” ²³².

Às 13 horas do mesmo dia o Monsenhor Eduardo procurou o Provedor da Santa Casa para “cientificá-lo das ocorrências da reunião” ²³³ das 09 horas a qual ele compareceu atendendo o pedido do Prefeito Municipal. De acordo com o Monsenhor o assunto da

²²⁸ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 16 de Maio de 1954, p. 08.

²²⁹ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 16 de Maio de 1954, p. 08.

²³⁰ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 16 de Maio de 1954, p. 08.

²³¹ Idem

²³² Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 16 de Maio de 1954, p. 08.

²³³ Idem

reunião consistia na “insinuação por parte dos presentes, inclusive do Sr. Prefeito, no sentido de que a direção da Santa Casa fosse entregue a prefeitura”²³⁴. O Monsenhor fez sentir aos presentes a sua estranheza e surpresa frente à proposta daquela natureza. Reagindo contra a “proposta absurda de entregar a Santa Casa à Prefeitura”²³⁵, Monsenhor Eduardo declarou aos presentes que não tinha autorização uma vez que a Santa Casa de Misericórdia é uma Obra Especial da Sociedade de São Vicente de Paulo, que nomeia a provedoria e esta dirige a Casa da qual é apenas o Vice Provedor. Ainda de acordo com o relato constado em Ata, o Monsenhor Eduardo declarou aos que estavam presente nesta reunião a estranheza por não ter o Provedor chamado para aquele momento e logo encerraram a reunião sem conclusão alguma. Este acontecimento aponta tensões entre o poder municipal e a administração da Santa Casa e nos leva a refletir até que ponto estes conflitos interferiam nas atividades.

Mesmo alegando dificuldades financeiras, além da construção do novo prédio da Santa Casa de Misericórdia, o Asilo São Vicente e Santo Antônio também iniciou a construção de seu novo prédio no mesmo período. A Construção foi feita em diversas etapas devido a falta de dinheiro, conforme relato do vizinho da construção, Dr. Ciro Franco, que afirmava que isso era resultado da ausência do lançamento da pedra fundamental que para ele significava construção sem término²³⁶. Para o final da construção do novo prédio da Santa Casa, o Provedor comunicou a diretoria do Conselho Particular em 13 de Junho de 1954 ter dado em empreitada o final das obras das novas instalações. Ressaltou que sua maior preocupação no momento era legalizar o patrimônio da Santa Casa em nome da Sociedade de São Vicente de Paulo de Uberlândia e pediu aos membros que divulgassem o programa na Rádio Educadora em que ele faz a respeito do “hospital dos pobres”²³⁷. Este espaço na Radio Educadora foi disponibilizado com período de quinze minutos “destinado à campanha de esclarecimento da opinião pública relativamente da

²³⁴ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 16 de Maio de 1954, p. 09.

²³⁵ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 16 de Maio de 1954, p. 09.

²³⁶ Instituição Social São Vicente e Santo Antônio: Documentos Avulsos. “**Apanhados históricos do Asilo São Vicente e Santo Antônio**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, [19--], p.2.

²³⁷ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 13 de Junho de 1954, p. 90.

atual situação da Santa Casa”²³⁸. O Provedor convocou os demais membros da Mesa Administrativa

(...) a se dedicarem ao máximo em seus esforços em benefício da nossa Santa Casa, pois, esta Obra Especial da Sociedade de São Vicente de Paulo tem sido objeto de interesse por parte do Conselho Particular afim de que a mesma esteja dotada de recursos para atender as necessidades do povo que depende dos benefícios grandiosos que uma Santa Casa proporciona.²³⁹

O Provedor expôs em reunião do Conselho Particular sua preocupação do desconhecimento público e pediu a colaboração de todos no sentido de “alertar a opinião pública sobre o fato de que a Santa Casa se encontra aos cuidados da Sociedade Vicentina, particularidade relativamente desconhecida do povo”²⁴⁰. Outro ponto que despertava atenção na Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia era referente ao terreno em que estavam finalizando as obras do novo prédio. De acordo com o relato feito pelo Provedor da Casa, a compra do terreno foi feita em nome da instituição diretamente, com numerário doado pelo Estado e entregue pessoalmente ao vendedor Clarimundo Carneiro pelo então Prefeito Municipal José Antônio Vasconcelos Costa, que esteve à frente da administração municipal de 1943 a 1945.

Ao final do ano de 1954 a provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia, após levantamento minucioso, publicou no Jornal Correio de Uberlândia²⁴¹ o relatório dos exercícios da Casa para apreciação da população. Logo de início, o texto informa aos leitores da situação da Instituição desde o último relatório:

Como é do conhecimento de todos, o exacerbamento das dificuldades mencionadas em nosso Relatório de 1953 forçou o Corpo Médico dessa Instituição a sugerir a Mesa Administrativa o fechamento temporário do Hospital ou, pelo menos, a restrição ao máximo da assistência que vinha prestando. O acatamento dessa sugestão veio provocar grande reação pública levando a Câmara Municipal a nomear uma comissão de Vereadores dos vários Partidos Políticos ali representado para examinar “in loco” as razões daquela atitude. Essa Comissão visitou demoradamente o Hospital e concluiu pelo acerto da medida do Corpo Clínico e Mesa Administrativa da Santa Casa. Embora contasse que o Hospital estivesse completamente fechado, tal não sucedeu. Todos os casos de

²³⁸ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 20 de Junho de 1954, p. 09.

²³⁹ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 18 de Julho de 1954, p.10.

²⁴⁰ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954, 25 de Julho de 1954, p. 94.

²⁴¹ **Relatório de exercício referente a 1957**. Jornal Correio de Uberlândia, 30 de Abril de 1954, nº 4.133.

emergência foram atendidos conforme atesta a demonstração estatística que este acompanha.²⁴²

E faz referência à Campanha que durante o ano muito auxiliou a obra:

No exercício, grande impulso foi dado as obras do novo Hospital, graças principalmente a nossa receita extraordinária que atingiu a cifra de \$ 607.614,50 para a qual contribuiu a CAMPANHA DE SACRIFÍCIO com Cr\$ 431.575,00, já recebidos. Esta Campanha – somando-se Cr\$ 239.900,00 de notas promissórias a receber e mais Cr\$ 21.300,00 de donativos compromissados – já atingiu, portanto, o total de Cr\$ 692.775,00.²⁴³

Neste mesmo texto a provedoria faz menção aos que de maneira específica contribuíram com a Santa Casa de Misericórdia, entre eles o Senhor José Rezende Ribeiro em conjunto com a Cia Prada de Eletricidade²⁴⁴, os Deputados Federais Rondon Pacheco e Vasconcelos Costa pelas subvenções conseguidas, a Radio Educadora de Uberlândia pelo espaço cedido para divulgação e esclarecimento das atividades da Santa Casa e às Irmãs da Congregação da Piedade pela trabalho executado internamente. Agradeceu também ao Corpo Médico “pelos relevantes serviços que presta ao Hospital, serviços tão notáveis por que realizados gratuitamente, em condições dificultosas e as vezes até mesmo de sacrifício”²⁴⁵. Com grande destaque na edição de número 4.133 do Jornal Correio de Uberlândia, a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia expôs de forma apurada as atividades financeiras, de movimento interno e o detalhamento referente à Campanha de Sacrifício.

Em processo de finalização de obra, o novo prédio da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia foi marcado para o dia 11 de Fevereiro de 1955 o começo das transferências dos doentes internados e as Irmãs Auxiliares como preliminar inauguração das novas instalações. Com o atendimento reduzido desde o fechamento temporário, foi decidida a abertura extraoficial ao público no dia 09 de Maio de 1955.

Com o pré-atendimento aberto no Hospital, a Conferência São Camilo de Lelis foi inaugurada nas dependências da Santa Casa conforme sugestão dada pelo Provedor. Sob proteção do Santo, considerado protetor dos enfermos, os membros da Conferência tinham como assistidos os doentes internados na Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia que eram visitados na enfermaria após das reuniões. A prática religiosa foi constante dentro do

²⁴² **Relatório de exercício referente a 1957.** Jornal Correio de Uberlândia, 30 de Abril de 1954, nº 4.133.

²⁴³ Idem

²⁴⁴ Companhia de energia elétrica fundada em 1929 por Clarimundo Carneiro, Coronel e empresário local.

²⁴⁵ **Relatório de exercício referente a 1957.** Jornal Correio de Uberlândia, 30 de Abril de 1954, nº 4.133, p. 2.

ambiente da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia. Fundada nas bases de um movimento religioso, a Irmandade da Misericórdia, e agora com o movimento vicentino, era recorrente a religião, especificamente católica, no cotidiano da Casa.

Além da realização das reuniões da Conferência nas dependências da Santa Casa, missas eram celebradas regularmente pelo Capelão com exposição do Santíssimo Sacramento pelas Irmãs autorizadas pelo Bispo. Na Capela aconteciam, além das missas com comunhão, batizados e até casamentos conforme aponta os documentos analisados²⁴⁶. Os doentes internados que podiam se locomover tinha autorização para participar das atividades na Capela. Os doentes acamados, se desejassem, recebiam a comunhão, a confissão e a extrema unção, todos sacramentos católicos. Era uma prática reconhecida e autorizada no Regimento Interno da Casa que foi aprovado em 1945: “Tratar auxiliares e doentes com urbanidade, tendo especial carinho aos moribundos de sua seção providenciando para que não lhes falte os recursos da religião nos seus últimos momentos”²⁴⁷. Esta estreita relação entre saúde e religião constitui umas das principais características da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia.

Esta relação contraída não era exclusiva da Santa Casa de Misericórdia. Conforme já citamos nesta pesquisa, o Sanatório Espírita de Uberlândia, inaugurado em 1942 e com localização próxima a Santa Casa, também executavam práticas religiosas nas atividades internas de acordo com o historiador Raphael Alberto Ribeiro:

A construção do Sanatório Espírita em Uberlândia, legitimando as práticas do tratamento psiquiátrico, está fortemente associado à própria ascensão da religião espírita na cidade, uma vez que a sua participação não era somente na parte administrativa, mas também, fundamentalmente, no tratamento aplicado.²⁴⁸

Estas relações entre assistência e religião das obras, aqui citadas, nos levam a refletir que, além de mecanismos de controle social, os movimentos operavam através das atividades das obras difundindo seus ideais e práticas religiosas. Finalizada por completo a obra e com o prédio mobiliado, a Mesa Administrativa informou a todos os membros vicentinos a data de inauguração oficial das novas instalações da Santa Casa que foi

²⁴⁶ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Livro de exercício Interno da Santa Casa de Misericórdia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1918-1960.

²⁴⁷ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Regimento Interno da Santa Casa de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945, Capítulo VIII “Dos Enfermeiros”, Artigo 21, p. 13.

²⁴⁸ RIBEIRO, Raphael Alberto. **ALMAS ENCLAUSURADAS: práticas de intervenção médica, representações culturais e cotidiano no Sanatório Espírita de Uberlândia. (1932-1970)**. 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16451/1/RARibeiroDISSPRT.pdf> Consultado em: 30/08/ 2017, p.46.

marcada para o dia 26 de Junho de 1955 “com a presença do amado Pastor Diocesano S. Excia Rvdma Dom Alexandre Gonçalves Amaral” ²⁴⁹ seguindo a programação redigida por Monsenhor Eduardo Alves dos Santos. Pela Mesa Administrativa, convites foram feitos de modo a convidar toda a população a participar da inauguração das novas instalações da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia. Doze anos após a transferência da administração da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia para a Sociedade de São Vicente de Paulo, representada por sua instância local o Conselho Particular, a obra teve consideráveis avanços juntamente com o movimento vicentino e a cidade de Uberlândia.

As mudanças de sede da Santa Casa – inicialmente na Avenida Floriano Peixoto, quando a obra é transferida, posteriormente na Avenida Raulino Cotta Pacheco e a construção do novo prédio na Avenida Vasconcelos Costa – demonstram e evidenciam os propósitos da administração bem como os serviços que a comunidade local desejava receber. O novo e último prédio reforçou o anseio que os membros de Sociedade de São Vicente de Paulo em Uberlândia expressaram no ato de posse em 1943 quando assumiram a administração da Casa de “dotarem Uberlândia de uma Santa Casa à altura de seu progresso e de sua civilização” ²⁵⁰. Ocupando um quarteirão inteiro, o projeto arquitetônico motivado no Panóptico – cuja estrutura se prendia ao formato octagonal ²⁵¹– evidenciou uma Obra que desejava se destacar, não apenas pelo serviço oferecido, como também pela estrutura potência arquitetônica.

CAPÍTULO III: Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Mudanças, Tensões e Transições

²⁴⁹ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1955-1958, 19 de Junho de 1955, p. 15.

²⁵⁰ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Ata de posse da nova diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1943, 18 de Janeiro de 1943, p.2.

²⁵¹ MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Os Desvalidos de sorte: A Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia e o controle dos excluídos sociais (Uberlândia 1918-1980)**. In: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anaais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0535.pdf> Consultado em 10/04/2017, p. 07.

De acordo com o convite distribuído a toda a população uberlandense, dia 26 de Junho de 1955 foi o dia escolhido para a transferência definitiva e inauguração oficial das novas instalações da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia. O prédio situado à Avenida Vasconcelos Costa, 962, foi o último endereço da Santa Casa que foi vendido vinte anos após o ano de sua inauguração. Marcado para ocorrer em um domingo, às atividades tiveram início às 8 horas da manhã com a benção solene das novas instalações.

Após a benção do sacerdote, a Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia, em ato solene, fez a entrega da nova Casa à população com discurso do Provedor Confrade Caio Lima Santa Cecília:

A data de hoje é jubilosa para o povo de Uberlândia e muito especialmente para a Sociedade de São Vicente de Paulo, que há 12 anos vem dirigindo os destinos da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. (...) A Sociedade de São Vicente de Paulo com este novo Hospital, espera ter correspondido à confiança que nela depositou este magnifico povo uberlandense, proporcionando-lhe os meios necessários a realização desta obra. [sic] ²⁵²

O Provedor aproveitou o momento de seu discurso na presença de alguns políticos presentes e da população para evidenciar a delicada situação das instituições administradas por movimentos religiosos e enalteceu o trabalho desenvolvido pelos vicentinos na instituição:

Salientamos a gravidade desse problema, em face da atual situação hospitalar brasileira. Como todos tem tido a oportunidade de ler nos jornais e revistas, os hospitais de caridade em todo o Brasil atravessam um período crítico, estando muitos deles ameaçados de fechamento por falta de meios para a sua subsistência. Para exemplo, citaremos somente os casos da Santa Casa de Campinas e o Hospital Central de Câncer em S. Paulo, instituições modelares no gênero e que no entanto estão enquadradas nas dificuldades citadas. Constitue, portanto, autêntica aventura inaugurar um hospital de caridade nos moldes do nosso, quando todos os seus similares estão ameaçados de fechamento. Todavia, a Sociedade de S. Vicente de Paulo não teme essa aventura, porque se ampara em Deus e conta com a colaboração nunca negada do generoso povo de Uberlândia. Contará, ainda, com a ajuda dos poderes públicos, especialmente o Poder Público Municipal que, por conhecer de perto a situação, está em melhores condições de sentir conosco a necessidade imperiosa de se dar aos desamparados uma assistência hospitalar digna. [sic] ²⁵³

²⁵² Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Discurso do Provedor Confrade Caio Lima Santa Cecília em inauguração do novo prédio da Santa Casa de Misericórdia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 26 de Junho de 1955.

²⁵³ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Discurso do Provedor Confrade Caio Lima Santa Cecília em inauguração do novo prédio da Santa Casa de Misericórdia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 26 de Junho de 1955.

Encerrado o discurso, de acordo com o cronograma estipulado por Monsenhor Eduardo, aconteceu a missa em ação de graças na Capela do novo prédio. O discurso do Provedor desvenda e reflete os anseios do movimento vicentino através da obra por ele administrado. Ao expor as crises enfrentadas pelos demais hospitais administrados por movimentos religiosos, o provedor indica para a população uberlandense o contraste da Santa Casa de Uberlândia para as demais, ressaltando que, além de sua mantenedora se amparar em Deus, contava com a colaboração “nunca negada do generoso povo de Uberlândia”, levando à população parte da responsabilidade de manter a obra sempre em atividade e colocando-a em melhor posição que as demais.

Apesar do prédio considerado pronto para funcionamento, faltava a construção de um pavilhão prometido pelo industrial Messias Pedreiro para o fim do mês de Agosto. Acertado a contribuição do industrial para a construção do pavilhão, o juiz da comarca fez também doação de um gabinete dentário a Casa além de roupas de cama e tapetes. A preocupação da Mesa Administração, no entanto, era a ocupação do antigo prédio da Santa Casa de Misericórdia “a-fim de se evitar aborrecimentos futuros” [sic] ²⁵⁴. Sem definição a respeito do assunto, terminou o ano de 1955 com o novo prédio em funcionamento e o antigo desativado.

De acordo com os rumores, um Grupo Escolar recém-criado denominado Grupo Escolar Cristóvão Colombo ocuparia as instalações da antiga Avenida dos Andradas. O provedor informou a todos que estava providenciando a documentação para legalização da escritura do terreno onde situava o imóvel e comunicou que um clínico local tinha interesse em alugar o prédio para a instalação de um Hospital Particular. O Conselho Particular autorizou o Confrade Provedor “a agir como julgar conveniente, dentro, aliás, da ponderação que sempre demonstra em suas funções” ²⁵⁵. Por motivos não conhecidos nesta pesquisa, a proposta do clínico não foi levada adiante.

No dia 11 de Março de 1956 o Confrade Caio Lima Santa Cecília convidou o vereador Homero Santos para participar da reunião do Conselho Particular cujo assunto a ser discutido seria exclusivamente aos “problemas de mendicância em nossa cidade,

²⁵⁴ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1955-1958, 13 de Novembro de 1955, p. 27.

²⁵⁵ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1955-1958, 05 de Fevereiro de 1956, p. 35.

campanha agitada pelo edil uberlandense na Câmara Municipal”²⁵⁶. Em relação ao assunto em questão, o vereador enumerou algumas providências que considerava pertinentes para a resolução do problema como “a coleta dos pobres pedintes, exame médico dos mesmos, assistência aos realmente necessitados e punições severas aos demais”²⁵⁷.

O Confrade Caio Lima ressaltou em sua fala os 40 anos de trabalho de assistência social que a Sociedade de São Vicente de Paulo executava em Uberlândia, “a humildade vicentina, avessa a publicidade, os entraves por parte das autoridades e mesmo de boa parcela do povo”²⁵⁸. Interessante analisarmos este trecho da fala do provedor em que o mesmo ressalta que a prática vicentina é realizada ‘avessa’ à publicidade. Em diversos momentos vimos o repasse de notícias por parte do movimento aos meios de comunicação: rádio e jornal. Desvenda também a frágil relação com as autoridades locais bem como veremos no trecho a seguir. Em relação a campanha defendida pelo vereador, o provedor da Santa Casa de Misericórdia lamenta por não acreditar na eficácia total,

(...) mesmo porque a pobreza sempre existiu e existirá, todavia, admite que o movimento, levado a sério por todos, irá melhorar o aspecto da questão. Já em outras oportunidades, os poderes constituídos da cidade, tentarão esta solução, sempre assistidos pela Sociedade, não passando, infelizmente, de arroubos filantrópicos de efêmera duração. Os vicentinos, entretanto, não por causa dos prefeitos e delegados, mas apesar deles, persistem no seu trabalho, desajudados e muitas vezes prejudicados pela atuação das autoridades, levando ao pobrezinho o conforto do seu auxílio, da sua presença e do seu conselho prudente. [sic]²⁵⁹

E continuou:

Notifica que a Sociedade não se compromete a exterminar os pobres das ruas da cidade, mesmo porque esta função não lhe cabe; o que ela se propõe, e disto não fugirá jamais, é continuar a exercer a função para a qual foi criada, de caridade ao necessitado.²⁶⁰

Além de destacar a tênue relação com as autoridades locais, prefeitos e delegados, este fragmento sublinha o debate que permeava a sociedade uberlandense: a pobreza e a mendicância. Ao utilizar o termo ‘exterminar’, evidencia o desejo encravado no discurso do provedor de que a exposição dos pobres causava grande incômodo, sendo necessário providências como buscava ali o Vereador Homero Santos. Em relação às providências que

²⁵⁶ Idem

²⁵⁷ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1955-1958, 11 de Março de 1956, p. 40.

²⁵⁸ Idem

²⁵⁹ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1955-1958, 11 de Março de 1956, p. 40.

²⁶⁰ Idem

o vereador propôs, o Confrade Caio Lima admite como eficaz apenas o atestado médico para registro do pobre no Dispensário, este documento seria o primeiro passo na inscrição do interessado, carecendo de outras particularidades para a efetivação do benefício dado pela Obra.

Em reunião com os médicos da Santa Casa, o diretor Dr. Ruy Cotta informou que “foi pedido pelo Sr. Delegado de Polícia com referência à assistência médicas aos mendigos da cidade e o problema referente ao fato de o indivíduo é ou não necessitado de caridade pública” ²⁶¹. Após debate entre os médicos pertencentes ao Corpo Clínico, foi estabelecido que os mendigos fossem enviados ao ambulatório para que fosse providenciado o atestado referente a sua incapacidade, se a mesma existisse. Reforçando o que abordamos no primeiro capítulo, o pobre pedinte em Uberlândia, muitas vezes era visto como preguiçoso e ‘vagabundo’. Através deste atestado médico fornecido pela Santa Casa, o pobre provaria a incapacidade de trabalho validando a caridade pública por ele recebida. Esta sistematização permitiria a “assistência aos realmente necessitados e punições severas aos demais”.

Logo no início de 1957 a Prefeitura Municipal divulgou no Jornal Correio de Uberlândia²⁶² o valor da subvenção que as obras sociais receberiam ao longo do ano.

TABELA 04 - Relação de Subvenções destinadas às Obras Sociais para o exercício de 1957:		I – OR DI NÁ RI AS
Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia	Cr\$ 180.000,00	
Dispensário São Vicente de Paulo	Cr\$ 100.000,00	
Patronato de Menores	Cr\$ 5.000,00	

²⁶¹ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião do Corpo Clínico da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945-1958, 20 de Março de 1959, p. 20.

²⁶² **Prefeitura Municipal de Uberlândia – Subvenções para 2017**. Correio de Uberlândia, Uberlândia, 19 de Janeiro de 1957, p.5.

Sanatório Espírita	Cr\$ 100.000,00	II – EX TR AO RD IN ÁR IA S
Posto de Puericultura	Cr\$ 30.000,00	
Tiro de Guerra	Cr\$ 15.000,00	
Uberlândia Tênis Clube	Cr\$ 20.000,00	
Círculo Operário de Uberlândia	Cr\$ 8.000,00	
Sociedade de Assistência aos Lázaros de Uberlândia	Cr\$ 5.000,00	
Preventório de Triângulo Mineiro	Cr\$ 5.000,00	
Inst. Pequenas Missionárias de M ^a . Imaculada	Cr\$ 3.000,00	
Instituto dos Cegos do Brasil Central	Cr\$ 2.000,00	
Pia União de Santo Antônio	Cr\$ 12.000,00	
Inst. de Assistência Social	Cr\$ 40.000,00	F O N T E : P
Asilo São Vicente e Santo Antônio	Cr\$ 150.000,00	
Asilo São Vicente e Santo Antônio	Cr\$ 20.000,00	
Colégio Convento Nossa Senhora de Fátima	Cr\$ 50.000,00	
Inst. de Alimentação Militar	Cr\$ 10.000,00	
Hospital São Jorge (Em construção)	Cr\$ 45.000,00	
Grupos de Assistência Social	Cr\$ 10.000,00	
Associação Agro-Pecuária (Associação Feminina)	Cr\$ 50.000,00	
Grupos de Assistência Social	Cr\$ 5.000,00	
Colégio Salesiano	Cr\$ 100.000,00	
Casa do Triângulo Mineiro	Cr\$ 5.000,00	
Vila dos Pobres	Cr\$ 10.000,00	
Vila Imaculada Conceição	Cr\$ 10.000,00	
Escola Maçônica ‘Seis de Junho’ (Em construção)	Cr\$ 20.000,00	
Associação dos Cirurgiões Dentistas de Uberlândia	Cr\$ 10.000,00	
Associação Escoteiros Cruzeiro do Sul	Cr\$ 20.000,00	

refeitura Municipal de Uberlândia – Subvenções para 2017. Correio de Uberlândia, Uberlândia, 19 de Janeiro de 1957, p.5.

Através desta Tabela é possível percebermos a relação de entidades sociais no município de Uberlândia e a ordem de prioridades na dotação das verbas distribuídas. Das entidades listadas nas subvenções ordinárias, seis são administradas pela Sociedade de São Vicente de Paulo, um quarto de todas as entidades relacionadas. Do valor total distribuído, cerca de 33% é destinado à obras administradas pelo movimento vicentino, sendo a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia a entidade que recebe a maior quantia, Cr\$ 180,000,00 (Cento e Oitenta Mil Cruzeiros) das vinte e quatro relacionadas.

Encerrado o ano de 1957 a direção da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia providenciou os relatórios interno e financeiro do exercício de 1957:

TABELA 05 - Relatório de 1957 – Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia

ESTATÍSTICA DE ASSISTÊNCIA PRESTADA

INTERNAMENTOS	HOMENS	MULHERES	MENINOS	MENINAS	TOTAIS
Internados.....	334	636	39	37	1046
Altas.....	291	590	36	33	950
Óbitos.....	27	31	2	3	63
Transferidos/1958	16	15	1	1	33

CLASSIFICAÇÃO GERAL DOS INTERNADOS

Pobres Atendidos.....	826
Pensionistas.....	220

MOVIMENTO DE CIRURGIA

ALTA CIRURGIA		PEQUENA CIRURGIA	
Gratuitos.....	217	Gratuitos.....	112
Pensionistas.....	115	Pensionistas.....	16
TOTAL.....	332	TOTAL.....	128

MOVIMENTO DE MATERNIDADE

MOVIMENTO GERAL		CLASSIFICAÇÃO	
Recém-nascido.....	152	Parturientes Pobres.....	159
Nati-morto	15	Parturientes Pensionistas.....	64
Tratamento pré natal.....	56	TOTAL.....	223
TOTAL.....	223		

MOVIMENTO DE AMBULATÓRIO

INTERNAMENTOS GRATUITOS

Consultas.....	6.723
Receitas.....	7.526
Fórmulas.....	18.250

OUTROS DADOS ESTATÍSTICOS

Injeções.....	18.229	Exames Laboratório.....	298
Curativos.....	6.009	Engessamentos.....	26
Transfusões.....	174	Raios-X.....	226
Aplicações Elétricas.....	104	Exames Ginecológico.....	405

FONTE: Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Relatório de exercício referente a 1957**”. Assinado por Dr. Honorato V. Carvalho e Irmã Maria Catarina de Sena. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, Fevereiro de 1958.

O número de atendimento gratuito na Santa Casa de Misericórdia durante o ano analisado foi três vezes maior que o número de atendimento a pensionistas, acarretando, dessa forma, gastos financeiros altos para a Instituição. No texto entregue para divulgação juntamente com os relatórios específicos aqui apresentados, o Provedor solicitou “uma maior colaboração por parte das pessoas mais abastadas da cidade, para que a Santa Casa possa continuar a melhorar os serviços que presta à população” ²⁶³ recorrendo aos serviços de pensionistas ou contribuindo mensalmente com a Obra. Neste relatório constava também toda a movimentação financeira do ano de 1957:

TABELA 06 - DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA NO EXERCÍCIO DE 1957	
RECEITA	
Saldo transferido 1956	15.656,30
RENDA ORDINÁRIA	
- RENDA HOSPITALAR	
Quarto de aluguel	164.960,00
Taxa de Sala de Operação	92.290,00
Taxa de Sala de Parto	17.200,00
Medicamentos (ressarcimento)	20.298,00
Raio-x	700,00
Outras Rendas Hospitalares	9.139,50
Totalizando	304.587,50
RECEITA PATROMINIAL	

²⁶³ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Relatório de exercício referente a 1957**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, Fevereiro de 1958, p. 01.

Aluguel de Casa de nossa propriedade	12.000,00
Juros Bancários	1.044,90
Venda de Tacos à Santa Casa de Monte Carmelo	6.254,00
Totalizando	19.298,90
SUBVENÇÕES RECEBIDAS	
- FEDERAIS	
Fundo de Assistência Hospitalar de 1956	77.031,00
Ordinária de 1957	170.000,00
- ESTADUAL	
Leito-dia de 1954	99.020,00
- MUNICIPAIS	
Ordinária de 1956	80.000,00
Totalizando	426.051,00
RECEITA EXTRAORDINÁRIA	
Contribuintes Mensais	66.132,00
Donativos Diversos	309.879,90
Campanha de “envelopes”	15.747,00
Totalizando	391.758,90
TOTAL	1.157.352,60
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA NO EXERCÍCIO DE 1957	
DESPESA	
DESPESA ORDINÁRIA	
Com alimentação, mat. de limpeza e combustível	359.844,60
Com medicamentos e mat. hospitalar,	172.847,90
Com Ordenados e gratificações	316.558,00
Com rouparia hospitalar	4.427,00
Totalizando	853.677,50
C/ DESPESAS DIVERSAS	
Sêlos e estampilhas	3.271,60
Material de escritório e impressos	1.893,50
Fôrça, luz e telefone	39.412,10
Automóvel para transporte médico, fretes e carretos	22.433,30
Consertos diversos, instituto de previdências, materiais elétricos, conserto do aparelho de Raio X, etc.	36.740,50
Outras despesas	71.840,70

Totalizando	175.591,70
DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS	
Com construção (material e mão de obra)	162.905,00
Com equipamentos adquiridos	12.140,00
Totalizando	175.045,00
TOTAL	1.204.314,20

FONTE: Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Relatório de exercício referente a 1957**”. Assinado pelos Confrades Caio Lima Santa Cecília, Ronan Mendonça Ribeiro, Reginaldo José Spini, por Monsenhor Eduardo Alves dos Santos e Irmã Maria Catarina de Sena. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, Fevereiro de 1958.

Anexado ao Relatório de Exercício de 1957, constava as subvenções que a Santa Casa de Misericórdia tinha a receber:

TABELA 07 - SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE UBERLÂNDIA – 1957	
SUBVENÇÕES A RECEBER	
FEDERAIS	
Ordinária de 1951	10.000,00
Ordinária de 1952	10.000,00
Fundo de Assistência Hospitalar de 1957 (ainda não fixada)	--,--
Ordinária de 1958	200.000,00
Extraordinária (Rondon Pacheco) 1958	300.000,00
Extraordinária (Vasconcelos Costa) 1958	225.000,00
Totalizando	745.000,00
ESTADUAIS	
Leito-dia de 1956	89.724,00
Leito-dia de 1957	247.572,00
Extraordinária de 1956 (Dr. Oscar e Tubal Vilela)	190.000,00
Extraordinária de 1957 (idem, idem)	190.000,00
Extraordinária de 1985 (idem, idem)	190.000,00
Totalizando	907.296,00
MUNICIPAIS	
Ordinária de 1957 (Paga no início de 1958)	180.000,00
Ordinária de 1958	200.000,00

Totalizando	380.000,00
OUTROS RECEBIMENTOS A REALIZAR	
Aluguel de casa de n/ propriedade referente aos doze meses de 1957	12.000,00
Campanha de Sacrifício (restante de promissórias a receber)	19.700,00
Totalizando	31.700,00
TOTAL	2.063.996,00

FONTE: Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Relatório de exercício referente a 1957**”. Assinado pelos Confrades Caio Lima Santa Cecília e Reginaldo José Spini. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, Fevereiro de 1958.

De acordo com o relatório financeiro de 1957, a Santa Casa de Misericórdia teve uma receita de Cr\$ 1.157.352,60 (Um milhão, cento e cinquenta e sete mil, trezentos e cinquenta e dois Cruzeiros e sessenta Centavos), e de despesas Cr\$ 1.204.314,20 (Um milhão, duzentos e quatro mil, trezentos e quatorze Cruzeiros e vinte Centavos). Podemos constatar um déficit de Cr\$ 46.961,60 (Quarenta e seis mil, novecentos e sessenta e um Cruzeiros e sessenta Centavos) no movimento financeiro do ano de 1957 na Santa Casa. Em contrapartida, a soma das subvenções a receber supriria a diferença financeira.

Ainda no Relatório de 1957, em anexo havia a lista dos contribuintes mensais, conforme consta na tabela de Receitas, com os 240 (Duzentos e quarenta) nomes das pessoas que faziam a contribuição espontânea mensal. A lista apresentada era referente ao mês de Novembro de 1957. O valor mínimo doado era Cr\$ 5,00 (Cinco Cruzeiros) e o valor mais alto recebido foi de Cr\$ 250,00 (Duzentos e Cinquenta Cruzeiros).

Nesta lista constavam nomes de vários vicentinos, como Ângelo Cunha, Inácio Castilho, Irmãos Simão e Othon Fleury, e de personalidades conhecidas na vida uberlandense como Clarimundo F. Carneiro, Tannús, Jorge Zacarias Junqueira, José Fonseca e Silva, Messias Pedreiro e Luiz Finoti além das empresas contribuintes como Banco de Crédito Real Minas Gerais, Bar Antártica, Barros e Cia, Carlos Saraiva e Cia, Imobiliária Tibery Ltda, Frigorífico Caiapó S/A, Exportadora Uberlandense de Cereais Ltda, Crosara e Cia, Drogasil Ltda, Tannús e Cia e Laboratórios Raul Leite S/A. O Confrade Caio Lima ressalta que as contribuições totalizaram em média Cr\$ 5.500,00 (Cinco mil e Quinhentos Cruzeiros) por mês, enquanto a despesa mensal da Casa girava em torno de Cr\$ 100.000,00 (Cem mil Cruzeiros), portanto, em nota aos meios de comunicação que foi enviado o Relatório de 1957 fez “um veemente apelo à nossa

indústria e comércio para que se tornem contribuintes mensais da Santa Casa e aqueles que já são, façam uma pequena revisão de sua contribuição”²⁶⁴.

Em Março do ano posterior, o Confrade Caio Lima pediu demissão de seu cargo de Provedor da Santa Casa. O Presidente do Conselho Particular, Confrade Oly-Mar Castilho deu posse a nova provedoria da Santa Casa de Misericórdia que assim foi constituída:

Provedor: Confrade Bádue Simão

Vice-Provedor: Monsenhor Eduardo Alves dos Santos

1º Secretário: Confrade Caio Lima Santa Cecília

2º Secretário: Confrade Oscar Mendes de Lima Junior

1º Tesoureiro: Confrade Reginaldo José Spini

2º Tesoureiro: Irmã Catarina de Sena²⁶⁵

O primeiro ano de provedoria do Confrade Bádue pouco mudou do que foi deixado por seu antecessor. A situação financeira da Santa Casa continuou delicada pelo constante atraso de subvenções, mas as doações e contribuições da população auxiliavam no dia a dia. Após muitas conversas a respeito da utilização do antigo prédio da Santa Casa, situado na Avenida dos Andradas, 561, em 1958 chegou-se a uma definição.

Em 12 de Outubro de 1958, dia de Nossa Senhora Aparecida e também comemorado Dia das Crianças, “foi definitivamente acertado a fundação da entidade, sendo invocadas as intercessões da Virgem Imaculada Conceição e de São Vicente de Paulo”²⁶⁶. A entidade fundada foi a Casa da Divina Providência vinculado ao Departamento Vicentino de Assistência Infantil, recém-criado. O espaço seria destinado a meninas em regime de orfanato.

Decisão acertada foi então providenciada a reforma e adaptação do prédio onde funcionava a Santa Casa. A reforma durou dois meses sendo todas as despesas custeadas pelo Conselho Particular. As Obras vicentinas se auxiliavam sempre que necessário.

²⁶⁴ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Relatório de exercício referente a 1957**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, Fevereiro de 1958, p. 01.

²⁶⁵ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1955-1958, 09 de Março de 1958, p. 87.

²⁶⁶ Casa da Divina Providência: Documentos Avulsos. “**Apanhados históricos da Casa da Divina Providência**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, [19--].

Conforme já mostramos nesta pesquisa, em período de reforma do Asilo, as asiladas foram transferidas para a Santa Casa. A Santa Casa fornecia atestados que eram utilizados no Dispensário, as Conferências recorriam à todas estas obras para prestar ajuda às famílias assistidas. Não foi diferente com a Casa da Divina Providência. As meninas internadas na Casa recorriam à Santa Casa de Misericórdia para tratamentos de saúde, outras eram internadas na Casa de Divina Providência enquanto um de seus familiares estava internado na Santa Casa de Misericórdia.

As diretorias da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia e do Conselho Particular, preocupados com a devida legalização da Santa Casa, enviaram à Câmara Municipal no dia 4 de Maio de 1959 o seguinte pedido:

Presados Senhores Vereadores =

A Sociedade de São Vicente de Paulo que, em todos os setores da assistência social organizada, presta assinalados serviços aos desvalidos da fortuna, vem mui respeitosamente à presença dos esclarecidos Edis uberlandenses, pleitear sua atenção e seu interesse às seguintes providências, junto À SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE UBERLÂNDIA, uma de suas Obras Especiais:

- a) = Apoiar a mudança da atual nomenclatura para “HOSPITAL SÃO VICENTE”, no que concerne ao seu funcionamento médico-hospitalar.
- b) = Empréstimo sua eficaz adesão ao movimento de constituição e funcionamento da ESCOLA DE ENFERMAGEM que estamos organizando junto à SANTA CASA.
- c) = Reconhecer a propriedade da Sociedade de São Vicente de Paulo de Uberlândia sobre a referida SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE UBERLÂNDIA, sua Obra Especial. –

Para melhor orientação de Vs. Excias. acêrca dos itens e foco, servimo-nos anexar um apanhado de esclarecimentos, que rogamos consultarem com o devido aprêço. –

Certos de merecer especial acolhida ao exposto, valemo-nos do ensejo para hipotecar nossa simpatia a essa operosa Edilidade, a disposição da qual nos colocamos em todos os empreendimentos que, dentro de nossa alçada, visarem o bem e a grandeza desta nossa privilegiada Uberlândia. Deus guarde Vs. Excias., seus dignos familiares, e os ilumine o caminho que devam trilhar a bem da cidade e da Nação.

Mui respeitosamente,
Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo de Uberlândia. [sic]

267

²⁶⁷ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Carta à Câmara Municipal de Uberlândia enviada pela diretoria do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo.**” Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 04 de Maio de 1959.

Conforme exposto no documento citado, foram anexados os esclarecimentos a respeito dos itens solicitados. De acordo com o texto incorporado, no que se refere ao primeiro item, “o clima de impopularidade que cerca todas as entidades que atendem pelo nome de Santa Casa não tem deixado de influir maleficamente também sobre a nossa, dificultando o maior êxito de sua função” ²⁶⁸.

Segundo o texto, os enfermos estariam deixando de procurar a Santa Casa, mesmo sendo gratuito, pois, “tal preconceito impede a boa marcha do restabelecimento físico do pobre” ²⁶⁹. Este mesmo preconceito estaria afastando pessoas que poderiam frequentar quartos pagos, o que criaria uma receita em favor do setor gratuito, mas se recusam a frequentar a Casa. Estes “fatores psicológicos” ²⁷⁰ poderiam ser resolvidos com nova nomenclatura e dessa forma “surgiria um número muito maior de clientes pagantes acarretando o aumento consequente de arrecadação própria, com o que ir-se-ia melhorando cada vez mais o recursos da Entidade, sem maiores ônus para poderes públicos” ²⁷¹.

Para o item b) o texto expõe que a cidade estava coesa em uma campanha criada por um dos vereadores daquela Câmara Municipal, “digna de uma comuna progressista e culta” ²⁷², para a criação das valiosas Faculdades Uberlandenses. Dessa forma, a entidade colaboraria com o movimento através da concretização da Escola de Enfermagem, anexa à Santa Casa. O último item, que se refere ao patrimônio, o texto buscou evidenciar a trajetória da Casa sob administração vicentina que:

(...) nesses dezessete anos de lutas à frente da Instituição, demonstrou de sobejo a sua capacidade de recuperar, dirigir e manter em funcionamento normal aquele hospital, várias vezes paralisado em épocas anteriores, por deficiência de direção, passando de mão em mão sem jamais encontrar a sua verdadeira finalidade. ²⁷³

²⁶⁸ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Carta à Câmara Municipal de Uberlândia enviada pela diretoria do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo.**” Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 04 de Maio de 1959. Anexo.

²⁶⁹ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Carta à Câmara Municipal de Uberlândia enviada pela diretoria do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo.**” Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 04 de Maio de 1959.

²⁷⁰ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Carta à Câmara Municipal de Uberlândia enviada pela diretoria do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo.**” Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 04 de Maio de 1959. Anexo.

²⁷¹ Idem

²⁷² Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Carta à Câmara Municipal de Uberlândia enviada pela diretoria do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo.**” Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 04 de Maio de 1959. Anexo.

²⁷³ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Carta à Câmara Municipal de Uberlândia enviada pela diretoria do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo.**” Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 04 de Maio de 1959. Anexo.

Dessa forma, solicitaram a Câmara que promovessem o reconhecimento do direito de propriedade. Em resposta, a Câmara Municipal através da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação ofereceu o seguinte parecer:

Estudando o assunto contido, do ofício da Sociedade de São Vicente de Paulo, como é de nosso dever, chegamos à seguinte conclusão:

A documentação apresentada, instruindo o dito ofício, bem como a escritura de compra do terreno onde hoje é localizada a Santa Casa (livro nº 128 – fls. 98 e 100 verso) compra esta feita a Clarimundo F. Carneiro e sua mulher, ao contrário do que consta o pedido formulado no item “c” do ofício, nos demonstra, claramente, que o prédio, o terreno e aparelhamento do hospital, bem como os demais imóveis e móveis do patrimônio da Santa Casa de Misericórdia, pertencem, de pleno direito, à própria “SANTA CASA DE MISERICÓRDIA”, entidade jurídica perfeitamente reconhecida.

Tanto isto é verdade que o próprio Poder Público Municipal, através do lançamento do imposto e da concessão de subvenções, o reconhece.

Concluimos, portanto, pelo arquivamento do pedido, uma vez que os itens “A” e “B” são de exclusiva deliberação da Santa Casa, uma vez que se conclui pela sua propriedade sobre o dito patrimônio.

Sala de Sessões, 22/05/59
Helvecio Gomes Correia
Homero Santos
Valdir Mergaço Barbosa. [sic]²⁷⁴

Com este parecer dado pela Câmara Municipal de Uberlândia fica definitivamente certo que a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia é Obra Especial exclusivamente pertencente a Sociedade de São Vicente de Paulo sendo uma entidade que auxiliou a cidade no campo social e hospitalar. Esta atenção dada ao esclarecimento de propriedade da Santa Casa de Misericórdia teve início com a reunião antecipada pelo prefeito Tubal Vilela em 03 de Maio de 1954, conforme já citamos nesta pesquisa, onde o mesmo sugeriu a entrega da Santa Casa para a prefeitura na presença do Vice Provedor Monsenhor Eduardo.

Seguindo o rodízio proposto pelo Presidente do Conselho Particular o Confrade Oly-Mar Castilho, em Janeiro de 1960 ocorreu nova redistribuição das administrações das obras vicentinas e a Santa Casa de Misericórdia com esta nova distribuição teve como seu novo Provedor o Confrade Elmiro Gonçalves Pinto.

A nova provedoria foi constituída da seguinte forma:

²⁷⁴ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Parecer da Câmara Municipal à Carta enviada pela diretoria do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo.**” Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 22 de Maio de 1959.

Provedor: Confrade Elmiro Gonçalves Pinto

Vice Provedor: Monsenhor Eduardo A. dos Santos

1º Secretário: Confrade Lelis Ferreira Chaves

2º Secretário: Confrade Joaquim Ramos Vasconcelos

1º Tesoureiro: Confrade Reginaldo Spini

2º Tesoureiro: Confrade Luis Finotti²⁷⁵

O diferencial desta nova provedoria foi a respeito da divisão de setores. De acordo com o livro de Atas da Santa Casa de Misericórdia²⁷⁶ foi criado os setores de Abastecimento, e de Medicamentos. O Confrade Bádue Simão colocou sua experiência a disposição da nova provedoria no que fosse necessário. Pelo antigo Provedor foi lembrado que o Pavilhão Maternidade estava praticamente pronto faltando apenas limpeza e pintura das camas para o seu rápido funcionamento.

O Confrade Caio Lima, responsável pelo setor de medicamentos, relatou em reunião que a campanha que estava fazendo nos laboratórios para obtenção de amostras grátis não estava sendo eficiente, pois, estes laboratórios repassavam à Santa Casa “apenas remédios que não lhes tem mais proveito”²⁷⁷. O responsável pelo setor e abastecimento, o Confrade Luis Finotti, disse que sua comissão estava buscando “ganhar muito e comprar pouco”²⁷⁸, deixando a dispensa o quanto possível sortida e que estava tendo bons resultados.

A realização de campanhas públicas, de alimentos, roupas e principalmente de dinheiro, foi prática constante durante as atividades da Santa Casa de Misericórdia. A mais significativa sem dúvidas foi a Campanha de Sacrifício já exposta nesta pesquisa. Na gestão do Provedor Confrade Elmiro Gonçalves as campanhas junto à população também eram frequentes, mas, assim como nas campanhas anteriores, a preocupação da provedoria era conscientizar a população a participar e colaborar. Dessa forma, foi decidido em

²⁷⁵ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1958-1961, 03 de Janeiro de 1960, p. 4.

²⁷⁶ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 20 de Março de 1960, p. 11.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 29 de Maio de 1960, p. 13.

reunião da Mesa Administrativa redigir um artigo “no sentido de despertar o público para maior receptividade da próxima campanha de aumento de contribuições” ²⁷⁹.

Com pouco tempo de provedoria, o Confrade Elmiro Gonçalves buscou sistematizar e organizar as atividades da Santa Casa de Misericórdia, principalmente no setor de abastecimento e tesouraria. De acordo com o Provedor, todas as notas de despesas da Obra deveriam conter seu visto de ciência. Mas o que se constatou na reunião seguinte, no mês de Maio de 1960, foi o descontentamento do Provedor pela sua normativa não acatada. Além de não conhecer a realidade financeira da Casa, por não ter recebido o caixa da antiga gestão, o Confrade Elmiro declarou que estavam fazendo compras para a Santa Casa sem seu conhecimento. Foi sugerido que os acontecimentos fossem relatados ao presidente do Conselho Particular. Este episódio dá indícios de conflitos e tensões nas relações de diretoria na administração da Santa Casa.

Em Novembro de 1960, além da presença da Mesa Administrativa, foram convocados os médicos Dr. Rui Cotta Pacheco, Dr. Eduardo V. Viana, Dr. Ismael Resende, Dr. Simão C. Luz, Dr. Arnaldo Godoy e Dr. Bolivar Alves Ferreira a participarem da reunião para que pudessem ficar cientes dos acontecimentos na Câmara Municipal a respeito da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia. De acordo com o Confrade Caio Lima, antigo Provedor da Casa e diretor do setor de Medicamentos, no dia 09 de Novembro de 1960, na Câmara Municipal de Uberlândia, o vereador Homero Santos “fez um discurso verdadeiramente atentatório à dignidade dos membros da provedoria, bem como do corpo médico” ²⁸⁰. Este mesmo vereador solicitou auxílio aos vicentinos, em 1956, com referência à mendicância que ocorria na cidade, já abordado nesta pesquisa.

O secretário, Confrade Lelis Ferreira, leu a resposta “enérgica e nobre” ²⁸¹ redigida pelos membros da provedoria enviada a Câmara Municipal. Levantou-se total “repúdio e indignação” ²⁸² por parte da provedoria e corpo médico que reconheceu naquelas palavras:

(...) o desabafo de um político que não podendo usar de internamentos na Santa Casa para fins eleitoral, se insurge contra a administração que só aceita

²⁷⁹ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 31 de Agosto de 1960, p. 15.

²⁸⁰ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 25 de Novembro de 1960, p. 16.

²⁸¹ Idem

²⁸² Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 25 de Novembro de 1960, p. 17.

critérios médicos e por isso, recusa terminantemente internar doentes sem guia dada por médicos credenciados ²⁸³

Não consta nos documentos analisados o início das tensões entre o vereador citado e o movimento vicentino. Em trechos é possível perceber que não havia um cenário completamente harmonioso no campo político entre as partes. Momentos de conflito com autoridades locais revelam um tenso debate de interesses e poder local sendo a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia o escopo dos embates. Durante a reunião, o Confrade Caio Lima ressaltou que a Santa Casa não era e nunca havia sido pronto-socorro ou asilo para internar doentes levados por viaturas da polícia ou municipais sem a guia médica. Sugeriu que as autoridades públicas montassem um pronto-socorro ou posto de emergência.

Neste momento, foi lembrado pelos médicos presentes o “péssimo estado” ²⁸⁴ em que se encontrava o ambulatório principalmente pela falta de medicamento. A provedoria em resposta disse que os repasses financeiros seguiam determinado critério sendo em primeiro lugar o setor de internamento sendo o ambulatório provido por amostras grátis de medicamentos. Este assunto, de acordo com o registro em ata, levantou uma acalorada discussão entre os médicos presentes e os demais membros da Mesa Administrativa.

A relação entre a provedoria da Santa Casa de Misericórdia e o corpo clínico continuou instável. Na reunião ordinária do mês de Dezembro de 1960 o Provedor questionou o Diretor Médico o Dr. Ruy C. Pacheco se o mesmo teria dito a um vicentino que, “enquanto as demais obras vicentinas faziam campanha, somente a provedoria da Sta Casa ficava omissa” ²⁸⁵. O Diretor Médico respondeu que realmente havia dito o que foi relatado, mas:

(...) no sentido de crítica construtiva e nunca de negativa, sem intenção de menosprezar a provedoria da Santa Casa salientando que, após fecundação do Sr. Caio Lima Sta Cecília, as demais procuraram consolidar a obra, pagando dívidas de não pequena monta e que mesmo a atual Diretoria já havia encaminhado pedido de aparelhagem e material cirúrgico. ²⁸⁶

²⁸³ Idem

²⁸⁴ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 25 de Novembro de 1960, p. 17.

²⁸⁵ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 27 de Dezembro de 1960, p. 18.

²⁸⁶ Idem

Foi dito ao Diretor Médico que a provedoria havia iniciado uma campanha de “grande envergadura” ²⁸⁷ com o objetivo de angariar fundos para remodelação e desenvolvimento de diversos setores. O efeito da discussão acalorada a respeito do ambulatório e pronto-socorro na reunião de Novembro se deu na Lei Municipal nº888 de 9 de Dezembro de 1960²⁸⁸ que autorizou a contratação de serviços de pronto-socorro. Em seus cinco artigos, a lei determinou a contratação do serviço mediante concorrência pública ou administrativa, com estabelecimento hospitalar desta cidade, o serviço de pronto-socorro para assistência de urgência a acidentados. O internamento seria pago pela prefeitura apenas em casos de incapacidade financeira comprovada, de acordo com o segundo artigo que em seus dois parágrafos assim ressaltou:

§ 1º - O internamento que se refere o presente artigo somente poderá ser efetuado na Santa Casa de Misericórdia e mediante autorização expressa da Prefeitura Municipal.

§ 2º - O município manterá com a Santa Casa de Misericórdia acôrdo prévio de preços para a remuneração correspondente aos internamentos autorizados. ²⁸⁹

Ainda de acordo com a Lei nº888, o Município teria a responsabilidade de oferecer e manter um veículo para transporte e remoção dos acidentados. As despesas oriundas da execução da lei seriam colocadas nos orçamentos de cada exercício. O último artigo decide pela data de 1º de Janeiro de 1961 para entrar em vigor.

Conforme já exposto nesta pesquisa, as provedorias que passaram pela Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia de 1943 a 1961 buscaram a legalização do patrimônio da Santa Casa de Misericórdia, já que a mesma foi administrada por outras três instituições (Irmandade da Misericórdia, Estado de Minas Gerais e Prefeitura Municipal de Uberlândia). Definido que o patrimônio existente pertencia exclusivamente a Santa Casa de Misericórdia e esta era vinculada ao Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo, a provedoria da Santa Casa na pessoa de seu Provedor, alegando a impossibilidade de desenvolver atividades da Santa Casa em dois prédios e atestando “os relevantíssimos serviços à cidade pela educação de tantas crianças pobres e desvalidas” ²⁹⁰ que a Casa da

²⁸⁷ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 27 de Dezembro de 1960, p. 18.

²⁸⁸ UBERLÂNDIA, Lei nº 888 de 09 de Dezembro de 1960. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1960.

²⁸⁹ Idem

²⁹⁰ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961, 12 de Março de 1961, p. 19.

Divina Providência estava desenvolvendo, decide por unanimidade a doação do prédio, situado à Avenida dos Andradas, 561, a essa instituição.

Referência Hospitalar e espaço de constante debate político, a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia recebia visitas de políticos, como o governador estadual José Magalhães Pinto, eleito pela extinta UDN, e sua comitiva em Abril de 1961. Neste período a Sociedade de São Vicente de Paulo em Uberlândia havia se expandido ainda mais. Além das Obras que mantinha: Asilo São Vicente de Santo Antônio, Santa Casa de Misericórdia, Dispensário São Vicente de Paulo, Casa de Divina Providência e Vila Imaculada Conceição, as Conferências se espalharam por toda a cidade num total de nove sendo as Conferências Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora de Fátima, Santa Rita de Cássia, São Camilo de Lelis, São José, Santa Terezinha e São Pedro. É necessário lembrar que, ainda neste período, a participação era exclusivamente masculina.

Com pouco mais de um ano a frente da provedoria da Santa Casa de Misericórdia, o Confrade Elmiro Gonçalves entregou ao Conselho Particular a renúncia de seu cargo como provedor da obra por motivos de mudança de cidade. O Confrade Oly-Mar Castilho, empossou o antigo provedor da Casa, o Confrade Caio Lima, para assumir novamente a direção da Obra e designou o Confrade Bádue Simão para auxiliá-lo juntamente com a Irmã Superiora no setor de medicamentos.

O acordo firmado em 1959 com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas que após o período experimental foi fixado na Santa Casa de Misericórdia estava ocasionando desvantagens financeiras à Obra. De acordo com relatório de Serviços Médico-Hospitalar aos Beneficiários do I.A.P.E.T.C., os gastos ultrapassavam a soma de Cr\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Cruzeiros) mensais:

TABELA 08 - Relatório de Serviços Médico-Hospitalar aos Beneficiários do I.A.P.E.T.C			
MÊS	PROCEDIMENTO	QUANTIDADE	VALOR
Maio de 1961	Consultas	190	76.000,00
	Exames Laboratoriais	54	46.800,00
	Radiografias	14	22.700,00
	Banhos de Luz	30	4.500,00
	Anestesias	10	32.000,00

	Partos	05	22.500,00
	Intervenções Cirúrgicas	07	65.000,00
	Internamentos	10	50.621,00
	Operação no Hosp. Santa Catarina	01	11.600,00
	Tratamento para Dra. Danira Souza	01	5.000,00
			336.721,00
Junho de 1961	Consultas	202	80.800,00
	Exames Laboratoriais	67	29.450,00
	Radiografias	22	48.500,00
	Cauterização	01	500,00
	Anestesias	04	10.000,00
	Eletrocardiograma	03	3.000,00
	Operações	04	31.500,00
	Internamentos	04	20.805,00
	Aplicações de Radioterapia	20	5.000,00
	Tratamento p/ Dr. Francisco V. Mota	01	4.000,00
			233.555,00
Julho de 1961	Consultas	174	69.600,00
	Exames Laboratoriais	20	13.800,00
	Radiografias	11	22.000,00
	Eletrocardiograma	03	3.000,00
	Anestesias	10	25.100,00
	Partos	01	6.500,00
	Intervenções Cirúrgicas	10	57.000,00
	Internamentos	11	49.078,00
	Tratamento para Dr. José B. Ferreira	01	1.000,00
			247.078,00
Agosto de 1961	Consultas	275	110.000,00
	Exames Laboratoriais	42	23.500,00
	Radiografias	21	25.400,00
	Eletrocardiograma	02	4.000,00
	Anestesias	09	19.400,00
	Partos	01	4.500,00
	Intervenções Cirúrgicas	09	53.000,00
	Internamentos	10	51.756,00

	Tratamento para Dr. José B. Ferreira	02	3.500,00
	Tratamento para Dr. Honorato Vieira	01	5.700,00
			300.756,00

FONTE: Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Relatório de Serviços Prestados ao I.A.P.E.T.C.**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1961.

De acordo com a tabela de gastos dos associados do I.A.P.E.T.C., o valor que o Instituto repassava à Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia mensalmente, Cr\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Cruzeiros), era insuficiente para cobrir as despesas ocasionando saldo devedor mensal. Analisando o relatório financeiro citado, o Confrade Oly-Mar Castilho declarou que o caso seria resolvido sem mais delongas e o contrato foi encerrado em 31 de Agosto de 1961²⁹¹.

Em busca de homenagear a Sociedade de São Vicente de Paulo em Uberlândia, a Câmara Municipal, através do vereador Moacir Lopes de Carvalho, também vicentino, informou ao Presidente do movimento da cidade que alteraria o nome da Avenida Belo Horizonte, que fazia margens a Santa Casa de Misericórdia e a Casa da Divina Providência, para Avenida São Vicente de Paulo. O Confrade Oly-Mar Castilho, porém, informou aos vicentinos presentes na reunião ordinária do mês de Outubro de 1961 que “em face das controvérsias surgidas em torno da mudança de nome”²⁹² da avenida,

(...) movimentando-se moradores daquela via em abaixo-assinados e protestos e outros atos alimentados por vereadores ou terceiros, a Sociedade houve por bem endereçar uma explícita e enérgica carta ao autor do projeto, vereados Moacir Lopes de Carvalho, abrindo mão da homenagem e mandando reverter ao nome primitivo a denominação daquela avenida.²⁹³

Ato intendido por um vereador vicentino, a mudança de nome de uma rua de grande movimento seria uma forma de cada vez mais consolidar o movimento na cidade de Uberlândia através destas práticas simbólicas. Por meio da resposta podemos refletir, a partir das palavras do presidente do movimento, o constante desacordo entre a sociedade vicentina e a classe política, não especificada, e na abordagem com a população.

A recorrente procura pelo setor gratuito da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia dificultava as Conferências conseguirem internar seus assistidos doentes.

²⁹¹ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1958-1961, 14 de Outubro de 1961, p. 73.

²⁹² Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1958-1961, 14 de Outubro de 1961, p. 73.

²⁹³ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1958-1961, 14 de Outubro de 1961, p. 73.

Reclamação repassada ao presidente do Conselho Particular, este solicitou ao Provedor da obra que pelo menos um quarto fosse reservado na Casa exclusivamente para o atendimento de assistidos da Sociedade de São Vicente de Paulo na cidade, “a fim de evitar a via-crucis que se oferece aos vicentinos quando há necessidade de internamento de algum pobre para tratamento”²⁹⁴.

A preocupação com a denominação da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia já exposta neste capítulo, mais uma vez ganhou espaço para debate dentro do movimento vicentino. De acordo com o documento enviado à Câmara Municipal de Uberlândia no dia 4 de Maio de 1959²⁹⁵, o primeiro item solicitava a mudança de nome da Instituição alegando a impopularidade da denominação presente dificultando os trabalhos na Casa. Em resposta²⁹⁶, também apresentada nesta pesquisa, a Câmara Municipal havia deixado claro que esta deliberação caberia apenas à diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia.

Em Janeiro de 1962, durante reunião ordinária do Conselho Particular presidida pelo Confrade Oly-Mar Castilho e tendo como Provedor da Santa Casa o Confrade Caio Lima, “para dissipar algumas dúvidas existentes e para facilitar o funcionamento e proveito do hospital, a bem da classe sofredora, além de possibilitar-lhe a concretização de uma Escola de Enfermagem”²⁹⁷, solicitação também feita à Câmara Municipal em Maio de 1959, para corrigir algumas falhas jurídicas contidas em seus estatutos, solicita, portanto, a “constituição do ‘Hospital São Vicente de Paulo’, que funcionará em conjunto com a Santa Casa de Misericórdia, até que esta não mais tenha razão de existência”²⁹⁸.

Nesta mesma reunião, constou em ata os Estatutos do Hospital São Vicente:

ESTATUTO DO HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – Departamento Vicentino de Assistência Médico-Hospitalar Gratuito (D.V.A.M.H.G.) – Uberlândia.

²⁹⁴ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1958-1961, 06 de Janeiro de 1962, p. 77.

²⁹⁵ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Carta à Câmara Municipal de Uberlândia enviada pela diretoria do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo.**” Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 04 de Maio de 1959.

²⁹⁶ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Parecer da Câmara Municipal à Carta enviada pela diretoria do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo.**” Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 22 de Maio de 1959.

²⁹⁷ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1958-1961, 06 de Janeiro de 1962, p. 77.

²⁹⁸ Idem

Artº 1º - O HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – D.V.A.M.H.G., fundado pelo Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo, de Uberlândia, (C.P.S.S.V.P.U.), no dia 27 de Setembro de 1961, com objetivo de homenagear o seu patrono no ensejo do encerramento das comemorações do tricentenário de sua morte, é uma sociedade civil, cultural e beneficente com fôro em Uberlândia, Minas Gerais.

Artº 2º - Instituição de caridade sem fins lucrativos, o HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – D.V.A.M.H.G., não poderá distribuir lucros, dividendos ou quaisquer outros proventos, podendo participar do mesmo, a título de contribuinte, qualquer pessoa.

Artº 3º - É fim da Entidade promover assistência médico-hospitalar gratuita aos indigentes, fornecendo, também, na medida do possível, aos não hospitalizados, consultas médicas e remédios.

Artº 4º - Para aumentar os recursos em benefício de seu fim primordial, poderá a Instituição – hospitalizar enfermos não indigentes, mediante pagamento e em conformidade com o Regimento Interno.

Artº 5º - Com o objetivo e melhorar o nível de assistência, poderá a Instituição organizar, manter, dirigir, etc, em suas dependências ou fora delas, uma Escola de Enfermagem e outras consentâneas à sua finalidade.

Artº 6º - O HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – D.V.A.M.H.G. será administrado por uma diretoria, nomeada pelo C.P.S.S.V.P.U., composta por um Provedor, um ou mais Vice-Provedor, secretário e tesoureiro e outros necessários a boa administração da Entidade. O Diretor do Corpo Médico será escolhido pelos chefes de clínica do HOSPITAL com a aprovação do C.P.S.S.V.P.U.. A Diretoria interna será indicada pela Superiora da Congregação contratada para os serviços internos da casa.

Artº 7º - A duração do mandato da diretoria será indefinida, ficando a critério do Conselho Particular a sua atribuição quando fôr julgada necessária.

Artº 8º - O HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO - D.V.A.M.H.G., adota o Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo na parte relativa ao seu funcionamento, conservando autonomia quanto a administração financeira que será submetida a aprovação do Conselho Particular, anualmente.

Artº 9º - Em Juízo e em suas relações com terceiros, o HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – D.V.A.M.H.G. será representado pelo Provedor.

Artº 10º - Fica assegurado ao Conselho o direito de solicitar da Diretoria providências sobre qualquer irregularidade que notar na administração do Hospital.

Artº 11º - O Patrimônio da Instituição compor-se-á e doações e legados que lhe forem feitos e, para sua manutenção conta com auxílios do C.P.S.S.V.P.U., das Confs. Vicentinas, contribuintes mensais, donativos, subvenções, etc.

Artº 12º - O prazo de duração da Instituição é ilimitado e no caso do HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – D.V.A.M.H.G. vir a desaparecer, todos os seus bens patrimoniais serão incorporados aos do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo de Uberlândia.

Artº 13º - Os presentes estatutos serão reformáveis pelo Conselho Particular de modo próprio ou por solicitação a este da Diretoria.

Artº 14º - Em falta de disposição expressa os casos omissos serão resolvidos pelo Regimento Interno ou pelo C.P.S.S.V.P.U..

Uberlândia, 6 de Janeiro de 1962.

Oly-Mar Castilho Alves – Presidente do C.P.S.S.V.P.U.

Caio Lima Santa Cecília – Vice Presidente

Bádue Simão – Secretário

Antenor Alves Vieira – Tesoureiro.²⁹⁹

De acordo com o Estatuto apresentado, a data de fundação do Hospital São Vicente de Paulo foi em 27 de Setembro de 1961. Analisados os documentos para esta pesquisa, nada encontramos nesta referida data que faça referência à esta fundação. Na reunião do mês seguinte, com o remanejamento das provedorias, foi escolhido para provedor do Hospital o Confrade José Cardoso Rodrigues e para a Santa Casa de Misericórdia foi definido a permanência da mesma provedoria “que atuará apenas para efeito jurídico ou outro, enquanto que o funcionamento do nosocômio³⁰⁰ passará a ser comandado pela diretoria do Hospital São Vicente de Paulo que vai sucedê-la doravante”³⁰¹. Em Março do dito ano foi definido que a nova denominação da Santa Casa de Misericórdia seria apresentada “em caráter público e definitivo”³⁰² aos demais vicentinos da região no XX Congresso Vicentino³⁰³ que seria realizado em Uberlândia nos dias 26 a 29 de Julho daquele ano.

Em Abril de 1962 as provedorias – Hospital e Santa Casa – começaram a providenciar a transferência dos imóveis da Santa Casa de Misericórdia para o Hospital São Vicente e para tal, solicitaram a isenção do Imposto Inter-Vivos.³⁰⁴ Também

²⁹⁹ Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**ESTATUTO DO HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – Departamento Vicentino de Assistência Médico-Hospitalar Gratuito (D.V.A.M.H.G.)**”.

Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 06 de Janeiro de 1962.

³⁰⁰ De acordo com o dicionário Michaelis, Nosocômio significa: Hospital. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/nosoc%C3%B4mio/> Consultado em 10/10/2017

³⁰¹ Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1962-1964, 03 de Fevereiro de 1962, p. 04.

³⁰² Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1962-1964, 11 de Março de 1962, p. 05.

³⁰³ Congresso Vicentino é um encontro regional de vicentinos a nível de Conselho Metropolitano que ocorre anualmente. Já foram realizadas 72 edições de congressos vicentinos, e a cada ano uma cidade que faz parte do Conselho Metropolitano sedia o encontro.

³⁰⁴ Atualmente conhecido por Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), surgiu no Direito Brasileiro em 1809 pela denominação da SISA que estabelecia como sendo da competência do Estado o Imposto sobre transmissão de propriedade. De acordo com a Constituição de 1934 foi estabelecida uma divisão criando dois

providenciaram a alteração do nome para o recebimento das subvenções federais e estaduais. Somente em Agosto foi lavradas escrituras dos imóveis e definitivamente o Hospital São Vicente de Paulo se tornou a instituição médico-hospitalar mantida pela Sociedade de São Vicente de Paulo em Uberlândia até o encerramento de suas atividades na década de 70.

impostos, ambos de competência dos Estados: o imposto de transmissão de propriedade causa mortis e o imposto sobre a transmissão de propriedade imobiliária inter vivos. Foi somente com a Emenda Constitucional nº 5, de 1961, que foi passado para a competência dos Municípios o imposto de transmissão de bens inter vivos. Disponível em: <https://renanbunooliveira.jusbrasil.com.br/artigos/327927432/itbi-imposto-sobre-transmissao-inter-vivos-de-bens-imoveis-e-direitos-a-eles-relativos> Consultado em 23/11/2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mergulharmos na trajetória da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia, especialmente no período de administração da Sociedade de São Vicente de Paulo, reconstituímos situações e histórias, dramas, enredos e conflitos que permearam o cotidiano da Casa. Desta forma, desnudamos uma obra que foi essencial para a constituição da cidade de Uberlândia e para a região do Triângulo Mineiro. Através das entrelinhas da Santa Casa constatamos uma sociedade sempre em movimento.

Esta pesquisa teve como objetivo imergir na história da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia e investigar as relações contidas dentro e fora dos muros do hospital. Mais do que assimilar questões de procedimentos médicos e doenças, esta pesquisa buscou compreender as práticas sociais apresentadas pela Sociedade de São Vicente de Paulo na administração da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia e, por consequência, as relações com autoridades locais, políticos e delegados. Assim, observamos a constituição de uma rede de mecanismos que atendia a múltiplos interesses que abrangiam o campo político, econômico, social e religioso.

Após vinte anos a frente da Casa, a Sociedade de São Vicente de Paulo representada pela Mesa Administrativa, após período de debate, decidiu pela alteração do nome da Casa. O nome escolhido pela diretoria, Hospital São Vicente de Paulo – Departamento Vicentino de Assistência Médico-Hospitalar Gratuito (D.V.A.M.H.G.) estabeleceu uma nova fase na Obra. Ao excluir oficialmente a nomenclatura da Santa Casa de Misericórdia, a Mesa Administrativa rompeu com todo e qualquer resquício deixado pela Irmandade e seus outros administradores.

O novo nome indicava, além da consolidação do movimento vicentino na obra, o que almejavam do hospital: um espaço voltado para a saúde com atendimento gratuito e pensionista que se equipararia aos demais hospitais particulares da cidade e região. Sabendo que o atendimento pago pelos pensionistas descarregava os altos encargos dos atendimentos gratuitos, conforme abordamos nesta pesquisa, a Mesa Administrativa voltou olhar aos pacientes pensionistas. Durante a década de 60 muitos hospitais e clínicas particulares atuavam em Uberlândia, entre eles a clínica cirúrgica Dr. Laerte Vieira Gonçalves, os hospitais São Francisco, Santa Catarina, Santa Terezinha, Santo Agostinho e Santa Clara além

dos consultórios montados de diversos médicos e dentistas³⁰⁵. Com a ampla escolha médica, a administração da Casa buscou atrair pensionistas, doentes pagantes, difundindo para a sociedade uberlandense que aquele local em nada diferenciava dos demais hospitais e clínicas da cidade.

Além de espaço hospitalar, a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia atuou como importante mecanismo de controle não só de doenças como também de pobres e excluídos. Ao atender os pobres doentes de forma gratuita, a obra retirava das ruas o que poderia ser encarado pela população como um perigo exposto. Não apenas a Santa Casa, mas havia uma “rede de dispositivos de controle dos pobres e excluídos sociais em Uberlândia”³⁰⁶ que era constituída pelas obras vicentinas – Asilo São Vicente e Santo Antônio, Casa da Divina Providência, Dispensário São Vicente de Paulo e Vila Imaculada Conceição – e por de outras instituições, como o Sanatório Espírita de Uberlândia, já abordado nesta pesquisa, Lar Alfredo Júlio, Albergue Noturno Ramatis, também espíritas, Patronato Menores do Buriti, administrado pelo Rotary Clube e o Patronato de Menores Rio das Pedras, dirigido pela Sociedade Eunice Weaver³⁰⁷.

É certo que ao longo deste estudo observamos as formas de tratamento da pobreza em Uberlândia e toda a complexidade contida nas ações. Tendo como campo de pesquisa a Santa Casa de Misericórdia e abordando de forma indireta as demais obras de assistência em Uberlândia, concluímos que a saúde dos pobres na cidade foi custeada de forma mesclada como encargo do poder público e personalidades locais. Os mecanismos adotados ao longo dos anos - como o atestado de pobreza, relatado nesta pesquisa - reforçaram a idealização da boa pobreza, ou seja, aquela desprovida da ociosidade que realmente necessitasse do auxílio das entidades constituída por homens de letramento e poder política na busca da consolidação de status social.

Por mais alguns anos o, agora, Hospital São Vicente de Paulo, continuou atuando na cidade de Uberlândia. No final da década de 60 foi criado o curso de Medicina pela

³⁰⁵ ARANTES, Jerônimo. Revista Ilustrada de Uberlândia: tipografia Kosmos, 1940 apud MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Os Desvalidos de sorte: A Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia e o controle dos excluídos sociais (Uberlândia 1918-1980)**. In: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0535.pdf> Consultado em 10/04/2017.

³⁰⁶ MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Os Desvalidos de sorte: A Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia e o controle dos excluídos sociais (Uberlândia 1918-1980)**. In: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0535.pdf> Consultado em 10/04/2017, p. 6.

³⁰⁷ Idem.

Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e um convênio foi firmado entre as duas instituições: Fundação Escola de Medicina e Cirurgia da Universidade. Este acordo estabelecia as dependências do Hospital para a prática de ensino deste curso. Pouco tempo depois o Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, Hospital Escola, foi inaugurado em 26 de Agosto de 1970, encerrando o acordo com o Hospital São Vicente de Paulo.

As constantes crises financeiras e os atrasos de subvenções levaram um intenso debate à Mesa Administrativa do Hospital: o encerramento de suas atividades. Em 22 de Setembro de 1975, após um longo período de negociação, o Hospital São Vicente de Paulo foi vendido a um grupo de médicos da cidade transformando-o em Hospital Santa Genoveva, em exercício atualmente no mesmo local onde funcionava a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia/Hospital São Vicente de Paulo. Os vicentinos que faziam parte da Mesa Administrativa alegaram a impossibilidade de gerir uma obra da importância de um hospital com poucos recursos e a precariedade que já se encontrava devida as constantes crises.

Devemos, portanto, reconhecer a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia como a gênese no que se trata de atendimento público e gratuito no âmbito da saúde na cidade de Uberlândia. Ao entendermos a magnitude da obra e a atuação de seus administradores, entenderemos a complexa e organizada rede de assistência aos pobres que foi e ainda é realizada na cidade. Estes são, com certeza, ponto de partida para uma nova pesquisa histórica. O discurso que ecoava sob o prisma da caridade fez com que a população local apoiasse e amparasse a Santa Casa de Misericórdia, após a tomada de conhecimento e convocação através de artigos de jornais e divulgação da obra.

Durante esta pesquisa buscamos refletir a Santa Casa que os vicentinos desejavam oferecer à população local, conforme consignou na ata de posse do dia 18 de Janeiro de 1943 onde estes “não poupariam nunca esforços no sentido de dotarem Uberlândia de uma Santa Casa à altura de seu progresso e de sua civilização”³⁰⁸. Já extinta suas atividades, esta pesquisa vem ao encontro à memória de alguns uberlandenses que vivenciaram a obra bem como aqueles que conhecem apenas causos e histórias daquela que foi o primeiro espaço de saúde público de Uberlândia. Portanto, privilegiamos durante a execução desta pesquisa que se faz necessário elucidar que a sociedade:

³⁰⁸ Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Ata de posse da nova diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1943, 18 de Janeiro de 1943.

permite a destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passada [...]. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores.³⁰⁹

Ao final desta etapa, reconhecemos e constatamos que a Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia foi de grande contribuição social para a cidade. Ao cercar, delimitar e envolver práticas e mecanismos de tratamento da pobreza e do pobre, a obra atendeu aos anseios da população local em seu desejo de conservar e preservar o ideal de cidade jardim. Esperamos, ao encerrar esta pesquisa, ter contribuído para a reflexão de uma história que ultrapassa os muros do prédio da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia e que novos questionamentos e indagações manifestem-se após a leitura.

³⁰⁹ HOBSEBAWM, E. J. Era dos extremos: O breve século XX – 1914 -1991. SP: Cia das Letras, 1995, p.13.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Utilizadas

1. Documentos localizados na Sede do Conselho Central de Uberlândia:

1.1 Casa da Divina Providência:

Casa da Divina Providência: Documentos Avulsos. “**Apanhados históricos da Casa da Divina Providência**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, [19--].

Casa da Divina Providência: Documentos Avulsos. “**Ficha de Internação de Elizete Maria Santana**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, Fevereiro de 1963.

Casa da Divina Providência: Documentos Avulsos. “**Ficha de Internação de Ângela Maria F. da Costa**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 06 de Julho de 1962.

Casa da Divina Providência: Documentos Avulsos. “**Ficha de Internação de Maria de Fátima Matias**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, Dezembro de 1959.

Casa da Divina Providência: Documentos Avulsos. “**Ficha de Internação de Maria José Ferreira Cardoso**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 12 de Julho de 1961.

Casa da Divina Providência: Documentos Avulsos. “**Ficha de Internação de Roberta de Fátima Alves Teixeira**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 25 de Outubro de 1960.

Casa da Divina Providência: Documentos Avulsos. “**Ficha de Internação de Roserlene Maria Ribeiro Coelho**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, Outubro de 1960.

Casa da Divina Providência: Documentos Avulsos. “**Ficha de Internação de Vicentina Maria Silva**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 21 de Outubro de 1963.

1.2 Conselho Central de Uberlândia:

Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Apanhados históricos da Sociedade de São Vicente de Paulo em Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia [19--].

Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1937-1943.

Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1943-1946.

Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954.

Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1955-1958.

Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1958-1961.

Conselho Central de Uberlândia: **Ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1962-1964.

Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Carta à Câmara Municipal de Uberlândia enviada pela diretoria do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo.**” Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 04 de Maio de 1959.

Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Carta à Câmara Municipal de Uberlândia enviada pela diretoria do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo.**” Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 04 de Maio de 1959. Anexo.

Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**ESTATUTO DO HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – Departamento Vicentino de Assistência Médico-Hospitalar Gratuito (D.V.A.M.H.G.)**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 06 de Janeiro de 1962.

Conselho Central de Uberlândia: **Movimento registrado em ata da reunião do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1954.

Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Nota aos jornais locais**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 11 de Janeiro de 1943.

Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Parecer da Câmara Municipal à Carta enviada pela diretoria do Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo.**” Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 22 de Maio de 1959.

Conselho Central de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Requerimento de contingente de serviço de Ordem Social**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 23 de Novembro de 1942.

1.3 Dispensário São Vicente de Paulo:

Dispensário São Vicente de Paulo: Documentos Avulsos. “**Apanhados históricos do Dispensário dos Pobres**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, [19--].

Dispensário São Vicente de Paulo: Documentos Avulsos. “**Apanhados históricos do Dispensário São Vicente de Paulo**”. Redigido por Othon G. Fleury. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, [19--].

Dispensário São Vicente de Paulo: Documentos Avulsos. “**Estatuto do Dispensário dos Pobres**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 04 de Setembro de 1935.

Dispensário São Vicente de Paulo: **Ata da reunião do Dispensário dos Pobres**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1941.

1.4 Instituição Social São Vicente e Santo Antônio:

Instituição Social São Vicente e Santo Antônio: Documentos Avulsos. “**Apanhados históricos do Asilo São Vicente e Santo Antônio**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, [19--].

1.5 Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia:

Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da Diretoria da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia anexada: Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia**: Documentos Avulsos. “**Escritura Pública de Plínio Mendonça**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 29 de Maio de 1929.

Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Ata de posse da nova diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1943, 18 de Janeiro de 1943.

Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião do Corpo Clínico da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945-1958.

Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: **Ata da reunião da diretoria da Santa Casa de Misericórdia**. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1961.

Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Apanhados históricos**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia [19--].

Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Apanhados históricos da Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, [19--].

Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Discurso do Provedor Confrade Caio Lima Santa Cecília em inauguração do novo prédio da Santa Casa de Misericórdia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 26 de Junho de 1955.

Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Escritura Pública de Plínio Mendonça**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 29 de Maio de 1929.

Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Livro de Caixa da Santa Casa de Misericórdia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1943 – 1947.

Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Livro de Caixa da Santa Casa de Misericórdia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1948-1949.

Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: “**Regimento Interno da Santa Casa de Uberlândia**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1945.

Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Relatório de exercício referente a 1953**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, Março de 1954.

Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Relatório de exercício referente a 1957**”. Assinado por Dr. Honorato V. Carvalho e Irmã Maria Catarina de Sena. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, Fevereiro de 1958.

Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia: Documentos Avulsos. “**Relatório de Serviços Prestados ao I.A.P.E.T.C.**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 1961.

1.6 Vila Imaculada Conceição:

Vila Imaculada Conceição: Documentos Avulsos. “**Apanhados históricos da Vila Imaculada Conceição**”, redigida por Othon G. Fleury. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, [19--].

Vila Imaculada Conceição: Documentos Avulsos. “**Contrato de Construção de casas na Vila Imaculada Conceição**”. Acervo do Conselho Central de Uberlândia, Uberlândia, 18 de Junho de 1935.

2. Jornais:

2.1 A.M.F. **A questão do Dispensário S. Vicente de Paulo**. O Estado de Goiaz, 01 de Fevereiro de 1942.

2.2 **Até que enfim!** Correio de Uberlândia, Uberlândia, 13 de Dezembro de 1941.

2.3 P.B.G. **Crônica da Cidade**. O Repórter, Uberlândia, ano 10, nº 604, 31 de Julho de 1943.

2.4 **O Dispensário em novos rumos**. A Tribuna, 18 de Dezembro de 1941.

2.5 **Prefeitura Municipal de Uberlândia – Subvenções para 2017**. Correio de Uberlândia, Uberlândia, 19 de Janeiro de 1957.

2.6 **Sociedade São Vicente de Paulo: Uma instituição que nossa cidade se orgulha de possuir**. Correio de Uberlândia, 11 de Fevereiro de 1942, nº 863.

2.7 **Relatório de exercício referente a 1957**. Jornal Correio de Uberlândia, 30 de Abril de 1954, nº 4.133.

Referência Bibliográfica

A. Corlieu, **L'ancienne faculté de médecine de Paris**. E. Coyecque, L'Hôtel-Dieu de Paris, I, Paris, 1891. Disponível em: <http://www.portaldafamilia.org/datas/medico/hospital.shtml>

AUBERT, Roger. **Nova História da Igreja: A Igreja na sociedade Liberal e no mundo moderno**. Petrópolis: Vozes, 1975, v. 5, Tomo I

AZEVEDO, Thales de. **O catolicismo no Brasil: um campo para pesquisa social**. Salvador: Edufba, 2002, p. 33. Consultado em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/464/1/O%20catolicismo%20no%20Brasil.pdf>

AZZI, Riolando. **A Igreja católica no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945)**. Disponível em: <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/viewFile/2272/2554>

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira de Lilia Moritz Schwarcz. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRITO, José H. S. & MENESES, Ramiro D. B. **Pela parábola do Bom Samaritano: uma ética global**. In: Theol. Xave, vol 60, nº 170, Bogotá, Julho/Dezembro, 2010.

CAMARGO, Cassiana C. **Cultura letrada e imprensa: O Jornal Correio de Uberlândia. 1938 – 1960**. 2004, 49fl, Monografia (Bacharelado em História) Instituto de História –

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, p. 10. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19438/1/CulturaLetradaImprensa.pdf>

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. 1 Artes do fazer**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHIZOTI, G. **Os operários da caridade: a Sociedade de São Vicente de Paulo em São Paulo, 1874 - 1946**. 1991. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

COSTA, Luiz D.; GOUVEA, Julio C. **Elites e historiografia: questões teóricas e metodológicas**. In: Revista de Sociologia e Política, n. 28, Curitiba, Junho, 2007. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782007000100017

DECRETO AD GENTES SOBRE A ATIVIDADE MISSIONÁRIA DA IGREJA: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html Consultado em 05/06/2017.

DECRETO APOSTOLICAM ACTUOSITATEM, 1965. Disponível em: <http://www.veritatis.com.br/decreto-apostolicam-actuositatem-18-11-1965/> Consultado em: 10/08/2014.

FERREIRA, Marina Lopes. **Saúde e Religião: Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia (1933 – 1943)**. 2014, 80f. Monografia – Universidade Federal de Uberlândia.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução e Organização: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

GUENTER, B. **Risse, Mending Bodies, saving souls: A history of hospitals**. Oxford University Press, NY, 1999.

HOBBSBAWM, E. J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

IVAMOTO, Henrique Seiji. **Santa Casa da Misericórdia de Santos: sinopse histórica. Acta Medica Misericordiae**. 1 (1):7-10, Out 1998. Disponível em: http://www.scms.org.br/noticia.aspxcodigo=42&COD_MENU=24

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Tradução: Eduardo Brandão. 4^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LIMA, Danielle Vieira. **O morador de rua da cidade de Uberlândia atendido pela Casa Santa Gemma : vivências e representações**. 2015. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

LOPES, Valéria M. Q. C. **Caminhos e Trilhas de uma História**. In: Olhares e Trilhas. Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 17-24, 2005, p. 22. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/olharesetrilhas/article/viewFile/3473/2556>

Madre de Deus, Gaspar da, O.S.B., Frei, **Memorias para a historia da capitania de S. Vicente, hoje chamada de S. Paulo, do Estado do Brazil** / publicada de ordem da Academia R. das Sciencias por Fr. Gaspar da Madre de Deos, Lisboa : Na Typografia da Academia, 1797. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/22443>

MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Os Desvalidos de sorte: A Santa Casa de Misericórdia de Uberlândia e o controle dos excluídos sociais (Uberlândia 1918-1980)**. In: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0535.pdf>

MACHADO, Maria Clara T.; LOPES, Valéria M. Q. C. **Caminho das pedras: Inventário temático de fontes documentais**. 1^a ed. Uberlândia: EDUFU, 2008.

MATTOSO, Kátia M. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Editora Nova Fronteira, 1992.

MOLLAT, Michel. **Os Pobres na Idade Média**. Tradução: Heloísa Jahn. Rio de Janeiro: Campos, 1989.

MONTENEGRO, A. T. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. SP: Contexto, 1994.

MONTERO, Paula. **Controvérsias religiosas na esfera pública: repensando as religiões como discurso**. Religião e Sociedade. Rio de Janeiro. Vol 32(1), 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rs/v32n1/a08v32n1.pdf>

_____. **Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil**. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia. Vol. 13 (1), 2009:Varia. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/1195?lang=es>
PEREIRA, Antônio. **“Causos” da nossa terra: medicina centenária**. O Jornal de Uberlândia. 21 jun. 2017. Disponível em: <https://www.ojornaldeuberlandia.com.br/2017/06/21/causos-da-nossa-terra-medicina-centenaria/>

PORTER, Roy. **Das Tripas Coração: Uma breve história da Medicina**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RAMOS, Luiz Roberto; VERAS, Renato; KALACHE, Alexandre. **Envelhecimento Populacional: Uma Realidade Brasileira**. In: Revista Saúde Coletiva. São Paulo, 1987

RIBEIRO, Raphael Alberto. **ALMAS ENCLAUSURADAS: práticas de intervenção médica, representações culturais e cotidiano no Sanatório Espírita de Uberlândia. (1932-1970)**. 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16451/1/RARibeiroDISSPRT.pdf>

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1994.

SAMORA, MARIANA C. **“Uma cidade se faz de sonho”. Entre o real e o ideal: memórias e experiências na paisagem urbana de Uberlândia/MG (2000-2009)**. 2010. 151f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

SANGLARD, Gisele. **Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936)**. História, Ciência e Saúde – Manguinhos. vol.17 supl.1 Rio de Janeiro jul. 2010. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000500008&lng=pt&nrm=iso

SAUNIER, Annie. **A vida quotidiana nos hospitais da Idade Média**. In: LE GOFF, Jacques. (org.) *As Doenças têm História*. Tradução: Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1985.

SCHMITT, Jean-Claude. *A História Nova*. In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Tradução: Eduardo Brandão. 4^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SILVA, C. N. **Poder Público Municipal e Sociedade de São Vicente de Paulo – dois modelos de atuação na área da assistência social em Londrinas: 1964-1988**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 1999.

SILVA, Cláudia Neves da; LANZA, Fabio. **Sociedade de São Vicente de Paulo: caridade católica aos problemas sociais?**. *História*, vol.29, n.1, pp. 40-55., 2010.

SILVA, Maria Regina Guimaraes. **A História da fundação da Irmandade de Misericórdia de Guaxupé-MG**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307647846_ARQUIVO_artigosimposicionacionaldehistoria.pdf

SILVEIRA, Bruna Alves. **Práticas Sociais e Vivências no combate à Lepra: isolamento compulsório em asilos-colônia e preventórios brasileiros – 1935 a 1986**. 2013, 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

Sociedade de São Vicente de Paulo. **Manual da Sociedade de São Vicente de Paulo**. Rio de Janeiro: Conselho Superior do Brasil, 1960. 400p.

_____. **O que ela é e o que deve ser por perguntas e respostas**. Rio de Janeiro, 1956. 15 p.

_____. **Regra da Sociedade de São Vicente de Paulo** – 30. ed. Rio de Janeiro/RJ – CNB da SSVP, 2007

SOUZA, Marilsa Aparecida Alberto Assis. **O Orfanato Santo Eduardo e a assistência às crianças pobres em Uberaba - MG (1920-1964)**. 2018. 396 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

SOUZA, Rildo Bento de. **Pobres, doentes e desvalidos: O Asilo São Vicente de Paulo na Cidade de Goiás (1909 – 1935)**. 2010. 207f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás. Disponível em: https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/DISSERTA_O_RILDO_BENTO_DE_SOUZA_parte_001.pdf

SUCUPIRA, L. C. **1872 - 1972: A influência dos vicentinos na recristianização do Brasil. Publicação comemorativa do Primeiro Centenário da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil**. Sociedade de São Vicente de Paulo: julho de 1972.

OLIVEIRA, Antoniette Camargo de. **O Assistente Social em Uberlândia: Formação e Atuação Profissional, 1972-1989**. 1998. 104f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de História 0 Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia., p. 11. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20490/1/AssistenteSocialUberlandia.pdf>

THOMPSON. E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

VISCARDI, Cláudia Maria R. **Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República**. História, Ciência e Saúde – Manguinhos. vol.18 supl.1 Rio de Janeiro dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000500010&lng=pt&nrm=iso

Walsh, James Joseph. **"Hospitals."** *The Catholic Encyclopedia*. Vol. 7. New York: Robert Appleton Company, 1910. Disponível em: <http://www.newadvent.org/cathen/07480a.htm>

WOODS JR, Thomas E. **Como a Igreja Católica construiu a civilização Ocidental**. Tradução de Élcio Carillo; revisão de Emérico da Gama. São Paulo: Quadrante, 2008.

